

# OS CONDES DE MAGALHÃES E SUAS ALIANÇAS

## THE COUNTS OF MAGALHÃES AND THEIR ALLIANCES

Lourenço CORREIA DE MATOS<sup>1</sup>  
*Académico correspondente em Portugal*

### RESUMO

Estudo genealógico, biográfico e patrimonial sobre os condes de Magalhães (título português) e suas alianças com os condes de Santar (em Portugal) e com os marqueses de Ayerbe e de Lierta (em Espanha)

### PALAVRAS-CHAVE

Condes de Magalhães, genealogia, alianças

### ABSTRACT

Genealogical, biographical and patrimonial study about the Counts of Magalhães (Portuguese title) and their alliances with the Counts of Santar (in Portugal) and with the Marquises of Ayerbe and Lierta (in Spain)

### KEYWORDS

Counts of Magalhães, genealogy, alliances

---

<sup>1</sup> Mestre em História. Académico correspondente da Academia Portuguesa da História. Sócio efectivo de número do Instituto Português de Heráldica.

## 1.- ORIGENS

A origem documentada destes Magalhães, apelido escolhido para a denominação do título nobiliárquico que estudamos – primeiro de barão e depois de conde –, é o casal **João de Magalhães**<sup>2</sup>, da freguesia de Manhuncelos, e **Ana Vieira da Fonseca** (ou apenas Ana Vieira), do lugar de Passos, freguesia de Rosem, ambas no concelho de Marco de Canavezes. Foi nesta última que casaram, a 30 de Janeiro de 1690, não indicando o assento a filiação dos noivos. Conhece-se, no entanto, o nome dos pais de Ana, **Manuel Vieira** e **Maria Ferraz**, recebidos em Rosem a 7 de Março de 1660<sup>3</sup>.

Algumas genealogias manuscritas, sempre de credibilidade duvidosa, pretendem que estes Magalhães fossem descendentes dos senhores de Ponte da Barca, o que não nos parece verosímil<sup>4</sup>. Trata-se certamente de uma família de lavradores remediados, provavelmente rendeiros dos mosteiros da região – nomeadamente do de São João de Alpendurada –, que só ascenderá socialmente já no século XIX, como veremos.

Do mencionado casal **João de Magalhães** e **Ana Vieira** nasceram pelo menos nove filhos, entre os quais **Francisco Vieira**, que viveu no lugar da Feira Nova, freguesia de Ariz, no mesmo concelho do Marco de Canavezes, onde casou, a 8 de Janeiro de 1728, com **Luísa Pinta**, aí nascida, filha de **Bento Gomes** e de sua 1.<sup>a</sup> mulher **Maria Pinta**, recebidos nessa mesma freguesia a 19 de Janeiro de 1711<sup>5</sup>.

**Francisco Vieira** e sua mulher tiveram também nove filhos, a primeira geração que usou o apelido composto Vieira de Magalhães. Entres estes, uma referência, por se ter destacado, a Joaquim Vieira de Magalhães, frade beneditino nos mosteiros de Tibães e de São João Baptista de Alpendurada com o nome de frei Jacinto de Deus,

---

2 Para facilidade de leitura, os ascendentes do 1.º conde de Magalhães vão assinalados a negrito.

3 José António Moya Ribera; Artur Monteiro de Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, Lisboa, Dislivro Histórica, 2004, p. 315. Salvo indicação em contrário, no que respeita à ascendência desta família seguimos esta obra, onde se podem encontrar outros dados, nomeadamente relativos a colaterais dos ascendentes do 1.º conde de Magalhães, tanto paternos como maternos.

4 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., p. 314.

5 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., p. 316.

que foi mestre de Cânones e Humanidades, do conselho do Dom Abade e pregador de circunstância, em Tibães<sup>6</sup>.

O sétimo filho do casal **Francisco Vieira e Luísa Pinta** foi **Manuel Vieira de Magalhães**, que nasceu no lugar de Casal de Matos, em Ariz, a 26 de Dezembro de 1745, e casou a 15 de Abril de 1771, na igreja de São Martinho de Ariz, com **Maria Angélica Clara Reimão**, aí nascida a 21 de Outubro de 1755, no citado lugar da Feira Nova, filha de **Amaro José Ferreira** e de sua mulher **Luísa Clara Reimão**. Manuel Vieira de Magalhães morreu a 2 de Março de 1810 e Maria Angélica doze anos mais tarde, a 25 de Janeiro de 1822, ambos no lugar da Feira Nova<sup>7</sup>.

Manuel Vieira de Magalhães teria pedreiras em Marco de Canavezes, tendo comprado uns terrenos na rua das Tripas, no Porto (actual rua do Sol), para armazenagem e posterior venda de pedras. Viria mais tarde a urbanizá-los ao abandonar esta actividade<sup>8</sup>.

Deste casamento de Manuel Vieira de Magalhães e Maria Angélica nasceram dez filhos entre 1772 e 1794, sendo o oitavo **António Vieira de Magalhães, 1.º barão e visconde de Alpendurada**, a quem voltaremos. Dos restantes nove, referimos apenas Francisco Vieira de Magalhães (1787-1808) que, em 1807, terá requerido carta de bração de armas, processo inconcluso por sua morte, e Joaquim Vieira de Magalhães (1791-1831), que foi bacharel em Direito e partidário do liberalismo, tendo sido condenado ao garrote pela alçada do Porto em 1829, sentença de que escapou fugindo para Vigo e daí para Inglaterra, onde ficou pouco tempo, por dificuldades económicas, morrendo em viagem para os Açores, onde pretendia juntar-se ao exército de D. Pedro, duque de Bragança<sup>9</sup>.

O mencionado **António Vieira de Magalhães** nasceu no lugar da Feira Nova, freguesia de Ariz, a 17 de Maio de 1789.

---

6 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., p. 317.

7 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., p. 317.

8 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., p. 311.

9 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., pp. 314, 316 e 395-396.

Foi negociante de vinhos do Alto Douro na cidade do Porto, assim se intitulando em 1840 quando do pedido de concessão de uma comenda, adiante mencionado<sup>10</sup>. Figurou numa lista de comerciantes do Porto, matriculados e não matriculados, publicada pelo Tribunal do Comércio daquela cidade, para se proceder à eleição dos juizes jurados comerciais e substitutos em 1834<sup>11</sup>. Dez anos mais tarde, subscreveu, com outros comerciantes, um pedido ao Governo para realizar obras no porto e barra da dita cidade<sup>12</sup>. Sabemos que, no ano de 1833, exportou 30 pipas de vinho, número reduzido se comparado com os outros negociantes – *Jorge Sandeman & C.<sup>a</sup>* enviou 2435 pipas, o número mais elevado nesse ano<sup>13</sup>. Em 1856, o então já visconde de Alpendurada exportou 253 pipas, quantidade novamente pouco significativa se comparada com as 3327 de *Sandeman & C.<sup>a</sup>* ou as 2507 de *Cockburn Smiths & C.<sup>a</sup>*, todas saídas da barra do Douro<sup>14</sup>.

Alegando haver “*prestado valiosos serviços a pró do feliz governo de Vossa Majestade, constantes dos documentos inclusos, e outros de não menos importância*”, pediu à rainha D. Maria II a concessão da comenda da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Os documentos que juntou são ambos datados de 1834, sendo o primeiro de 19 de Maio e da autoria de Tibúrcio Joaquim Barreto Feio, inspector do Alistamento Militar e membro da Comissão de Recrutamento para os diferentes corpos do Exército Libertador no Porto. Declarou este que encarregara António Vieira de Magalhães “*não só por seus leais sentimentos, como pelas suas*

---

10 Em 1825 não surge na relação dos negociantes da cidade do Porto publicada em *Almanach Portuguez. Anno de M. DCCC. XXV*, Na Impressão Regia, Lisboa s.d., 551-562. Não figura também numa extensa relação de negociantes do Porto que, a 14 de Outubro de 1834, felicitaram a rainha pela promulgação do Código Comercial e a instituição do Tribunal de Primeira Instância naquela cidade; em Outubro do ano seguinte o seu nome está igualmente omissa da lista dos cidadãos mais colectados daquela urbe; vd. Lívio Correia, “Subsídios para o estudo das elites portuenses em 1835: a fundação da Companhia de Seguros denominada Segurança”, *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica*, n.º 3, Porto, Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona do Porto 2008, pp. 112-125 e 131-133.

11 *Chronica Constitucional de Lisboa*, ano de 1834, n.º 165, 7 de Agosto, p. 594, 1.ª.

12 *Diario do Governo*, ano de 1844, n.º 299, 18 de Dezembro, p. 1444, 2.ª.

13 *Chronica Constitucional de Lisboa*, ano de 1834, n.º 12, 14 de Janeiro, p. 47, 1.ª.

14 *A Nação*, ano de 1857, 15 de Janeiro, p. 4, 4.ª.

*extensas relações com diversos Proprietários das Províncias Transmontana, e Beira Alta, de procurar aderir, e examinar qual a opinião dos Povos” à causa de D. Maria II, “isto quando as mesmas se achavam ocupadas, e subjugadas pela usurpação”. Desta missão deu conta a 24 de Março, participando os resultados favoráveis obtidos. Cumpriu com “decidido zelo”, “não poupando despesas próprias, nem os extraordinários riscos da sua pessoa, e fortuna”. O outro documento, da responsabilidade do então barão do Pico do Celeiro – depois conde da Serra do Pilar –, governador das Armas da Província do Porto, é datado de 28 de Agosto do mesmo ano de 1834, e nele se atestou que António Vieira de Magalhães, comerciante de vinhos do Alto Douro, se “apresentou antes de eu dar princípio à gloriosa campanha do Minho, oferecendo-me os seus serviços. Encarreguei-o de promover no Douro a desunião das guerrilhas, e cooperar quanto pudesse para o pronto restabelecimento dos direitos” da rainha, “o que executou com todo zelo, apresentando por isso a sua actividade os melhores resultados”<sup>15</sup>.*

Apesar de pretender a comenda da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, foi agraciado com o grau de comendador da Ordem de Cristo, por decreto de 17 de Junho de 1840, em “atenção aos serviços, com que na luta da Liberdade contra o Despotismo cooperou para o restabelecimento e triunfo do Legítimo Governo destes Reinos”<sup>16</sup>. Admitimos que, à semelhança de tantos outros neste período, tenha pedido a Ordem de Nossa Senhora da Conceição para depois, fazendo uma interpretação enviesada dos estatutos desta, requerer o foro de fidalgo cavaleiro da Casa Real<sup>17</sup>.

Dois anos mais tarde, por decreto de 12 de Agosto de 1842, recebeu o título honorífico de conselheiro de Sua Majestade Fidelíssima, reconhecendo-se “muito especialmente a eficaz cooperação que prestou à gloriosa restauração da Carta Constitucional da Monarquia”, restabelecida no início desse ano<sup>18</sup>.

---

15 Torre do Rombo (T.T.), Ministério do Reino, decretos, 17 de Junho de 1840.

16 TT, Ministério do Reino, decretos, 17 de Junho de 1840.

17 Sobre este assunto, vd. Lourenço Correia de MATOS, “Os Comendadores da Ordem de N.ª Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa e o foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real”, *Revista DisLivro Histórica*, n.º 1, Lisboa, DisLivro Histórica, 2008, pp. 363-368.

18 TT, Ministério do Reino, decretos, 12 de Agosto de 1842.

Lourenço Correia de Matos

Nesta última data era já presidente da Câmara Municipal do Porto desde 5 de Janeiro do dito ano de 1842, exercendo até 27 de Maio de 1846. Regressou à presidência da autarquia de 3 de Novembro de 1847 a 31 de Dezembro de 1849, e por fim, de 2 de Janeiro de 1856 a 25 de Janeiro de 1858, totalizando quase nove anos à frente da edilidade da Invicta. Foi reeleito para o biénio 1858-1859 mas não chegou a governar por não ter tomado posse um número suficiente de vereadores<sup>19</sup>.

Por decreto de 3 de Janeiro de 1846, e alvará de 8 de Abril, foi agraciado com o foro de fidalgo cavaleiro da Casa Real, que requereu “*expondo os serviços que tem prestado à Causa do Trono Constitucional*” e por “*haver exercitado, por três eleições sucessivas, o cargo de Presidente da Câmara Municipal do Porto*”. A rainha, “*Querendo perpetuar na sua família a memória daqueles valiosos serviços e da sua honrada lealdade, agraciando-o com um testemunho da minha Benevolência condigno da posição e abastadas circunstâncias, com que ele se acha*”, concedeu o mencionado foro grande da Casa Real. Pagou 105\$000 de direitos de mercê a 4 de Abril, e 20\$000 de imposto de selo, a 15 do mesmo mês<sup>20</sup>.

Foi também pelo exercício daquele cargo autárquico que, por carta datada de Turim a 12 de Dezembro de 1849, lhe foi concedida a comenda da Ordem de São Maurício e São Lázaro, como agradecimento pela forma como a edilidade portuense acolhera o rei Carlos Alberto da Sardenha durante o seu curto exílio na cidade do Porto, onde morreu a 28 de Julho daquele ano<sup>21</sup>.

Entretanto, António Vieira de Magalhães fora nomeado tenente-coronel comandante do 2.º Batalhão Nacional de Caçadores do Porto, com antiguidade de 5 de Setembro 1848<sup>22</sup> (terá sido indicado para o 1.º Batalhão e trocado, a 27 de Outubro,

---

19 Fernando de Sousa (coord.), *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)*, CEPESE, s.l. 2013, pp. 100-105, 117-119 e 133-135.

20 TT, Mordomia-mor da Casa Real, documentos 7491-7495; Nuno Gonçalo Pereira Borrego, *Mordomia-mor da Casa Real. Foros e Ofícios. 1755-1910*, Tribuna da História, s.l. 2007, tomo II, p. 265.

21 Ribera; Magalhães, A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada, op. cit., pp. 31 e 313.

22 *Lista Geral dos Officiaes e Empregados Civis do Exercito referida ao 1.º de Agosto de*

## Os Condes de Magalhães e suas alianças

com o coronel Bernardo Pinto de Miranda Montenegro)<sup>23</sup>. Esta unidade fazia parte dos chamados Corpos Nacionais, uma 2.<sup>a</sup> linha militar, sucessores das antigas milícias, não integrando o exército regular, pelo que os comandos dos mesmos não correspondiam a um exercício militar efectivo.



Barão de Alpendurada [SOUSA, Fernando de (coord.), Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013), op. cit., p. 100]

Em Fevereiro de 1847, quando da invasão do Porto pelos exércitos da Junta da Patuleia, o conselheiro António Vieira de Magalhães foi procurado e dois dos seus criados metidos “*no segredo, e carregados de ferros para confessarem aonde estava*”.

---

1850, Imprensa Nacional, Lisboa 1850, p. 268; *Almanach do Exército referido ao 1.º de Novembro de 1855*, Imprensa Nacional, Lisboa 1855, p. 437.

23 RIBERA; MAGALHÃES, A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada, op. cit., p. 31.

Lourenço Correia de Matos

A família foi mandada despejar de casa para ali colocarem a secretaria da Guerra, e tomados os géneros que acharam na quinta, tudo por ordem da dita Junta. A notícia acrescentou ainda que apenas “*Por intervenção de um seu amigo, negociante inglês, não foi levada a efeito a ordem de serem apreendidos seus papéis comerciais!?*”<sup>24</sup>.

Após a extinção das ordens religiosas em 1834, António Vieira de Magalhães comprou o convento de São João Baptista de Alpendurada, próximo da sua terra natal, bem como as diversas propriedades pertencentes a este. Este nome seria escolhido para a designação do título de barão, de Alpendurada, concedido por decreto de 13 de Julho de 1848, onde se aludiu novamente aos serviços prestados para “*a restauração e manutenção da Carta Constitucional*” – mas só a 22 de Abril de 1851, após pagamento dos direitos de mercê, foi passada carta do título<sup>25</sup>. Neste último ano, por decreto de 13 de Maio, foi elevado a visconde, pelo seu contributo “*para o glorioso pronunciamento efectuado nesta Heroica Cidade [Porto] a favor do grito por mim alevantado*”. O decreto é assinado pelo duque de Saldanha, que fora quem alevantara o grito, em mais um dos diversos golpes político-militares que protagonizou<sup>26</sup>.

Alpendurada foi provedor e benfeitor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, onde existe o seu retrato, pintado por Francisco Pinto da Costa, em Julho de 1859, escassos meses após a sua morte (o quadro custou 30\$000 réis)<sup>27</sup>. Quando, em 1865, a viúva pediu uma nova vida no título de viscondessa para a sua filha (adiante referida), mencionou que o falecido visconde “*desempenhou inumeráveis comissões de serviço público, e foi desvelado protector com avultadas somas de todos os estabelecimentos pios do Reino, e ainda em seu testamento deixou um importante legado à Santa Casa*

---

24 *Diario do Governo*, ano de 1847, n.º 56, 6 de Março, p. 223, 2.<sup>a</sup>.

25 TT, Ministério do Reino, decretos, 13 de Julho de 1848. Registe-se que o decreto foi passado a um outro António Vieira de Magalhães, vice-presidente da Relação do Porto – assim nomeado –, estando junto uma carta do duque de Saldanha, então presidente do ministério, a esclarecer que não se tratava deste mas de um homónimo.

26 TT, Ministério do Reino, decretos, 13 de Maio de 1851.

27 Maria Antonieta Lopes Vilão Vaz de Moraes, *Pintura nos séculos XVIII e XIX na Galeria dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Dissertação de Mestrado em história da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto 2011, vol. I, p. 152, vol. III, p. 80.

*da Misericórdia desta cidade do Porto, que o contou e conta no número dos seus mais prestantes benfeitores e antigos provedores*<sup>28</sup>.



Convento de São João Baptista de Alpendurada [fotografia do autor, Junho de 2020]

Terá sido um importante accionista da Companhia Velha, ocupando cargos directivos de 1838 a 1842, e também fundador (em 1834) e director da Assembleia Portuense<sup>29</sup> (uma dissidência desta instituição estaria na origem, em 1857, do Club Portuense)<sup>30</sup>. Iniciado na maçonaria, usou como nome simbólico *Dario I*. Foi

---

28 TT, Ministério do Reino, decretos, 9 de Agosto de 1865.

29 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., pp. 31 e 313.

30 Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, *História do Club Portuense (1857-2007)*, Porto, Club

Lourenço Correia de Matos

proprietário de diversas quintas no concelho de Marco de Canavezes, adquiridas por herança ou compra, provavelmente por ambas<sup>31</sup>.



Portal no convento de Alpendurada com as armas dos viscondes de Alpendurada: escudo partido, I Vieira, II Magalhães, coronel de visconde [fotografias do autor, Junho de 2020]

Em duas biografias do titular que vimos seguindo<sup>32</sup>, encontram-se algumas informações que nos parecem improváveis e outras comprovadamente erradas. Assim, não temos qualquer indicação que António Vieira de Magalhães tenha estado

---

Portuense, 2008, p. 25 e seguintes.

31 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., pp. 31, 313.

32 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., p. 31; Sousa (coord.), *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)*, op. cit., pp. 100-101. Admitimos que parte dos erros impressos na 2.ª obra referida sejam copiados da 1.ª. Importa mencionar que os mesmos não constam de bibliografia anterior que refere este titular, a saber, por ordem cronológica: Albano da Silveira Pinto; Visconde de Sanches de Baêna, *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*, Lisboa, Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva, 1883, vol. I, p. 64; Esteves Pereira; Guilherme Rodrigues, *Portugal Dicionario*, Lisboa, João Romano Torres & C.ª - Editores, 1909, vol. IV, p. 726; *Nobreza de Portugal e do Brasil*, direcção de Afonso Eduardo Martins Zúquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia Lda, 1960, vol. II, p. 714.

no cerco do Porto com a patente de capitão de Caçadores 5, sendo ferido nesta ocasião e passado à disponibilidade com a patente de major. O próprio nunca o alegou e nenhum dos atestados atrás mencionados o refere, o que certamente aconteceria se assim tivesse sucedido. Igualmente não figura na *Lista Geral dos Officiaes do Exercito Libertador*<sup>33</sup> nem encontrámos qualquer menção à sua passagem pelo exército, que nada tem a ver com o comando do Batalhão Nacional de Caçadores, um corpo de 2.<sup>a</sup> linha. Igualmente não comprovámos que tenha sido provedor dos exércitos liberais ou administrador do Real de Água no Douro e Tâmega, ainda para mais por sucessão. Uma eventual nomeação como par do Reino, que não se teria efectivado por morrer antes de tomar posse, não tem qualquer fundamento documental e parece-nos inverosímil<sup>34</sup>.

Erradas são as informações de ter recebido a medalha das Campanhas da Liberdade e o grau de oficial, ou grande-oficial – as biografias não são concordantes –, da Ordem de Avis. A primeira, oficialmente denominada de D. Pedro e D. Maria, só foi criada em 1861 e não foi concedida a título póstumo – Alpendurada morrera em 1859. Já os mencionados graus de oficial e grande-oficial daquela antiga Ordem Militar só foram instituídos com a reforma da mesma no ano de 1894, mais de três décadas após a morte do visconde<sup>35</sup>.

Igualmente por documentar fica a carta de brasão – escudo partido de Vieira e Magalhães – que teria sido concedida a 14 de Abril de 1812 e registada em Lisboa a 24 do mesmo mês. Na posse da família existe apenas uma “*cópia manuscrita em papel normal, sem qualquer autentificação e em péssimo estado de conservação*”. Não encontrámos o registo deste documento no Cartório da Nobreza, que se encontra

---

33 *Lista Geral dos Officiaes do Exercito Libertador ao dia 25 de Julho de 1833*, Lisboa, 18 Na Typ. de A.J. da Cruz, 35, republicada em fac-simile, com índices, *Os Officiaes do Exercito de D. Pedro*, Guarda-Mor, s.l. 2008.

34 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., p. 31. O seu nome não figura em Maria Filomena MÓNICA (coordenação), *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, Instituto de Ciências Sociais da Univ. de Lisboa e Assembleia da República, s.l., 2005, vol. II.

35 Agradecemos estas informações ao investigador Paulo Estrela, grande especialista em ordens honoríficas e condecorações.

Lourenço Correia de Matos

na Torre do Tombo<sup>36</sup>, nem qualquer processo de justificação de nobreza que precedia a atribuição destes diplomas. A *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal* menciona que este brasão fora adoptado, ignorando-se a “a linha de ascendência, e o nome da pessoa a que foi conferido o respectivo alvará”<sup>37</sup>.

O futuro barão e visconde de Alpendurada casou duas vezes, sendo a primeira com uma prima, **Margarida Albina de Melo**, pelo que foram dispensados em 4.º grau de consanguinidade. Este casamento foi celebrado na igreja paroquial de Ariz, a 15 de Outubro de 1810, e a noiva – nomeada sem apelido e sem o tratamento de dona –, que aí nascera a 14 de Abril de 1794, era filha de **António Joaquim Pereira de Melo** e de sua mulher **Antónia Maria Narcisa Ferreira**<sup>38</sup>. Seria de Margarida Albina a casa no lugar da Feira Nova, freguesia de Ariz, no largo hoje denominado de conde de Ariz<sup>39</sup>.



Casa da família Alpendurada no lugar da Feira Nova, freguesia de Ariz, localizada no largo hoje denominado conde de Ariz [fotografia do autor, Junho de 2020]

36 As cartas de brasão de armas registadas na Torre do Tombo foram compiladas por Visconde de Sanches de Baêna, *Archivo Heraldico-Genealogico*, Typographia Universal, Lisboa 1872.

37 Pinto; Baêna, *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*, op. cit., vol. I, p. 66.

38 Arquivo Distrital do Porto (ADP), Registos Paroquiais (Reg. Par.), Marco de Canavezes, Ariz, casamentos n.º 5, fls. 126-126v. O casamento foi na igreja paroquial e não na capela da casa de Ariz, como refere Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., p. 31.

39 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., p. 31.

Deste casamento nasceram seis filhos, entre eles o futuro conde de Magalhães, dos quais deixamos aqui breves dados. Foram todos naturais do lugar da Feira Nova e baptizados na freguesia de Ariz<sup>40</sup>.

- *D. Joaquina*, a primogénita, nasceu a 3 de Agosto de 1811 e morreu com poucos meses, no mesmo lugar, a 21 de Janeiro de 1812.
- *Joaquim Vieira de Magalhães* nasceu a 29 de Novembro de 1812 e veio a morrer a 26 de Fevereiro de 1858, no Porto, sendo sepultado no jazigo capela que mandou erigir no cemitério da Lapa. Bacharel em Direito, foi curador-geral dos órfãos daquela cidade, deputado da Nação (1842-1846), membro da maçonaria, fundador do Club Portuense, em 1857, e vogal da 1.<sup>a</sup> direcção, etc.<sup>41</sup> Casou a 24 de Janeiro de 1850 com D. Adelaide Arménia Pedrosa (1831-1855), de quem teve um único filho, *António Joaquim Vieira de Magalhães* (1852-1929), 1.<sup>o</sup> visconde (decreto de 20 de Maio de 1880) e 1.<sup>o</sup> conde de Ariz (decreto de 24 de março de 1890), fidalgo cavaleiro da Casa Real por alvará de 24 de Abril de 1872 (em sucessão ao avô<sup>42</sup>), grã-cruz da Ordem de Isabel a Católica (23 de Julho de 1897), proprietário da casa grande de Ariz, no largo hoje denominado com o seu título nobiliárquico. Casou, a 27 de Maio de 1872, com sua prima co-irmã D. Lúcia Josefina Pereira de Magalhães (1857-1906), filha de sua tia Josefina, 2.<sup>a</sup> viscondessa de Alpendurada (adiante citada), de quem não teve descendência. O conde de Ariz teve, no entanto, um filho natural, Manuel Vieira de Magalhães (1882-1934), que morreu demente e solteiro extinguindo-se esta linha, cuja representação genealógica passou aos descendentes do conde de Magalhães<sup>43</sup>.
- *D. Maria Adelaide Vieira de Magalhães* nasceu a 17 de Março de 1815 e casou no Porto, freguesia da Sé, a 16 de Julho de 1837, com *Bartolomeu de Sousa e Castro* (1807-1855), com geração que deverá estar extinta; enviuvando,

---

40 Salvo indicação em contrário seguimos a obra de Ribera; Magalhães, *A descendência do 1.<sup>o</sup> Barão e 1.<sup>o</sup> Visconde de Alpendurada*, op. cit., p. 31 e seguintes.

41 Para uma biografia mais desenvolvida, vd. “Joaquim Vieira de Magalhães”, in Damião Vellozo Ferreira, *O Club Portuense. 1857. Biografia dos Fundadores*, s.n., Porto 2007, pp. 229-234; Sousa, *História do Club Portuense (1857-2007)*, op. cit., p. 418.

42 Borrego, *Mordomia-mor da Casa Real...*, op. cit., tomo II, p. 429.

43 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1.<sup>o</sup> Barão e 1.<sup>o</sup> Visconde de Alpendurada*, op. cit., pp. 41-42.

- D. Maria Adelaide casou 2.<sup>a</sup> vez com *Francisco da Silva Tavares*, sem geração<sup>44</sup>.
- *D. Joaquina Augusta Vieira de Magalhães* nasceu a 2 de Março de 1818 e casou no Porto, freguesia de Miragaia, a 7 de Janeiro de 1836, com *Gaspar Joaquim Borges de Castro* (1799-1871), grande comerciante em Vila Nova de Gaia. Com geração, *Vieira Borges de Castro*, *Sousa Vaia Rebelo de Moraes* (*viscondes de São João da Pesqueira*), *Sousa Vaia da Cunha Lima* (*viscondes de São João da Pesqueira*), *Lima de Sousa Pinto* (*viscondes de São Jerónimo*), *Borges de Castro da Costa Leite* (*viscondes de Oliveira*), *Costa Leite de Faria*, *Costa Leite de Paiva*, *Meireles Teixeira Coelho*, *Ribeiro de Meireles*, *Garrido de Meireles*, *Meireles Leite de Castro*, *Leite de Castro Fraga*, *Meireles Sampaio de Moraes Pinto de Almeida*, *Costa Pereira de Lacerda* (*condes da Campanhã*), *Andresen Guimarães*, etc.<sup>45</sup>
  - *José Vieira de Magalhães* nasceu a 25 de Outubro de 1819 e morreu menor<sup>46</sup>.
  - ***António Joaquim Vieira de Magalhães, 1.º barão e 1.º conde de Magalhães***, de quem trataremos detalhadamente no ponto 2.

A 16 de Fevereiro de 1823, em Ariz, morreu Margarida Joaquina – assim nomeada –, no estado de casada com António Vieira de Magalhães, deixando testamento no qual determinou que se celebrassem 235 missas por sua alma e de outras pessoas da família<sup>47</sup>.

Viúvo, António Vieira de Magalhães, que até à morte da mulher viveria em Ariz, terá mudado para o Porto, onde casou pela 2.<sup>a</sup> vez, na freguesia de Cedofeita, a 3 de Dezembro de 1829<sup>48</sup>, com D. Maria das Neves Correia Leal, nascida nessa mesma cidade a 5 de Agosto de 1803.

---

44 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., p. 32.

45 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., pp. 71-174.

46 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., p. 32.

47 ADP, Reg. Par., Marco de Canavezes, Ariz, óbitos n.º 5, fls. 195v-196.

48 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., p. 32. Não foi possível confirmar a informação pois o livro dos casamentos celebrados na freguesia de Cedofeita entre Setembro de 1827 a Maio de 1845, foi roubado. Alguns registos foram novamente abertos entre 1865 a 1887 (livro de casamentos n.º 26), mas entre eles não se encontra o de António Vieira de Magalhães (que morrera em 1859).

Deste casal nasceram duas filhas – a primeira antes do casamento dos pais –, sendo ambas baptizadas na Sé do Porto.

- *D. Josefina Augusta Vieira de Magalhães, 2.<sup>a</sup> viscondessa de Alpendurada*, numa segunda vida do título concedida a pedido da mãe, a 29 de Julho de 1865, por decreto de 12 de Agosto seguinte, extensível ao seu marido. Fora esta filha a herdeira do mosteiro de Alpendurada no inventário de partilhas por morte do pai<sup>49</sup>. Nasceu a 25 de Janeiro de 1829 e morreu na Foz do Douro a 4 de Setembro de 1892. Casou em Ariz, na capela da casa da Feira Nova, a 12 de Maio de 1850, com *João Baptista Pereira da Rocha (1831-1903), 1.º conde de Alpendurada* (decreto de 25 de Maio de 1882); fidalgo cavaleiro da Casa Real, era grande proprietário em Lamego e foi presidente da Câmara Municipal desta cidade. Com geração, *Melo Pereira de Magalhães (condes de Alpendurada), Magalhães Wandschneider, Magalhães de Sousa Girão, Castro Girão, etc.*<sup>50</sup>
- *D. Henriqueta Adelaide Vieira de Magalhães* nasceu a 23 de Dezembro de 1835 e morreu na mesma freguesia da Sé a 9 de Setembro de 1906. Casou aí, a 7 de Janeiro de 1859, com *Francisco de Azeredo Teixeira de Aguilar (1828-1918), 2.º visconde e conde de Samodães*, que foi ministro da Fazenda, ministro de Estado honorário, deputado, par do Reino, presidente da Câmara Municipal do Porto, escritor, jornalista, destacado activista católico, etc. Com geração, *Azeredo (condes de Samodães), Azeredo Keating, Manoel de Vilhena (condes de Vila Flor e Alpedrinha), São Payo Melo e Castro (marqueses e condos de São Payo), São Payo Osório de Castro, etc.*<sup>51</sup>

Uma nota final para mencionar que o barão e visconde de Alpendurada foi objecto de diversas críticas e comentários caricaturais<sup>52</sup>. Salientamos as referências do escritor Camilo Castelo Branco ao titular e à sua família, patentes no livro

---

49 TT, Ministério do Reino, decretos, 12 de Agosto de 1865.

50 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., pp. 177-243.

51 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., pp. 243-307.

52 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., pp. 311-312.

*Subsídios para a Camiliana. Notas a livros de Camillo Castello Branco feitas pelo Dr. João de Vasconcellos Carneiro e Menezes (1836-1913)*, em que o filho deste, Manuel de Vasconcellos, transcreve excertos de obras do romancista em que o pai identificou as personagens ficcionadas. Na *Vingança*, publicado em 1858, escreveu Camilo: “Quando nascerá o génio que nos conte devagar, fenómeno por fenómeno, as metamorfoses que temos visto? Que comédias e tragédias desde o leme de um barco de pipas até á vara de uma presidência municipal! Desde a tripeça palmilheira de aldeia até à banquetta carmesim para a portinhola do «coupé» da viscondessa.” Referia-se, segundo os citados *Subsídios*, ao casal Alpendurada. Na mesma obra, Margarida Carvalhosa seria a filha dos viscondes que veio a ser condessa de Samodães, dizendo Camilo que a mãe fora “antiga tecedeira” e que o pai havia sido barqueiro. Já no livro *Memorias de Guilherme do morais Amaral*, de 1863, a personagem barão de Carvalhosa, leia-se Alpendurada, “foi arrais dos barcos da carreira no rio Douro, enriqueceu com o negócio da água ardente e vinho que introduziu no Porto e tornou-se capitalista, proprietário e titular.”<sup>53</sup>



Retrato do 1.º barão e visconde de Alpendurada na colecção da Santa Casa da Misericórdia do Porto [Maria Antonieta Lopes Vilão Vaz de Moraes, Pintura nos séculos XVIII e XIX na Galeria dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia do Porto, op. cit., vol. I, p. 152]

<sup>53</sup> Manuel de Vasconcellos, *Subsídios para a Camiliana. Notas a livros de Camillo Castello Branco feitas pelo Dr. João de Vasconcellos Carneiro e Menezes (1836-1913)*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira,, 1925, pp. 29-37.

O visconde de Alpendurada morreu a 20 de Abril de 1859, “na sua casa de Alpendurada, depois de uma prolongada moléstia contra a qual foram impotentes todos os esforços da medicina”, segundo noticiou o jornal *O Commercio do Porto*<sup>54</sup>, mas morte terá ocorrido possivelmente na mencionada casa da Praça, no lugar da Feira Nova, freguesia de Ariz, em cuja capela terá sido sepultado, pois o convento de Alpendurada não era habitado pela família nesta época<sup>55</sup>. A viscondessa viúva de Alpendurada sobreviveu-lhe quase trinta anos, morrendo a 22 de Junho de 1888 na freguesia da Sé do Porto.

## 2. -ANTÓNIO JOAQUIM VIEIRA DE MAGALHÃES, 1.º BARÃO E 1.º CONDE DE MAGALHÃES

Nascido no lugar da Feira Nova, freguesia de Ariz, a 18 de Maio de 1822, segundo o seu assento de baptismo, e não no dia 22 como indicam todas as fontes impressas que consultámos, inclusive coevas<sup>56</sup> – terá nascido a 22 e o pároco enganou-se ao lavar o registo? Foi baptizado, apenas com o nome de António, a 28 do mesmo mês, tendo por padrinho o tenente-coronel António Vieira de Miranda, de São Paio de Favões, assistindo também o dr. José Peixoto, de Cavalões, freguesia de Vila Boa de Quires. Como testemunhas assinaram Joaquim António Pereira, da quinta do Olival, e José António de Sousa, mercador, da freguesia de Ariz.

O seu assento de baptismo é bem revelador de que o estatuto dos seus pais era ainda indiferenciado, não sendo mencionadas com o tratamento de dona a sua mãe ou qualquer das avós, o que não deixaria de acontecer se gozassem já de alguma proeminência, mesmo que apenas na sua freguesia. O neófito foi identificado como filho de António Vieira e de Margarida Alvina (sic), neto paterno de Manuel Vieira e de Maria Angélica, e materno de António Joaquim e de Antónia Joaquina Narcisca.

---

54 *O Commercio do Porto*, ano de 1859, 23 de Abril, p. 2, 4.<sup>a</sup>.

55 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., pp. 31, 311. Não localizámos o seu assento de óbito nos registos paroquiais de Ariz ou de Alpendurada.

56 ADP, Reg. Par., Marco de Canavezes, Ariz, baptismos n.º 5, fl. 144v; *Almanach de Portugal para o anno de 1855*, Imprensa Nacional, Lisboa 1854, p. 659; Pinto; Baêna, *Resenha das familias titulares e grandes de Portugal*, op. cit., vol. II, p. 106; *Nobreza de Portugal e do Brasil*, op. cit., vol. II, p. 714; Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., p. 47.



## 2.1 Vida profissional e política

O mais provável é que tenha iniciado actividade comercial com o seu pai, no negócio de exportação de vinhos. A 27 de Janeiro de 1849 sabemos que António Joaquim Vieira de Magalhães saiu de Lisboa para o Porto no vapor português *Vesúvio*, sendo referido como negociante. No mesmo navio, regressou à capital a 12 de Abril<sup>57</sup>.

Em 1854, quando da concessão do título de barão, foi referido como “*negociante de grosso trato da praça de Londres*”<sup>58</sup>. No *Almanach de Portugal para o anno de 1855*, publicado em 1854, é mencionado no aditamento à lista dos barões indicando-se como residência a dita cidade inglesa<sup>59</sup>.

Participou, em Abril de 1858, numa reunião no Porto, onde estariam mais de mil pessoas, na Associação Comercial daquela cidade. O encontro destinava-se a assegurar que o comércio da Invicta ficaria dignamente representado nas listas de deputados às cortes. Entre outros, interveio o barão de Magalhães que foi igualmente designado para uma comissão central encarregue de trabalhar este assunto<sup>60</sup>.

Em sociedade com o sogro, visconde de Orta – Magalhães casara em 1857 (vd. ponto 2.3) –, e um cunhado, Gaspar Joaquim Borges de Castro (vd. ponto 1.), o barão comprou o vapor *D. Pedro II*, da Luso-Brasileira de Londres, em 1858, pela quantia de £ 12.500, em três pagamentos: à vista, a seis meses e a um ano<sup>61</sup>.

Surge numa lista de exportadores de vinho do Porto em 1860, tendo exportado no ano anterior 186 pipas, número reduzido se comparado com outros comerciantes,

---

57 *Diario de Governo*, ano de 1849, n.º 25, 29 de Janeiro, p. 118, 3.ª; n.º 86, 13 de Abril, p. 438, 3.ª.

58 TT, Ministério do Reino, decretos, 19 de Julho de 1854.

59 *Almanach de Portugal para o anno de 1855*, op. cit., p. 659.

60 *A Nação*, ano de 1858, 22 de Abril, p. 2, 1.ª.

61 *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano de 1858, 9 de Dezembro, p. 1, 1.ª. Registamos que a consulta da imprensa brasileira se deve ao facto deste país ter numerosos periódicos digitalizados, disponíveis em linha e pesquisáveis, ao contrário do que acontece em Portugal. Os jornais brasileiros publicavam extensas notícias do que se passava no nosso país, extraídas da imprensa portuguesa ali recebida.

como *Sandeman & C.<sup>a</sup>*, com 2105 pipas, ou *Cockburn Smiths & C.<sup>a</sup>*, com 1281, mas mesmo assim significativo, pois em 63 elencados apenas 24 exportaram maior quantidade<sup>62</sup>. Nesta relação não surge o pai, visconde de Alpendurada, falecido no ano anterior, pelo que tudo leva a crer que tenha sido António o sucessor nos negócios da família (Joaquim, o irmão mais velho, morrera em 1858, em vida do pai – vd. ponto 1.).

A 15 de Janeiro de 1860 reuniram-se os maiores contribuintes dos três bairros da cidade do Porto para elegerem as comissões de recenseamento sendo Magalhães eleito presidente dos substitutos do 3.º Bairro, pelo que viveria ainda nesta urbe<sup>63</sup>. No ano seguinte, em Outubro de 1861, o seu nome surgiu numa lista de proprietários que não tinham pago, até dia 1 desse mês, a colecta do 1.º semestre na recebedoria da 3.ª secção do Bairro Alto (freguesias do Sacramento, Pena e Coração de Jesus). Esta dívida, no valor de 12\$294, continuava por saldar em Fevereiro do ano seguinte, sendo a verba elevada, pois em mais de 500 contribuintes listados apenas 11 pagavam quantias superiores<sup>64</sup>.

Em Março de 1862 comprou, em globo, diversas propriedades do convento das religiosas de São Bernardo de Arouca pela quantia 17.200\$000. O assunto foi discutido no Parlamento pois a venda estivera suspensa devido a uma questão de servidão de águas numa das propriedades, tendo prestado esclarecimentos o ministro da Fazenda Lobo de Ávila, que era concunhado do barão de Magalhães, como veremos (ponto 2.4.). O deputado Pinto Coelho tomou a palavra para criticar esta venda, da qual se anunciara oficialmente a suspensão, assinalando o parentesco do arrematante com o ministro. Pediu que a situação não se repetisse, mas também que o ministro instasse o barão de Magalhães a desistir da arrematação. A polémica continuou em debates parlamentares seguintes, mas não consta que tenha desistido da arrematação<sup>65</sup>.

---

62 *Diario de Lisboa*, ano de 1860, n.º 5, 7 de Janeiro, p. 19, 1.ª.

63 *Diario de Lisboa*, ano de 1860, n.º 15, 19 de Janeiro, p. 58, 4.ª.

64 *Diario de Lisboa*, ano de 1861, n.º 225, 5 de Outubro, p. 2704, 1.ª; idem, ano de 1862, n.º 27, 4 de Fevereiro, p. 560, 1.ª.

65 *Diario de Lisboa*, ano de 1862, n.º 58, 13 de Março, pp. 767-769; idem, n.º 59, 14 de Março, pp. 779-781.

A 10 de Agosto de 1864, sendo referido como proprietário e morador no Campo de Santana, 66, em Lisboa, foi membro da comissão instaladora do Banco Lusitano – que inicialmente se denominaria Companhia Universal –, juntamente com o conselheiro Francisco da Silva Melo Soares de Freitas, José Maria Camilo de Mendonça, Estevão José Brochado, António José Gomes Neto, Eduardo Ayala dos Prazeres e Anton Leopold Schroeter (em representação da firma comercial *Morrogh Walsh & C.<sup>o</sup>*). O fundo capital do Banco era de 12.000.0000 réis divididos em 120 mil acções de 100\$000 réis cada uma<sup>66</sup>. Registe-se, como curiosidade, que os acima referidos Francisco da Silva Melo Soares de Freitas e José Maria Camilo de Mendonça seriam agraciados com os títulos de visconde do Barreiro e visconde da Abrigada, respectivamente, em 1870, no mesmo ano da elevação à grandeza do barão de Magalhães.

Em Março de 1865 esteve presente numa reunião da Associação de Agricultura Portuguesa, manifestando-se contra um projecto de lei da livre admissão de cereais, posição que acabou por ser adoptada por esta instituição<sup>67</sup>. Nesse mesmo ano participou num grupo de investidores – entre os quais Fonseca, Santos & Viana, visconde dos Olivais, Policarpo Lopes dos Anjos, Adriano Antão Barata Salgueiro, marqueses de Ficalho e de Sousa Holstein, etc. –, que pretendia edificar um novo bairro em Lisboa, aproveitando as hortas e quintais do alto do Salitre, entre a travessa da Cera, do Moreira, do Vale de Pereiro, e a azinhaga do Enviado de Inglaterra, compreendendo a vasta cerca do convento de Santa Joana<sup>68</sup>. Neste mesmo ano, o barão de Magalhães surge na lista de negociantes não matriculados no Tribunal do Comércio de Lisboa<sup>69</sup>.

Foi eleito deputado em Julho de 1865, obtendo a totalidade dos votos do círculo eleitoral pelo qual se apresentou, São João da Pesqueira, tendo participado 1584 eleitores<sup>70</sup>. A 17 de Agosto fez a primeira intervenção, ainda nas sessões preparatórias

---

66 *Diario de Lisboa*, ano de 1864, n.º 193, 30 de Agosto, pp. 2610-1611.

67 *A Nação*, ano de 1865, 21 de Março, p. 3, 4.<sup>a</sup>.

68 *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano de 1865, 25 de Setembro, p. 1, 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup>.

69 Zacharias de Vilhena Barbosa, *Almanak Industrial, Commercial e Professional para o anno de 1865*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 348.

70 *Diario de Lisboa*, ano de 1865, n.º 168, 29 de Julho, p. 1734.

da legislatura, dizendo-se “*novel e inexperienced nas lides parlamentares*”, não sabendo por isso justificar a “*temeridade em tomar parte num assunto em que estou pouco versado*”. Defendeu então a importância dos pareceres das comissões (neste caso, de verificação de poderes), que deveriam ser seguidos pela câmara. Dias mais tarde, o deputado Tomás Ribeiro, que o saudou como “*esperança vivaz da tribuna parlamentar e deste país*”, criticou-o por considerar que o trabalho parlamentar ficaria reduzido a eleger comissões, deixando-se de discutir e legislar nas sessões. A 24 de Agosto foi, com muitos outros, proclamado deputado, e no dia seguinte eleito para a comissão que deveria apresentar ao rei a lista quintupla para a escolha do presidente e vice-presidente daquela Câmara. A 17 de Novembro foi eleito para a comissão de Agricultura, com 70 votos. Nos dias 1 e 2 de Dezembro fez duas extensas intervenções a respeito dos caminhos-de-ferro, tema a que voltou noutras sessões<sup>71</sup>.

Em Janeiro de 1867 o barão foi eleito, com 50 votos, para a comissão da Fazenda, e ainda nesse mês tomou a palavra a respeito do comércio de vinhos portugueses em Inglaterra, tema sobre o qual o governo estava em negociações, respondendo o ministro dos Negócios Estrangeiros, Casal Ribeiro, o que Magalhães agradeceu, elogiando o trabalho desenvolvido<sup>72</sup>. Na defesa dos interesses da agricultura e do capitalismo agrário afirmou-se como “*partidário decidido da liberdade de comércio, assim como de todas as liberdades*”, assumindo, na sessão de 22 de Fevereiro desse ano, que em matéria económica pertencia “*à escola mais avançada e ao partido mais radical*.”<sup>73</sup>

Era accionista do Banco de Portugal tendo estado, em Fevereiro de 1866, numa assembleia-geral desta instituição, a que assistiram 98 accionistas. Pediu a palavra para se insurgir, “*nos termos mais enérgicos*”, sobre uns pasquins que se afixaram

---

71 *Diario de Lisboa*, ano de 1865, n.º 185, 19 de Agosto, p. 1888, 1.ª e 2.ª; idem, n.º 188, 23 de Agosto, p. 1922, 3.ª; idem, n.º 191, 26 de Agosto, p. 1966, 1.ª; idem, n.º 192, 28 de Agosto, p. 1977, 1.ª; idem, n.º 263, 20 de Novembro, p. 2589, 3.ª; idem, n.º 277, 6 de Dezembro, pp. 2759-2760.

72 *Diario de Lisboa*, ano de 1867, n.º 6, 8 de Janeiro, p. 51, 2.ª; idem, n.º 24, 30 de Janeiro, pp. 244-245.

73 Fernando Moreira, “António Joaquim Vieira de Magalhães, (1822-1903), 1.º barão e 1.º conde de Magalhães”, in Mónica, *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, op. cit., vol. II, pp. 693-694.

contra o Banco, propondo que a assembleia autorizasse a direcção a processar os seus autores, sugestão que foi aprovada por unanimidade<sup>74</sup>.

Em 1867 figurou numa relação de possuidores de títulos de dívida fundada, publicada pela Junta de Crédito Público, como eleitor, e contribuiu com 100\$00 réis para uma subscrição que tinha como objectivo a reedificação do asilo Maria Pia, ou a aquisição de um novo edifício para a sua instalação<sup>75</sup>.

Subscreveu um manifesto de um grupo de comerciantes, proprietários, “*e em geral contribuintes*”, de Lisboa, em Janeiro de 1869, expressando a sua confiança no ministério presidido pelo marquês de Sá da Bandeira, pois era o primeiro que dava “*a devida importância ao estado gravíssimo da fazenda pública*”, a que estava acudindo “*com os meios eficazes e indispensáveis*”<sup>76</sup>. Em Março desse ano foi agraciado com o grau de comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, a primeira e única condecoração portuguesa que recebeu, como adiante veremos.

Penhorada a requerimento do barão de Magalhães, a 29 de Novembro de 1869 teria lugar o leilão da quinta do Anjo, no lugar de Barbas de Porco, freguesia de Aldeia Galega da Merceana, concelho de Alenquer<sup>77</sup>, avaliada em 17.990\$000, que pertencia a José Joaquim da Costa<sup>78</sup>. Foi o próprio barão quem a comprou, como veremos adiante, pois seria parte do dote da filha mais velha. Registamos ainda, a respeito de créditos, que já em 1865 Magalhães era credor hipotecário da herança de Diogo de Sales da Cunha de Pina Manique, sendo leiloado o palácio que este possuía em Xabregas<sup>79</sup>.

---

74 *A Nação*, ano de 1866, 8 de Fevereiro, p. 3, 4.<sup>a</sup>

75 *Diario de Lisboa*, ano de 1867, n.º 133, 14 de Junho, p. 1860, 3.<sup>a</sup>; idem, n.º 168, 30 de Julho, p.2376, 1.<sup>a</sup>.

76 *Diario do Governo*, ano de 1869, n.º 26, 4 de Fevereiro, p. 156, 2.<sup>a</sup>.

77 António de Oliveira Melo; António Rodrigues Guapo; José Eduardo Martins, *O Concelho de Alenquer 4. Subsídios para um roteiro de Arte e Etnografia*, Comissão Municipal da Feira da Ascensão / Associação para o Estudo e Defesa do Património de Alenquer, s.l. 1987, pp. 69, 76 e 253.

78 *Diario do Governo*, ano de 1869, n.º 256, 10 de Novembro, p. 1382, 3.<sup>a</sup>.

79 *Diario de Lisboa*, ano de 1867, n.º 34, 12 de Fevereiro, p. 404, 1.<sup>a</sup>.



Quinta do Anjo, hoje designada Quinta do Pinto [<https://www.quintadopinto.pt/contactos.html>]

Por decreto de 24 de Maio de 1870 o barão de Magalhães ascendeu à grandeza do Reino com o título de conde, sobre o qual nos deteremos adiante (ponto 2.2.). Foi já como conde de Magalhães que, a 4 de Julho, foi nomeado ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, em substituição de José Dias Ferreira que, nessa data passou para a pasta dos Negócios do Reino. Presidia ao ministério o duque de Saldanha – que acumulava com as secretarias de Estado da Guerra e dos Negócios Estrangeiros – na sequência do golpe que encabeçara a 19 de Maio e que ficou para a história como *Saldanhada*. A este governo pertencia igualmente, na pasta das Obras Públicas, o conde de Peniche, então já marquês de Angeja – mercê da mesma data do condado de Magalhães<sup>80</sup>.

Uma carta do Porto para um periódico brasileiro, refere que Magalhães era cunhado do conde de Samodães e de Lobo de Ávila, e que a “*não ser este parentesco*

---

80 *Diario do Governo*, ano de 1870, n.º 147, 6 de Julho, p. 909, 1.ª.

*com alguns homens conhecidos, ninguém conhece o Sr. conde de Magalhães senão como senhor de alguma fortuna, e nada mais. Foi, é verdade, já deputado, mas não se fez figura distinta na câmara.” Acrescentou que a sua nomeação foi “pessimamente recebida pelo público” e que a pasta da Fazenda era a que mais precisava de “um homem amestrado”, sendo que, no seu entender, ao novel conde “nem o favorecem as habilitações teóricas, que não possui, nem tão pouco a experiência prática, que não tem.”<sup>81</sup>*

O jornal *A Nação*, afecto ao partido Legitimista defensor dos direitos do rei D. Miguel, escreveu, quando da nomeação ministerial do nosso biografado: “*Chega a todos – Está finalmente ministro da fazenda o sr. barão de Magalhães, perdão! Conde de Magalhães, porque os mesmos serviços que agora lhe deram a pasta da fazenda, já lhe tinham trocado o título de barão pelo de conde.*”<sup>82</sup>

Sobre este governo, denominado dos *100 dias*, observou Oliveira Martins que era “*formado de elementos heterogéneos, agremiados por interesses ilícitos, sem unidade de pensamento ou de acção.*”<sup>83</sup> Demitiram-se no final de Agosto sendo exonerados por decreto régio de dia 29 (substituiu Magalhães na Fazenda o marquês de Ávila e Bolama). O rei declarou estar “*muito satisfeito do modo como desempenhou o mesmo cargo, cujas honras me apraz conservar-lhe*”, ficando assim ministro de Estado honorário<sup>84</sup>.

Terá continuado os seus negócios, afastado dos cargos políticos, mas não das conspirações. A 22 de Julho de 1872 participou da *revolta d’A Pavorosa* com o seu amigo conde de Peniche e o visconde de Ouguela. Apesar do movimento ter sido travado antes de eclodir, o presidente do Conselho, Fontes Pereira de Melo, mandou prender os implicados<sup>85</sup>. Magalhães fugiu para o estrangeiro – estava em Madrid em Outubro desse ano –, regressando a Portugal apenas em Maio de 1874, após a absolvição de Ouguela.

---

81 *Diario do Rio de Janeiro*, ano de 1870, 2 de Agosto, p. 2, 5.<sup>a</sup>

82 *A Nação*, ano de 1870, 7 de Julho, p. 3, 4.<sup>a</sup>

83 José Adelino Maltez, *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*, Tribuna da História, s.l. 2004, vol. II, p. 403.

84 *Diario do Governo*, ano de 1870, n.º 193, 30 de Agosto, p. 1181, 1.<sup>a</sup>

85 Maltez, *Tradição e Revolução*, op. cit., vol. I, p. 403.

Foi então preso, tendo tentado que lhe fosse reconhecido “*foro militar, ou pelo menos as honras dele*”, pelo que requereu ao Ministério da Guerra que designasse a fortaleza ou praça para onde deveria ser conduzido. Alegou para isso o facto de ser ministro honorário, de ter o título do Conselho e a comenda da Conceição – “*que dá o foro grande de fidalgo*”<sup>86</sup> –, mas a pretensão foi indeferida e o conde permaneceu enclausurado na cadeia central do Limoeiro<sup>87</sup>. Apresentou então uma petição de agravo a 30 de Maio, dando a Relação de Lisboa provimento, a 6 de Junho, na parte em que era acusado de conspirar contra “*as instituições, o trono e a independência da pátria*”, mas não no que se referia à tentativa de revolta, pela qual teria que ser julgado. Foi absolvido a 8 de Julho, tendo sido advogado de defesa o seu amigo e antigo colega de governo Dias Ferreira, que com a “*habilidade que todos lhe reconhecem (...) fez um brilhante discurso em defesa do seu constituinte*”<sup>88</sup>.

Por esta época, uma história curiosa e divertida. O conde de Magalhães deu notícia de que recebia cartas, contas e letras de diversas pessoas em Portugal e no estrangeiro que nunca conhecera nem com elas estabelecera negócios, tratando-se de um impostor que usava o seu nome e título indevidamente. Pedia àqueles que com ele negociaram que o tentassem identificar para que tal situação se resolvesse<sup>89</sup>. Deste protesto resultou o esclarecimento da questão: Jerónimo Colaço de Magalhães<sup>90</sup>, filho do visconde de Condeixa, usava cartões-de-visita com o nome “*C. de Magalhães*” e coronel de conde, o que deu origem a esta trapalhada, voluntária ou não<sup>91</sup>.

Em 1880 o seu nome era anunciado como co-fundador de uma *Companhia de seguro do gado*, com o objectivo de segurar gado – “*cavalar, muar, asinino, bovino,*

---

86 Matos, “Os Comendadores da Ordem...”, op. cit.

87 *Diario do Rio de Janeiro*, ano de 1872, 18 de Novembro, p. 2, 5.<sup>a</sup>; idem, ano de 1874, 15 de Junho, p. 1, 7.<sup>a</sup>; ano de 1874, 30 de Junho, p. 1, 4.<sup>a</sup>

88 *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano de 1874, 4 de Junho, p. 3, 2.<sup>a</sup>; idem, 23 de Junho, p. 1, 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup>; idem, 25 de Julho, p. 1, 8.<sup>a</sup>; *Diario do Rio de Janeiro*, ano de 1874, 13 de Agosto, p. 2, 7.<sup>a</sup>.

89 *Diario do Governo*, ano de 1875, n.º 254, 8 de Novembro, p. 2013, 3.<sup>a</sup>.

90 Jerónimo Colaço de Magalhães (1844-1884), foi um conhecido *janota* do seu tempo, secretário da Legação de Portugal em Paris, que poderá ter servido de inspiração a Eça de Queirós para o Jacinto de *A cidade e as serras*.

91 *Diario do Rio de Janeiro*, ano de 1875, 10 de Dezembro, p. 1, 5.<sup>a</sup>.

*lanígero, caprino e suíno*” –, e veículos contra eventuais danos de abalroamento ou estragos produzidos acidentalmente. Entre outros fundadores, referimos José Maria dos Santos, Luís Jardim (futuro conde de Valenças), o visconde de Falcarreira, o conde de Sobral, o conde da Ribeira Grande, Alfredo Ferreira dos Anjos (futuro conde de Fontalva), Carlos Maria Eugénio de Almeida, etc.<sup>92</sup>

Um dos negócios do conde de Magalhães foi a exploração mineira<sup>93</sup>. Em Maio de 1880 foi co-fundador (com o seu cunhado visconde de Rio Sado, o barão de Ferreira dos Santos, e outros) da *Companhia das Minas do Enxofre do Dombe Grande, em Benguela*, e fez parte da primeira direcção da mesma<sup>94</sup>, a que presidia no ano seguinte<sup>95</sup>. No ano seguinte foi fundador da *Companhia Portuguesa das Minas de Gondarém* e integrou o conselho fiscal desta sociedade, a que pertenciam entre outros os condes de Cabral e da Foz, os viscondes de Azarujinha, de Chancelheiros, da Gandarinha, de Macieira e de Ribeiro da Silva, Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa, entre outros<sup>96</sup>. Em 1882 foi co-fundador da *Companhia portuguesa da mina Alfarera*, de chumbo argentífero, situada em Espanha, numa sociedade que tinha de capital 225.000\$000 e de que foram instaladores Joaquim Pedro dos Reis, dono da mina, o visconde de Macieira, Manuel José Alves Dinis, José Iglésias, Gaspar Schindler, o barão de Ferreira dos Santos, Eduardo de Meuron, além de outros – Magalhães foi eleito presidente da mesa da assembleia-geral<sup>97</sup>. Com alguns dos mencionados e outros, Magalhães foi também fundador da *Companhia portuguesa das minas do rio Sabor e outras*<sup>98</sup>, e da *Companhia de Crédito Mineiro*, tudo em 1882, esta para a compra e venda de minas, cuja direcção integrou com o visconde de Miranda do Corvo<sup>99</sup>. Com

---

92 *Commercio de Portugal*, ano de 1880, 22 de Agosto, p. 2, 6.<sup>a</sup>

93 *Commercio de Portugal*, ano de 1882, 19 de Março, p. 2, 6.<sup>a</sup>; 5 de Abril, p. 3, 1.<sup>a</sup>, p. 4, 3.<sup>a</sup>, anúncio; 24 de Junho, p. 4, 1.<sup>a</sup>; 17 de Dezembro, p. 2, 6.<sup>a</sup>; 28 de Junho, p. 4, 1.<sup>a</sup>; ano de 1883, 30 de Dezembro, p. 2, 6.<sup>a</sup>; ano de 1884, 10 de Janeiro, p. 2, 6.<sup>a</sup>

94 *Diario do Governo*, ano de 1880, n.º 106, 12 de Maio, p. 1235, 3.<sup>a</sup>, p. 1236.

95 Carlos Augusto da Silva Campos, *Almanach Commercial de Lisboa para 1882*, Lisboa Lallemand Frères 1881, p. 117.

96 *Diario do Governo*, ano de 1881, n.º 92, 27 de Abril, p. 1030, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup>

97 *Diario do Governo*, ano de 1882, n.º 78, 8 de Abril, p. 855, 3.<sup>a</sup>, p. 856, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup>

98 *Diario do Governo*, ano de 1882, n.º 94, 27 de Abril, p. 1031, 2.<sup>a</sup>

99 *Diario do Governo*, ano de 1882, n.º 287, 19 de Dezembro, p. 3171, 3.<sup>a</sup>, p. 3172, 2.<sup>a</sup>

Lourenço Correia de Matos

este e outros fundou, em 1883, a *Companhia Mineira da Várzea de Trevões*, de que foi presidente do conselho fiscal<sup>100</sup>. Quanto do inventário por sua morte (vd. ponto 2.7.) existiam acções de algumas destas empresas, mas não de todas, e de outras aqui não referidas, como a *Companhia de Minas de Ouro de Manica*, a *Companhia Portuguesa das Minas de Huelva* ou a *Companhia Mineira Sotiel Coronada*.

Ainda em 1882 fundou a *Companhia de carruagens Ripert*, sendo o nome inicial do anúncio publicado para a subscrição de acções e o primeiro director presidente da mesma (em 1883 foi eleito presidente da mesa da assembleia-geral, cargo que ainda desempenhava em 1892)<sup>101</sup>.

Foi também em 1882 que o conde de Magalhães se envolveu num importante empreendimento da sua vida: o mercado da Praça da Figueira. A denominada *Companhia do Mercado da Praça da Figueira* foi fundada por escritura de 15 de Dezembro de 1882, lavrada nas notas do tabelião Jorge Camelier, sendo fundadores: Fonseca Santos & Viana; José Gonçalves Franco & Filhos; Abraão Bensaúde; conde de Magalhães; conde de Paço de Lumiar; Francisco António Mendes Monteiro; Osborne Sampaio; Francisco Rebelo de Andrade; Sociedade Geral Agrícola e Financeira de Portugal; visconde de Macieira; John H. Claus; visconde de Azarujinha; Eduardo da Costa Correa Leite; José Nogueira Pinto; Joaquim Augusto Ponces de Carvalho; António José Viana; Manuel Iglésias; Wenceslau Nunes dos Reis; Luís Martins; e Francisco Silveira Viana. A primeira direcção ficou desde logo constituída em assembleia reunida na véspera da escritura: conde de Magalhães, barão de Ferreira dos Santos e Francisco da Silveira Viana. A 22 de Dezembro do mesmo ano adquiriram, com o prévio assentimento da Câmara, a concessão que tinha sido feita a Joaquim Lúcio de Araújo e Manuel José Ferreira Lima, por contrato de 3 de Agosto do mesmo ano, para a reconstrução do mercado, segundo projecto aprovado pela autarquia, e usufruir do seu rendimento por espaço de quarenta e cinco anos<sup>102</sup>.

---

100 *Diario do Governo*, ano de 1883, n.º 297, 31 de Dezembro, p. 3197, 3.<sup>a</sup>, p. 3198. Carlos Augusto da Silva Campos, *Almanach Commercial de Lisboa para 1887*, Lisboa, Companhia Typographica, 1886, p. 101.

101 *Diario do Governo*, ano de 1882, n.º 138, 22 de Junho, p. 1532, 3.<sup>a</sup>, p. 1533, 2.<sup>a</sup>; idem, ano de 1883, n.º 107, 14 de Maio, p. 1135, 1.<sup>a</sup>. *Commercio de Portugal*, ano de 1882, 28 de Junho, p. 4, 1.<sup>a</sup>; ano de 1886, 16 de Março, p. 2, 6.<sup>a</sup>; ano de 1892, 17 de Maio, p. 2, 7.<sup>a</sup>.

102 *Commercio de Portugal*, ano de 1882, 15 de Dezembro, p. 2, 6.<sup>a</sup>. *Diario do Governo*, ano

As obras da Praça prolongaram-se de 19 de Dezembro de 1882 a 24 de Abril de 1885 e o mercado foi inaugurado a 16 de Maio deste último ano, na presença do vice-presidente da autarquia – no impedimento do presidente, José Gregório da Rosa Araújo –, visconde do Rio Sado (cunhado de Magalhães, vd. 2.4.), e da vereação, bem como dos citados directores da companhia, e dos membros do conselho fiscal da mesma, visconde de Azarujinha, Luís Martins, Manuel Iglésias, Abraão Bensaúde e D. José de Carvalho Daun e Lorena<sup>103</sup>. Nesse mesmo dia, às 15h, antes da inauguração oficial, os reis D. Luís e D. Maria Pia e os príncipes D. Carlos e D. Afonso, visitaram o novo edifício sendo recebidos pelo conde de Magalhães e outros membros dos órgãos sociais da empresa<sup>104</sup>. Em 1886, Magalhães era o presidente da direcção desta Companhia<sup>105</sup>.

Em 1883 foi nomeado vogal da comissão da Exposição Agrícola que decorreria em Lisboa, na tapada da Ajuda<sup>106</sup> e fundou uma nova empresa, a *Companhia Construtora Lisbonense*, assumindo um lugar na direcção<sup>107</sup>. No ano seguinte outorgou os novos estatutos da *Sociedade Geral Agrícola e Financeira de Portugal*<sup>108</sup> e foi fundador – e director – da *Companhia de Seguros Auxiliadora*, sendo referido como “*ministro de estado honorário e proprietário*” e acompanhado por muitos dos acima citados – barão de Ferreira dos Santos, conde de Paço de Lumiar, Francisco da Silveira Viana, José Iglésias, viscondes de Azarujinha, de Falcarreira e de Macieira, etc.<sup>109</sup> Em 1885, Magalhães foi fundador e presidente da mesa da assembleia-geral da empresa *Construções metálicas do Tejo*, a que pertenceram igualmente os seus cunhados visconde de Orta e visconde do Rio Sado<sup>110</sup>. No ano seguinte temos notícia de ter

---

de 1882, n.º 285, 16 de Dezembro, p. 3147, 3.ª, p. 3148.

103 *A Nação*, ano de 1885, 24 de Maio, p. 2, 5.ª e 6.ª.

104 *Commercio de Portugal*, ano de 1885, 17 de Maio, p. 2, 5.ª.

105 Campos, *Almanach Commercial de Lisboa para 1887*, op. cit., p. 96.

106 *Commercio de Portugal*, ano de 1883, 4 de Janeiro, p. 2, 1.ª.

107 *Diario do Governo*, ano de 1883, n.º 22, 29 de Janeiro, p. 228, 1.ª e 3.ª.

108 *Diario do Governo*, ano de 1884, n.º 58, 12 de Março, p. 655, 3.ª.

109 *Diario do Governo*, ano de 1884, n.º 167, 26 de Julho, p. 1895, 3.ª, p. 1896.

110 *Diario do Governo*, ano de 1885, n.º 46, 28 de Fevereiro, p. 564, 2.ª. *Commercio de Portugal*, ano de 1885, 27 de Fevereiro, p. 2, 7.ª.

fornecido “*um curro lindíssimo*” das suas “*manadas*” para uma corrida em benefício de António Monteiro<sup>111</sup>, sendo a única referência a ter possuído uma ganadaria brava.

Regressou à política em 1887, sendo eleito par do Reino pelo distrito de Braga a 30 de Março desse ano. Apresentou então provas de que nada devia à Fazenda em contribuições das suas propriedades (que adiante veremos ao tratar do inventário por sua morte) sendo aprovada a eleição em sessão de 16 de Maio<sup>112</sup>. Foi agregado à comissão da Fazenda a 28 do mesmo mês mas não teve qualquer intervenção na Câmara Alta durante este mandato<sup>113</sup>.

Em Maio de 1888 incorporou uma comissão criada pelo rei para assentar as condições do novo regime fiscal dos cereais, tendo como missão organizar o programa das experiências práticas e dirigi-las, atendendo ao interesse para a agricultura e para o público<sup>114</sup>. Ainda em 1888 foi co-fundador e presidente do conselho de administração da *Companhia dos açucares portugueses de beterraba*<sup>115</sup>.

Assinalamos uma curiosidade no dito ano de 1888: a assinatura do conde de Magalhães foi falsificada num cheque, apresentado e pago no Montepio Geral, pelo que o titular se viu na necessidade de publicar um anúncio esclarecendo que não trazia em circulação letra alguma firmada por ele e que “*todos os seus cheques são invariavelmente cheios pela sua mão*”<sup>116</sup>.

Após o ultimato inglês a Portugal, em Janeiro de 1890, o conde de Magalhães participou numa reunião no Teatro da Trindade sendo eleito para a comissão que deveria dirigir os trabalhos da grande subscrição que se pretendia realizar para

---

111 *Commercio de Portugal*, ano de 1886, 15 de Agosto, p. 2, 7.<sup>a</sup>

112 *Diario da Camara dos Pares*, ano de 1887, 16 de Maio, pp. 151-156.

113 *Diario da Camara dos Pares*, ano de 1887, 28 de Maio, p. 232.

114 *Diario do Governo*, ano de 1888, n.º 105, 8 de Maio, p. 1014, 1.<sup>a</sup>

115 *Diario do Governo*, ano de 1888, n.º 296, 27 de Dezembro, p. 2872, 1.<sup>a</sup>. *Commercio de Portugal*, ano de 1888, 28 de Dezembro, p. 2, 2.<sup>a</sup>.

116 *Commercio de Portugal*, ano de 1888, 15 de Março, p. 4, 3.<sup>a</sup>. O cheque tinha o valor de 1 conto de réis e o ladrão, Manuel José Chamusca, foi condenado em Junho de 1890, *Correio da Manhã*, ano de 1890, 28 de Junho, p. 1, 4.<sup>a</sup>.

adquirir meios de defesa para o país. Dois anos mais tarde, em Abril de 1892, era membro da comissão administrativa da *Companhia Real dos caminhos de ferro portugueses* então presidida pelo conde de Burnay, sendo substituído no mês seguinte (havia sido indicado pelos accionistas). A 11 de Junho foi nomeado presidente da mesma comissão, substituindo Henrique de Barros Gomes, e a 1 de Outubro eleito, em reunião da assembleia-geral, presidente do conselho de administração (o visconde de Taveiro foi eleito vogal do conselho fiscal)<sup>117</sup>.

Em reunião do Conselho de Estado, realizada a 29 de Dezembro de 1892, foi indigitado par do Reino, juntamente com Manuel Pinheiro Chagas, Marçal Pacheco e José Maria dos Santos, sendo a carta régia de nomeação assinada nesse mesmo dia<sup>118</sup>. No primeiro dia de 1893 o *Diario Illustrado* dava a notícia da nomeação dos novos pares, referindo que Magalhães fora ministro com Saldanha “*num breve período revolucionário*”, tendo dado provas de “*administrador hábil*”. Erradamente mencionavam nunca ter sido deputado, o que não era verdade, referindo somente o facto de ter sido par electivo. Ressalvavam que no meio financeiro o seu nome era “*muito considerado pela intelligência com que comprehende os problemas nas suas maiores dificuldades, e todos sabem quanto estes homens práticos podem ser úteis à administração do estado no parlamento, com os seus conselhos de experiência*”. Acrescentavam: “*É um homem do mundo, considerado e apreciado entre as classes distintas da sociedade, onde goza de gerais simpatias.*”<sup>119</sup>

A Câmara Alta aprovou a nomeação 1 de Fevereiro de 1893 e a 8 deste mês foi lida a carta régia na abertura da sessão, sendo o novo par introduzido na sala pelo conde do Casal Ribeiro e por Tomás Ribeiro, onde prestou juramento e tomou assento<sup>120</sup>. Logo em Junho e Julho teve confrontos com o conde de Tomar que atacou as relações do Estado com a *Companhia Real dos caminhos de ferro*, a que Magalhães presidia. Na sua biografia parlamentar pode ler-se que “*enveredou pelas «proclamações» de salvação do país*”, defendendo que a crise financeira só

---

117 *Commercio de Portugal*, ano de 1890, 25 de Janeiro, p. 2, 4.<sup>a</sup>; ano de 1892, 24 de Abril, p. 1, 5.<sup>a</sup>; 21 de Maio, p. 3, 1.<sup>a</sup>; 11 de Junho, p. 1, 7.<sup>a</sup>; 2 de Outubro, p. 2, 5.<sup>a</sup>.

118 *Diario do Governo*, ano de 1892, n.º 297, 30 de Dezembro, p. 3053, 2.<sup>a</sup>. *Commercio de Portugal*, ano de 1892, 30 de Janeiro, p. 2, 4.<sup>a</sup>.

119 *Diario Illustrado*, ano de 1893, 1 de Janeiro, p. 3, 2.<sup>a</sup>.

120 *Diario da Camara dos Pares*, ano de 1893, 1 de Fevereiro, pp. 59-61; 8 de Fevereiro, p. 79.

se resolveria com o desenvolvimento e este só seria possível com capital barato, força de trabalho abundante e reforma do sistema tributário. Em 1896 e 1897 fez clara oposição à política financeira do governo de Hintze Ribeiro, contestando o agravamento de impostos com vista ao equilíbrio das contas públicas. Em Fevereiro de 1897 mudou o governo e ascendeu à presidência José Luciano de Castro, com quem mantinha relações cordiais, chegando a falar-se no nome do conde de Magalhães para ministro, o que não aconteceu, mantendo-se independente. Estaria, no entanto, mais próximo dos progressistas do que dos regeneradores, pois se criticara os primeiros aos segundos dava conselhos, recomendado, em Abril de 1898, que se reduzisse ao mínimo a despesa e elevasse a receita ao máximo, além de uma indispensável reforma de impostos. Em 1898 pertenceu à comissão de Paz e Arbitragem, mas foi progressivamente abandonando a actividade política, como já deixara prever num discurso de Janeiro de 1897, onde declarara não ser político nem fazer disso a sua profissão, não tendo, portanto, ambições ou pretensões<sup>121</sup>.

A sua actividade principal continuou a ser financeira. Além de manter inúmeros cargos atrás citados, continuou a envolver-se em novos empreendimentos. Em Fevereiro de 1894 foi co-fundador da *Companhia da Ilha do Príncipe* – entrando com 3.000\$000, quantia pouco avultada em comparação com outros acionistas<sup>122</sup> – e, no ano seguinte, da *Companhia de Caminhos de Ferro da Zambézia*, de que era administrador<sup>123</sup>, exercendo também, neste ano, funções no conselho fiscal da *Companhia de carris de ferro de Lisboa*<sup>124</sup>. Em 1896 foi co-fundador da *Companhia da Nacional e Nova Fábrica de Vidros da Marinha Grande* – que tomou conta da Real Fábrica da Marinha Grande<sup>125</sup> – e vogal do seu conselho de administração<sup>126</sup>, e no final de 1898 participou na fundação da *Sociedade de Agricultura Colonial*, para exploração agrícola nas ilhas de São Tomé e do Príncipe<sup>127</sup>.

---

121 Moreira, “António Joaquim Vieira de Magalhães, (1822-1903), 1.º barão e 1.º conde de Magalhães”, in Mónica, *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, op. cit., vol. II, pp. 693-694.

122 *Diário do Governo*, ano de 1894, n.º 29, 8 de Fevereiro, p. 321, 2.ª, e p. 322, 2.ª.

123 *Diário do Governo*, ano de 1895, n.º 77, 6 de Abril, p. 947, 1.ª, p. 948, 1.º e 2.ª.

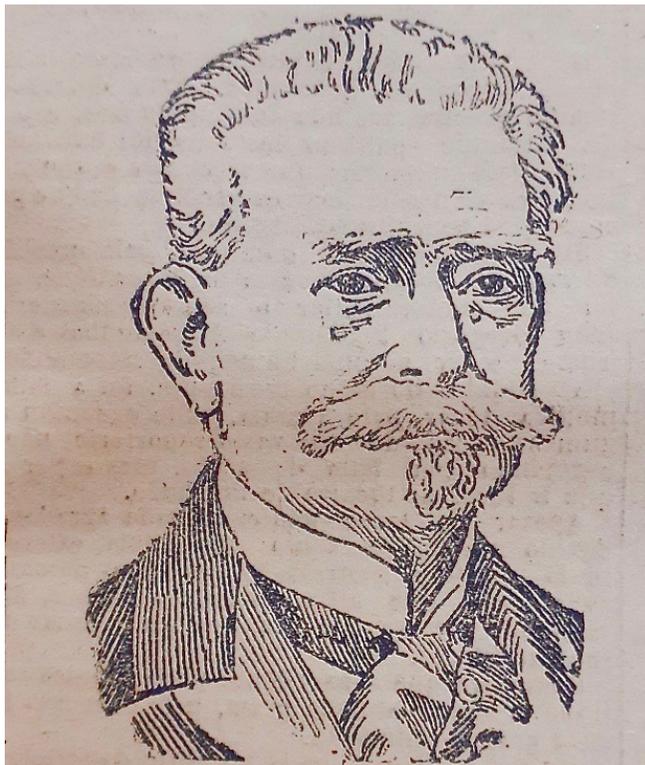
124 *Commercio de Portugal*, ano de 1895, 15 de Novembro, p. 4, 1.ª.

125 *Diário Illustrado*, ano de 1896, 4 de Setembro, p. 1, 6.ª.

126 *Diário do Governo*, ano de 1896, n.º 217, 26 de Setembro, p. 2651, 3.ª, e p. 2652, 1.ª.

127 *Diário do Governo*, ano de 1898, n.º 282, 16 de Dezembro, p. 3414, 2.ª.

À data da sua morte, em 1903, além de algumas das companhias acima mencionadas, Magalhães tinha acções da *Companhia Nacional de Conservas*, da *Liga Agrária da Região de Torres Vedras*, da *Nova Companhia dos Ascensores Mecânicos de Lisboa* e da *Companhia dos Açucares Portugueses de Moçambique*, como veremos (ponto 2.7).



Retrato do conde de Magalhães na notícia necrológica publicada no jornal O Século [O Século, ano de 1903, 10 de Setembro, p. 3, 2.<sup>a</sup>]

## **2.2 Mercês honoríficas: condecorações e títulos nobiliárquicos**

O percurso do nosso biografado foi acompanhado de diversas mercês honoríficas, como então era uso, assinalando-se, no entanto, algumas particularidades. A primeira é de que, ao contrário do que seria previsível, não pediu o foro grande da Casa Real a que teria direito em sucessão a seu pai. A segunda, é de que não recebeu qualquer

Lourenço Correia de Matos

condecoração ou outra mercê antes de ser agraciado com o título nobiliárquico de barão, algo pouco frequente.

Assim, por decreto de 13 de Maio de 1854, sendo regente D. Fernando II, foi agraciado com o título de barão de Magalhães sendo erradamente nomeado António Vieira de Magalhães Júnior, pelo que pediu a correcção, através de uma carta do seu procurador, Agostinho Francisco Borges, datada de 10 de Julho. A 19 deste mês foi passado novo decreto, referindo-se o agraciado como “*negociante de grosso trato da praça de Londres*”<sup>128</sup>. Após pagar 633\$000 réis de direitos de mercê, teve carta do título a 24 de Agosto, datada do paço de Sintra<sup>129</sup>.

Transcrevemos o decreto de 19 de Julho de 1854, desconhecendo-se o texto do de 13 de Maio que não se encontra nessa data nem anexo a este:

*Sendo-Me presente que o Negociante de grosso trato da praça de Londres, a quem por Decreto de treze de Maio último, conferei o título de Barão de Magalhães em sua vida, denominando-o António Vieira de Magalhães Júnior, se chama António Joaquim Vieira de Magalhães: Hei por bem, em Nome de El-Rei, Determinar que no Diploma de encarte, que pelo dito Decreto se expedir ao agraciado, seja este designado pelo seu verdadeiro nome de António Joaquim Vieira de Magalhães. O Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades em dezanove de Julho de mil oitocentos cinquenta e quatro.*

*Rei Regente*

*R. Fonseca Magalhães*

Quinze anos mais tarde, por decreto de 17 de Março de 1869, foi agraciado com o grau de comendador da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, sendo mencionado como antigo deputado, abastado proprietário e capitalista. Tem junto um apontamento dizendo que era pedido do conde de Samodães, cunhado, como vimos, do agraciado<sup>130</sup>.

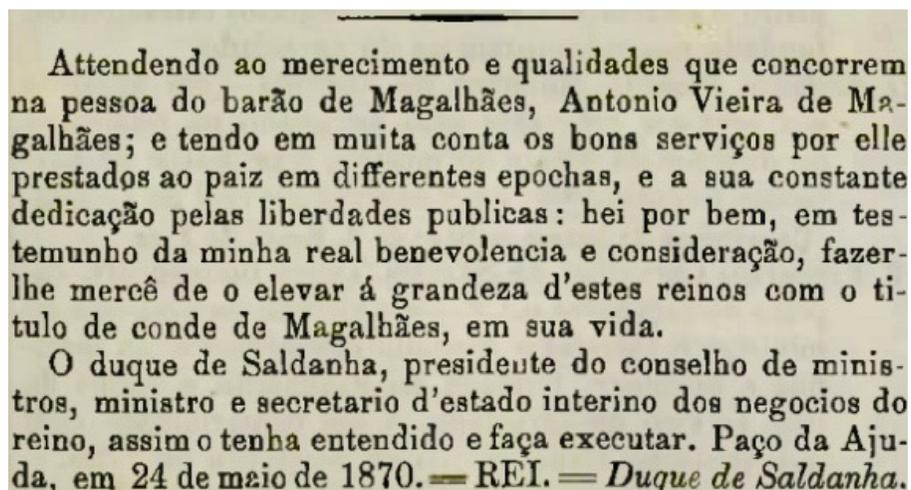
---

128 TT, Ministério do Reino, decretos, 19 de Julho de 1854.

129 TT, Registo Geral de Mercês, D. Pedro V, livro 4, fls. 204v-205.

130 TT, Ministério do Reino, decretos, 17 de Março de 1869; Francisco Belard da Fonseca,

O barão de Magalhães foi elevado à grandeza, com o título de conde, por decreto de 24 de Maio de 1870, igualmente por intervenção de Samodães, como se infere de uma nota escrita que se encontra arquivada com o decreto. Nesse mesmo dia, o conde de Peniche, companheiro político de Magalhães, foi agraciado com o título de marquês de Angeja<sup>131</sup>.



Attendendo ao merecimento e qualidades que concorrem na pessoa do barão de Magalhães, Antonio Vieira de Magalhães; e tendo em muita conta os bons serviços por elle prestados ao paiz em differentes epochas, e a sua constante dedicação pelas liberdades publicas: hei por bem, em testemunho da minha real benevolencia e consideração, fazer-lhe mercê de o elevar á grandeza d'estes reinos com o titulo de conde de Magalhães, em sua vida.

O duque de Saldanha, presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado interino dos negocios do reino, assim o tenha entendido e faça executar. Paço da Ajuda, em 24 de maio de 1870. — REI. — *Duque de Saldanha.*

Decreto de elevação à grandeza do barão de Magalhães [Diario do Governo, ano de 1870, n.º 175, 8 de Agosto, p. 1, 2.ª]

Transcrevemos o decreto desta mercê do rei D. Luís, assinado pelo então presidente do conselho e secretário de Estado interino dos Negócios do Reino, duque de Saldanha, que passado pouco mais de um mês convidaria Magalhães para ministro da Fazenda<sup>132</sup>:

*Attendendo ao merecimento e qualidades que concorrem na pessoa do Barão de Magalhães António Vieira de Magalhães e tendo em minha conta os bons serviços*

---

*A Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*, Lisboa Fundação da Casa de Bragança., 1955, p. 58.

131 *Diario do Governo*, ano de 1870, n.º 175, 8 de Agosto, p. 1, 2.ª.

132 TT, Ministério do Reino, decretos, 24 de Maio de 1870.

Lourenço Correia de Matos

*por ele prestados ao país em diferentes épocas, e a sua constante dedicação pelas liberdades públicas: Hei por bem em testemunho da Minha Real benevolência e consideração, Fazer-lhe mercê de o Elevar à Grandeza destes Reinos com o Título de Conde de Magalhães, em sua vida.*

*O Duque de Saldanha, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios do Reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço da Ajuda em vinte e quatro de Maio de mil oitocentos e setenta.*

*Rei*

*Duque de Saldanha*

O conde de Magalhães pagou 1.200\$000 de direitos de mercê, segundo se encontra averbado no verso do decreto.

Na qualidade de ministro da Fazenda, a “*que é inerente o Título do Meu Conselho*”, teve mercê do título honorífico de conselheiro de Sua Majestade, por decreto de 7 de Julho desse mesmo ano<sup>133</sup>.

Em 1871, por carta de 12 Agosto, foi agraciado com a grã-cruz da Real e Distinguida Ordem de Carlos III, de Espanha, “*libre de gastos por su cualidad de extranjero*”<sup>134</sup>. Reinava então no país vizinho Amadeo I, de Saboia, que ascendera ao trono em Janeiro desse ano, abdicando três anos mais tarde. A 4 de Janeiro do ano seguinte, obteve a necessária licença para aceitar esta condecoração estrangeira<sup>135</sup>.

Além destas mercês, teve a grã-cruz da Ordem Pontifícia do Santo Sepulcro de Jerusalém a 12 de Setembro de 1902<sup>136</sup>, certamente por convite do então bailio e

---

133 TT, Ministério do Reino, decreto de 7 de Julho de 1870; *Diario do Governo*, ano de 1870, n.º 207, 15 de Setembro, p. 1, 1.<sup>a</sup>

134 Informação que agradecemos ao Doutor D. Alfonso de Ceballos-Escalera y Gila, marquês de La Floresta e visconde de Ayala.

135 *Diario do Governo*, ano de 1872, n.º 21, 27 de Janeiro, p. 1, 2.<sup>a</sup>

136 Vasco Valente, *A Ordem do Santo Sepulcro em Portugal (Notas para a sua Historia)*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, Lda., 1924, p. 56; Eduardo Norte Santos Silva, *Uma Ordem de Cavalaria. A Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém (das origens à actualidade)*, s.n., Lisboa, 1988, p. 159.

representante da Ordem em Portugal, marquês de Franco e Almodôvar, Emílio Ernesto Franco, com quem tinha relações pois frequentava as festas em sua casa e era um dos sócios da firma *José Gonçalves Franco & Filhos*, accionista da Praça da Figueira. Um ano mais tarde, em Setembro de 1903, o marquês de Franco esteve no enterro do conde de Magalhães (ponto 2.6).

Embora as biografias refiram ter sido agraciado com a grã-cruz da Ordem de Nossa Senhora das Conceição de Vila Viçosa, não documentámos a concessão desta mercê.



Botões de libré atribuídos à casa do barão e visconde de Alpendurada, mas que acreditamos serem encomenda do barão de Magalhães para as fardas do pessoal; o coronel será de barão, numa representação ao gosto século XIX com 5 pérolas sobre o aro; recorde-se que Alpendurada foi barão menos de 3 anos (de 1848 a 1851), enquanto Magalhães usou o título durante quase 16 (de 1854 a 1870) [fotografia cedida por Luís Camilo Alves]. Referidos, como encomenda de Alpendurada, em Botões de Libré Portugueses Armoriados (Colecção Segismundo Pinto). Roteiro de Uma Exposição, I Congresso de Heráldica de Tomar, Câmara Municipal de Tomar, Academia Portuguesa de Ex-Líbris, Universidade Lusíada, Tomar 2003 p. 13

### 2.3 Casamento

Corria o ano de 1857 quando o já barão de Magalhães casou, no dia 29 de Julho, no oratório do “palácio” do sogro, o visconde de Orta, que se situava “*Entremuros*”, hoje rua Artilharia 1, freguesia de São Mamede. A cerimónia teve lugar da 1 para as

2 horas da tarde e foi presidida pelo padre Manuel José Correia Leal, prior colado de Santiago e São Martinho, depois de confessados os noivos, que comungaram na missa celebrada no mesmo oratório. Receberam-se então, por marido e mulher, o “*Excelentíssimo Barão de Magalhães, António Joaquim Vieira de Magalhães*” e a “*Excelentíssima Dona Antónia d’Orta*”, assim referidos, ambos solteiros.

As testemunhas foram solenemente nomeadas, com cargos e graus honoríficos, a saber: visconde de Castro, “*Ministro de Estado Honorário do Conselho de Sua Majestade, Comendador e Grão Cruz de várias Ordens*”; Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa, “*do Conselho de Sua Majestade, fidalgo da sua Real Casa, Oficial Maior da Secretaria de Estado do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, Comendador e Cavaleiro de várias Ordens*”; Francisco José da Costa Lobo, “*do Conselho de Sua Majestade, Fidalgo da sua Real Casa, Comendador da Ordem de Nossa Senhora de Vila Viçosa*”; e José Augusto Correia Leal, “*Comendador da Ordem de Cristo e Cavaleiro da Ordem Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Oficial Maior Graduado da Secretaria da Câmara dos Deputados*”<sup>137</sup>.

#### **2.4 D. Antónia de Orta, baronesa e condessa de Magalhães**

De ascendência espanhola<sup>138</sup>, como veremos, Antónia foi a quarta filha do casal António José de Orta e Manuela de Jesus Toronjo e a única nascida em Portugal. Foi na rua de São João da Praça, na freguesia da Sé de Lisboa, que veio ao mundo, no dia 24 de Novembro de 1838, sendo baptizada a 16 de Dezembro. Foi padrinho um tal Julião Sarrano, que morava em casa dos pais da neófita, e madrinha Nossa Senhora, por quem tocou Guilherme José Enes, que, três anos mais tarde, casaria com a irmã mais velha de Antónia, Joana, como veremos<sup>139</sup>.

---

137 TT, Reg. Par., Lisboa, São Mamede, casamentos n.º 6, fls. 101v-102v.

138 Pode seguir-se a sua ascendência em António Maria de Assis, “Gens Transtagana II – Ortas (A descendência portuguesa de Manuel de Orta, de Alosno)”, *Raízes & Memórias*, n.º 10, Associação Portuguesa de Genealogia, Outubro de 1994, pp. 175-178 e 216-228.

139 TT, Reg. Par., Lisboa, Sé, baptismos n.º 16, fl. 147v. Nasceu a 24 de Novembro e não a 21 ou 25 desse mês, como referem respectivamente ASSIS, “Gens Transtagana II – Ortas...”, op. cit., p. 197, e Ribera; Magalhães, A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada, op. cit., p. 47.

António José de Orta nascera em Alosno, província de Huelva, Espanha, e aí fora baptizado – como José António – a 9 de Fevereiro de 1804. Casou com uma conterrânea, Manuela de Jesus Toronjo, a 31 de Dezembro de 1821, e aí nasceram os restantes quatro filhos do casal: Joana de La Cruz, baptizada a 14 de Julho de 1823; Barnabé, a 21 de Abril de 1825; Maria Francisca de Paula, a 31 de Dezembro de 1832; e Maria da Encarnação, nascida a 21 de Janeiro de 1841, apesar dos pais serem já moradores em Lisboa<sup>140</sup>.

Quando do nascimento da futura baronesa e condessa de Magalhães, António José de Orta, provavelmente recém-chegado a Lisboa, não teria ainda uma situação económica desafogada e, como tal, do ponto de vista social a família não obtivera ainda qualquer relevância, o que se denota pela ausência do tratamento de dona à sua mulher e pela escolha, aparentemente modesta, do padrinho.

Este primeiro Orta terá sido comissário ordenador da Marinha espanhola antes de se mudar para o nosso país, e aqui provedor geral do exército português<sup>141</sup>. Em Portugal, acumulou uma grande fortuna, realizada em negócios diversos. Sabemos, por exemplo, que teve interesses nos caminhos-de-ferro sendo, em 1854, director da *Companhia Central Peninsular dos Caminhos de Ferro de Portugal* (com José Ferreira Pinto Basto) e da *Companhia de Caminhos de Ferro de Leste* (presidida pelo conde de Farrobo)<sup>142</sup>. Foi fundador e membro da primeira administração da *Companhia Geral do Crédito Predial Português*, em 1864, sendo então mencionado como capitalista<sup>143</sup>.

Acompanhando o desenvolvimento económico, a ascensão social de Orta merece igualmente registo. Foi agraciado com o grau de comendador da Ordem de Nossa

---

140 ASSIS, António Maria de, “Gens Transtagana II – Ortas...”, op. cit., pp. 178, 179 e 194.

O autor indicou que esta última filha nasceu em Lisboa, mas no assento do seu casamento, adiante citado, referiu-se que era natural de Alosno.

141 Pinto; Baêna, *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*, op. cit., vol. II, p. 203; *Nobreza de Portugal e do Brasil*, op. cit., vol. III, p. 80; António Maria de Assis “Gens Transtagana II – Ortas...”, op. cit., p. 178.

142 *Diário do Governo*, ano de 1854, n.º 268, 14 de Novembro, p. 1406, 4.ª; idem, n.º 281, 29 de Novembro, p. 1461, 3.ª.

143 *Diário do Governo*, ano de 1864, n.º 244, 28 de Outubro, p. 3029, 2.ª.

Senhora da Conceição de Vila Viçosa a 4 de Agosto de 1852<sup>144</sup>, esclarecendo o próprio que era cidadão espanhol, “*para os efeitos necessários na verificação desta graça, e da do foro que lhe anda anexo*”. Junto a este decreto está uma carta de Fontes Pereira de Melo, então ministro da Fazenda, explicando que Orta e Don José Maria de Mendia – agraciado na mesma data com idêntico grau daquela Ordem – prestaram “*importantes serviços ao Governo emprestando somas avultadas, em circunstâncias difíceis, contribuindo eficazmente para a redução do juro do dinheiro, que é um dos mais importantes benefícios que temos tido a fortuna de conseguir, com a direcção que se tem dado aos negócios da fazenda*”<sup>145</sup>.

Nesse mesmo ano, a 11 de Dezembro, recebeu alvará do foro de fidalgo cavaleiro da Casa Real sendo então referido com aquele grau e Ordem<sup>146</sup>, tendo argumentado com a primeira mercê para a obtenção da segunda por a considerar “*anexa*”, segundo uma interpretação dos estatutos da Ordem então em voga, como atrás referimos<sup>147</sup>.

O título nobiliárquico de visconde de Orta foi concedido por decreto do então regente D. Fernando datado de 5 de Julho de 1854, pelos “*importantes serviços que ele tem feito ao Estado em todas as ocasiões em que a sua dedicação a este País se tem achado empenhada pelo Governo, concorrendo sempre generosamente com os seus meios para a solução das dificuldades financeiras*”<sup>148</sup>. A 27 de Setembro desse ano, obteve alvará de brasão de mercê nova, por não ter armas dos seus antepassados<sup>149</sup>.

---

144 Fonseca, *A Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*, op. cit., p. 44.

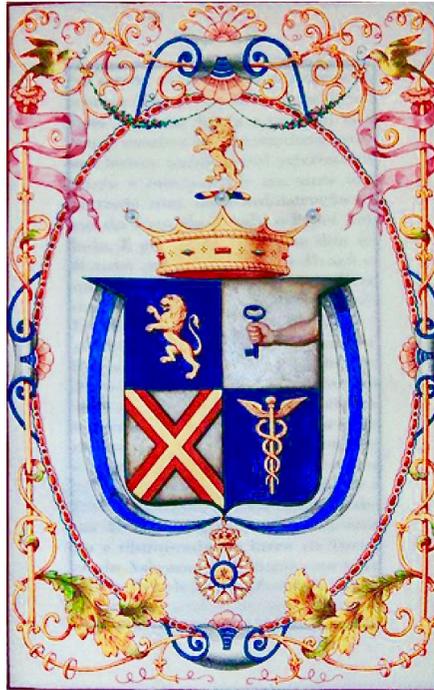
145 TT, Ministério do Reino, decretos, 4 de Agosto de 1852.

146 Borrego, *Mordomia-mor da Casa Real...*, op. cit., tomo II, p. 286.

147 Matos, “Os Comendadores da Ordem...”, op. cit.

148 TT, Ministério do Reino, decretos, 5 de Julho de 1854.

149 Segismundo Pinto, “Concessões heráldicas de mercê nova portuguesas no contexto das relações ibéricas oitocentistas”, *II Seminario Ibérico de Heráldica. Madrid, 25 de Abril de 2009*, Madrid, Palafox & Pezuela Editores, 2010, pp. 140-149, com transcrição; a carta pertence ao arquivo deste autor. O alvará e respectiva carta estão omissos em Baêna, *Archivo Heraldico-Genealogico*, op. cit.



Iluminura da carta de brasão do 1.º visconde de Orta  
[coleção do Arq. Segismundo Pinto]

Os casamentos das restantes filhas dos 1.<sup>os</sup> viscondes de Orta não desmereceram o percurso ascendente percorrido pelo pai. D. Joana de la Cruz – ou da Cruz, como era nomeada em Portugal –, a primogénita, casou em Carnide a 8 de Maio de 1848<sup>150</sup> – sendo, no entanto, moradora, com os pais, na dita rua de São João da Praça –, com o mencionado Guilherme José Enes (1811-1893), de uma família de negociantes da capital e que veio a ser director do Banco do Portugal<sup>151</sup>, de cuja união subsiste vasta

---

150 TT, Reg. Par., Lisboa, Sé, casamentos n.º 17, fl. 105v.

151 Jaime Reis, *Uma elite financeira. Os corpos sociais do Banco de Portugal 1846-1914*, Lisboa, Banco de Portugal, 2011, pp. 133-134.

descendência<sup>152</sup>. D. Maria Francisca casou no oratório da casa paterna na estrada de Entremuros (neste assento, referida como tendo os números 59 e 60), a 19 de Setembro de 1857<sup>153</sup> – menos de dois meses depois da irmã Antónia –, com Joaquim Tomás Lobo de Ávila (1819-1901), militar, jornalista, deputado, ministro de diversas pastas e par do Reino, ministro plenipotenciário em Madrid e Paris, etc., agraciado com o título de conde de Valbom por decreto de 1875<sup>154</sup> (deste casal existe igualmente descendência<sup>155</sup>). A última filha, Maria da Encarnação, casou na igreja de paroquial de São José, a 14 de Janeiro de 1863<sup>156</sup>, com Augusto Correia Godinho Ferreira da Costa (1840-1909) – sem geração –, que foi governador civil de diversos distritos, vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, deputado, etc., e visconde do Rio Sado por decreto de 1878<sup>157</sup>.

O único filho varão dos 1.<sup>os</sup> viscondes de Orta, Don Barnabé de Orta, nascido em 1825, súbdito espanhol, teve mercê do mesmo título por decreto do rei D. Luís de 7 de Dezembro de 1876, para honrar a memória “*dos importantes serviços*” que seu pai prestara ao país<sup>158</sup>. Sabemos que foi sócio fundador da *Companhia de Construções Metálicas do Tejo*, em 1885, com os seus cunhados conde de Magalhães e visconde do Rio Sado, designados presidente da assembleia-geral e director da mesma<sup>159</sup>. Vivia em Espanha mas morreu em Lisboa, a 31 de Maio de 1895, no Hotel *Francfort*, ao Rossio<sup>160</sup>. Era solteiro pelo que se habilitaram à sua herança as mencionadas irmãs e os sobrinhos, filhos da irmã mais velha, Joana, que já havia morrido<sup>161</sup>.

---

152 *Orta Enes, Enes Ulrich, Castro Pereira Ulrich, Lancastre e Távora (marqueses de Abrantes), Ulrich Pinto Basto, Ulrich de Castro Pereira, Gusmão Correia Arouca, Melo Ulrich, Ulrich Ferreira*, etc. ASSIS, “Gens Transtagana II – Ortas...”, op. cit., pp. 178-194

153 TT, Reg. Par., Lisboa, São Mamede, casamentos n.º 6, fls. 104v-105v.

154 *Nobreza de Portugal e do Brasil*, op. cit., vol. III, pp. 461-462.

155 *Lobo de Ávila Manoel, d’Orey Manoel (marqueses de Tancos e condes de Atalaia)*, etc. Assis, “Gens Transtagana II – Ortas...”, op. cit., pp. 194-197.

156 TT, Reg. Par., Lisboa, São José, casamentos n.º 18, fls. 116-116v.

157 *Nobreza de Portugal e do Brasil*, op. cit., vol. III, p. 233.

158 *Diário do Governo*, ano de 1876, n.º 279, 11 de Dezembro, p. 2357, 1.<sup>a</sup>.

159 *Diário do Governo*, ano de 1885, n.º 46, 28 de Fevereiro, p. 564, 2.<sup>a</sup>.

160 *Diário Illustrado*, ano de 1895, 1 de Junho, p. 1, 2.<sup>a</sup>.

161 *Diário do Governo*, ano de 1896, n.º 253, 7 de Novembro, p. 3039, 3.<sup>a</sup>. Assis, “Gens



Jazigo dos viscondes de Orta no cemitério dos Prazeres, mandado erigir por seus filhos e genros, como figura na inscrição; pormenor da pedra de armas [fotografias do autor, Junho de 2020]

António José de Orta, 1.º visconde de Orta, morreu às 9.45 da manhã de 6 de Janeiro de 1874, sendo já viúvo desde 11 de Junho de 1872. Morreram ambos no seu palácio da rua de São José, 14, tendo recebido os sacramentos da Santa Madre Igreja, e foram sepultados no jazigo n.º 1190 do cemitério dos Prazeres<sup>162</sup>, do conselheiro Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa, sendo trasladados, em Março de 1875, para o que seus filhos erigiram em memória deles no mesmo cemitério (rua 7, lado direito, n.º 2150)<sup>163</sup>.

---

Transtagana II – Ortas...”, op. cit., p. 178, refere que não deixou geração legítima; terá tido filhos ilegítimos?

162 TT, Reg. Par., Lisboa, São José, óbitos n.º 15, fls. 54, 125v-126. Cemitério dos Prazeres, Secretaria, registo de jazigos, n.º 1190.

163 Cemitério dos Prazeres, Secretaria, registo de jazigos, n.º 2150.

O *Diario Illustrado* publicou um resumo do testamento do visconde e referiu que a herança totalizava 300.000\$000 réis<sup>164</sup>. Instituiu os cinco filhos como herdeiros de 2/3, reservando a terça para distribuir diversos legados. Para a família, dispôs dos seguintes, a serem pagos em acções da Companhia Lisbonense de Tabacos: às netas D. Joana e D. Maria Cristina, filhas da referida D. Joana, o capital de 2 contos de réis a cada uma; à neta D. Virgínia, o capital de 3 contos; ao neto Carlos, filho de D. Maria Francisca, o capital 4 contos, “*para ajuda da sua educação literária*”; a D. Leonor, filha da mesma, 2 contos, também para ajuda sua educação; ao neto Guilherme d’Orta Ennes, 2 contos; à filha D. Maria da Encarnação, “*em compensação da má sorte que teve no pagamento da sua legítima materna*”, 4 contos. Determinou que as restantes acções da dita Companhia, depois de pago os legados acima, fossem divididas pelos filhos com excepção da condessa de Magalhães, a quem legou quantia igual à que correspondesse ao valor das acções que competissem a cada um dos outros quatro.

De entre os legados referimos: 500 mil réis, para serem repartidos pelos empregados de ambos os sexos da dita Companhia; 49\$500 réis a cada um dos pobres que costumavam receber esmola à porta de sua casa, ao domingo; 500 mil a distribuir pelos pobres da freguesia; 10 contos a cada uma das três afilhadas, filhas do coronel Álvares de Andrade, etc. Os legados fora da família, sem contar com as esmolas aos pobres, ascendiam a 42.144\$900 réis.

No testamento, lavrado dois dias antes de morrer, declarou possuir fundos espanhóis, acções do caminho-de-ferro de Espanha e obrigações do empréstimo egípcio. Determinou que os prédios, cavalos, carruagens e mais objectos que tivessem de ser vendidos para cumprimento dos legados, o fossem em leilões públicos, e nomeou testamenteiros o filho e os três genros, excluindo o conde de Magalhães<sup>165</sup>. A 29 de Agosto teve lugar o leilão de nove propriedades e foros, entre as quais o palácio da rua de São José, 12 a 20, “*e quinta pegada*”, que iria à praça por 26.000\$000, e um palácio e quinta pegada na rua de Entremuros, 59 e 60, avaliado em 14.000\$000<sup>166</sup>.

---

164 *Diario Illustrado*, ano de 1874, 8 de Janeiro, p. 2, 3.<sup>a</sup>

165 Testamento transcrito em Arquivo Contemporâneo do Ministério da Finanças (ACMF), Contribuição de registo por título gratuito da herança do visconde de Orta, DGCI/LIS/LIS4C/IS/00768.

166 *Diario Illustrado*, ano de 1874, 29 de Agosto, p. 4, 2.<sup>a</sup>

## Os Condes de Magalhães e suas alianças



Palácio da rua de São José (em primeiro plano), que foi dos viscondes de Orta e depois dos condes de Magalhães (ao lado pode ver-se o palácio que foi sede da Ordem de Malta em Portugal até 1834) [<https://informacoeseeservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/edificio-na-rua-de-sao-jose-22-30>]; pedra de armas do visconde de Orta na escada do mesmo palácio [fotografia cedida por Luís Camilo Alves]

Alguns problemas existiriam na relação familiar do visconde com a filha e genro condes de Magalhães, como fica patente no testamento acima extractado e no anúncio de jornal publicado no dia seguinte à morte de Orta, em que os restantes quatro filhos – três filhas e um filho – participaram a morte do pai e o enterro, no dia 8, antecedido de missa às 11h na igreja paroquial de São José. De D. Antónia e seu marido, nem rasto<sup>167</sup>.

Como disposto pelo falecido visconde, procedeu-se a diversos leilões dos seus bens, tendo estes sido objecto de inventário judicial por existirem legatários menores de idade. A 18 de Fevereiro ter-se-á realizado o primeiro leilão, no palácio da rua de São José, indo à praça os trens, cavalos, arreios e mais objectos de cocheira; a 27 de Julho, no mesmo local, seriam leiloados “*grande quantidade de móveis estufados de seda e lã, loiças de porcelana e da Índia e cristais, reposteiros de Gobelem, espelhos com molduras douradas, alcatifas, lustres, candelabros, quadros pintados a óleo de diversos autores, gravuras, piano de autor, bilhar com todos os seus pertences de madeira de carvalho, secretárias, carteiras para escritório, estantes para livros, guarda louças, mesas para jantar, livros, bateria de cobre, fogões de sala e cozinha, grande porção de objectos de prata*” e ainda trem de adegas e vinhos<sup>168</sup>.

## 2.5 Vida social dos condes de Magalhães

Registamos aqui alguns aspectos da vida particular do conde de Magalhães que não cabiam no ponto 2.1. Tratamos também, com alguma atenção, a sua vida social e mundana pois são constantes as referências aos condes, nomeadamente às festas que ofereciam, na coluna *High Life* do *Diario Illustrado* (1872-1911), periódico onde estas matérias tinham especial destaque.

Ainda barão, encontramos-lo em 1860 a pagar 2\$880 por um camarote (pequeno, mas de 1.<sup>a</sup> ordem) na praça de touros do Campo de Santana, em Lisboa, para a corrida de beneficência em favor do Asilo de Mendicidade, que se realizou a 22 de

---

167 *Diario Illustrado*, ano de 1874, 7 de Janeiro, p. 3, 3.<sup>a</sup>.

168 *Diario do Governo*, ano de 1874, n.º 28, 6 de Fevereiro, p. 180, 3.<sup>a</sup>; idem, n.º 157, 18 de Julho, p. 1124, 3.<sup>a</sup>; idem, n.º 161, 23 de Julho, p. 1152, 3.<sup>a</sup>.

Julho<sup>169</sup>. Em 1862, 1864 e 1865 assistiu novamente a corridas pela mesma causa, pagando então por um camarote idêntico 3\$000<sup>170</sup>. Em 1864, naquela praça, alugou um camarote por 2\$500, sendo o festejo beneficente organizado pela Comissão de Socorros para os habitantes das ilhas de Cabo Verde<sup>171</sup>.

Após o casamento terão vivido no Porto, pois quando do baptismo da filha Margarida, em 1859, foi indicado no assento que eram moradores na Invicta encontrando-se na capital episodicamente, em casa dos viscondes de Orta. Em 1864 eram, como vimos, residentes em Lisboa, no campo de Santana, n.º 66, o que poderá ser erro porque as referências subsequentes que temos são sempre ao n.º 76. Em 1868, o barão teve uma acção judicial contra Francisco e António de Sousa e Silva da Costa Lobo por terem aberto umas janelas na empena no seu prédio, com o n.º 78 do Campo de Santana, sobre o telhado do n.º 76, propriedade dos barões de Magalhães, que pediam o encerramento das mesmas<sup>172</sup>.

Quatro anos mais tarde, no final de 1872, Magalhães vendeu o seu “palácio” do campo de Santana por 12 contos de réis a Alfredo Guedes, irmão do visconde de Valmor, como noticiou o *Diario Illustrado*<sup>173</sup>. Não sabemos onde viveu entre esta data e 1874 quando, após a morte do sogro, arrematou o mencionado palácio na rua de São José por 26.000\$000 réis (ou 26.700\$000)<sup>174</sup>.

Em 1867 o ainda barão de Magalhães comprou o camarote que fora do conde de Farrobo no Teatro de São Carlos, por 10 contos de réis, ao filho daquele, o 2.º conde, que o recebera nas partilhas por morte do pai<sup>175</sup>.

---

169 *Diario de Lisboa*, ano de 1860, n.º 195, 28 de Agosto, p. 949, 5.ª.

170 *Diario de Lisboa*, ano de 1860, n.º 195, 28 de Agosto, p. 949, 5.ª; ano de 1862, n.º 185, 19 de Agosto, p. 2129, 1.ª; idem, ano de 1864, n.º 180, 13 de Agosto, p. 2492, 1.ª; ano de 1865, n.º 178, 10 de Agosto, p. 1821, 3.ª coluna.

171 *Diario de Lisboa*, ano de 1865, n.º 9, 12 de Janeiro, p. 96, 1.ª.

172 *Diario de Lisboa*, ano de 1868, n.º 289, 19 de Dezembro, p. 2944, 1.ª.

173 *Diario Illustrado*, ano de 1872, 11 de Dezembro, p. 3, 1.ª.

174 *Diario Illustrado*, ano de 1874, 1 de Agosto, p. 1, 5.ª, 1 de Setembro, p. 3, 4.ª.

175 *A Nação*, ano de 1867, 8 de Junho, p. 3, 3.ª.

No início da década de 80 sabemos que os condes recebiam regularmente no palácio da rua de São José pois o *Diario Illustrado* anuncia, a 3 de Janeiro e a 23 de Outubro de 1881, por exemplo, que não receberiam no dia costumado, segunda-feira, situação que se mantinha a 27 deste último mês, esclarecendo que “*por motivo de doença*” não o fariam por enquanto<sup>176</sup>.

No início de 1886 o mencionado periódico noticiava que a “*saison das soirées*” começava mais tarde devido ao luto na corte – por morte do rei D. Fernando II, em Dezembro de 1885 –, e que os condes de Magalhães tencionavam “*reabrir as suas elegantes salas em princípio de fevereiro.*”<sup>177</sup> Não o fizeram por não estarem terminadas umas obras no seu palácio, adiando para segunda-feira após a Páscoa. O jardim seria “*todo iluminado a gás, assim como a deslumbrante galeria que circunda as salas*” e o *cotillon* seria “*magnífico e completa novidade.*” Foram distribuídos os convites antes da semana santa – por não o quererem fazer neste período – e o *Diario Illustrado* anunciava que a orquestra seria composta por 30 músicos sob a direcção do maestro Gaspar, sendo o reportório encomendado a uma casa estrangeira. A orquestra tocaria na galeria que circunda a sala de baile e esta recepção seria “*juntar mais uma página brilhante ao livro de ouro, onde estão descritas as mais grandiosas festas dos nossos salões elegantes.*”<sup>178</sup>

Após o baile, o jornal que temos vindo a citar deu ampla notícia do evento, que “*veio saciar a ansiedade que havia nos salões aristocráticos para assistir a esta festa*”, pois falava-se há muito dela, “*recordando-se todos os convivas da magnífica festa com que fechou a época passada a série de brilhantes bailes.*” O baile fora “*dos mais imponentes que ultimamente tem havido em Lisboa*”; “*Não era só o vivo interesse de passar uma noite no meio da foule de convidados das inúmeras toilettes riquíssimas e de gosto aprimorado, era também o desejo de contemplar de perto aquele museu, que encerra preciosidades quer nas soberbas tapeçarias, nos magníficos Gobelins, nos artísticos quadros dos primeiros autores, nas valiosas*

---

176 *Diario Illustrado*, ano de 1881, 3 de Janeiro, p. 1, 6.<sup>a</sup>, 23 de Outubro, p. 1., 3.<sup>a</sup>, 27 de Outubro, p. 1, 1.<sup>a</sup>.

177 *Diario Illustrado*, ano de 1886, 5 de Janeiro, p. 3, 1.<sup>a</sup>.

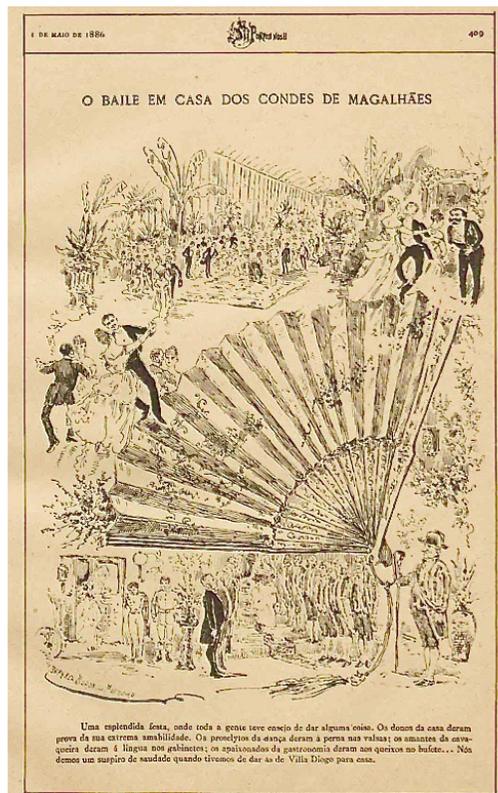
178 *Diario Illustrado*, ano de 1886, 2 de Março, p. 2, 3.<sup>a</sup>, 26 de Março, p. 1, 5.<sup>a</sup>, 19 de Abril, p. 2, 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup>.

*loijas do Japão, enfim em mil outros objectos de alto merecimento*". A entrada do palácio estava transformada num jardim, "tendo as paredes cobertas de maciços de verdura, donde saíam jorros de luz", e na escada e vestíbulo uma longa fila de criados indicava o caminho. O *cotillon* foi conduzido pela viscondessa de Taveiro, filha dos donos da casa, e por Fernando de Serpa e D. Luís Maria Álvaro da Costa. Na sala de baile, "onde estava reunido tudo o que há de mais elegante e distinto na nossa primeira sociedade, reinou até ao final da festa a maior animação." Às 2.30h foi servida "uma magnífica ceia" descrita na notícia, em francês, acompanhada de vinhos "Chateau Margaux - Chateau Lafite - St. Julien - Xerez - Amontillado - Porto, 1815, 1820, 1834 - Rhin - Madère - Champagne - Vin de Gouxa [quinta que pertencia ao conde]".

Na lista de presenças encontramos uma mescla de famílias da nobreza tradicional e outras recém-chegadas, como era habitual à época neste tipo de festas. Assim, e observando primeiro a relação de senhoras, registamos: duquesa de Ávila e Bolama; marquesas de Oldoni e de Sabugosa; condessas de Alte, de Valbom, de Anadia, de Linhares, de Vila Real, de Gouveia, da Praia, de Sampaio, do Rio Pardo, de Castro Marim e de Bobone; viscondessas da Silva Carvalho, de São Januário, dos Olivais, de Almeida, do Rio Sado, de Carvalho, do Reguengo, de Castelo Novo e de Carnide; baronesas de Greindl, de Schimdhals, de Carvalho Borges e de Samora; diversas senhoras da família das titulares citadas e outras, como Ferreira Pinto, Burnay, Câmara (Ribeira Grande), Berquó, Ribeiro da Cunha, Morais Palmeiro, Almeida e Vasconcelos (Moçâmedes), Martens Ferrão, Almeida (Oliveira dos Arcos), Iglésias, Siqueira Freire (São Martinho), Corrêa de Sá (Asseca), Pinto Coelho, Noronha, Mendôça (Loulé), Sousa Coutinho (Borba), Perestrelo, Riba Tâmega, Barros Gomes, Pereira (Bertiandos), Schindler, Viana, etc. Já na lista dos homens, encabeçada pelo nuncio apostólico, o auditor e o secretário da Nunciatura, encontramos o duque de Loulé, os marqueses de Oldoni, de Sabugosa e de Valada, os condes de Alte, de Mesquitela, de Valbom, de Linhares de Vila Real, de Gouveia, da Praia, de Sampaio, de Bobone, de Franco, de La Tour, do Covo e da Caparica; na lista dos viscondes, Silva Carvalho, São Januário, Olivais, Rio Sado, Reguengo, Castelo Novo, Carnide, Tojal, Alferrarede, Banalcanfor, Asseca, Azarujinha e Riba Tâmega; os barões de Regaleira, de Greindl, de Carvalho Borges, de Samora e de Schimdhals. Estava também o "prince de Wrede" e outros estrangeiros – Marin, Mutzemberg, Fonton –, numa extensa lista onde encontramos Guerra Junqueiro e membros de inúmeras famílias da boa sociedade de então: Ferreira Pinto, Castro (da

Lourenço Correia de Matos

casa das Brolhas), Noronha, Pereira (Bertiandos), Lobo (Alvito), Machado de Castelo Branco, Costa (Mesquitela), Mazziotti, Enes, Almeida e Vasconcelos (Moçâmedes), Siqueira (São Martinho), Portugal (Valença), Pindela, Melo, Horta Machado (Alte), Lobo de Ávila, Sousa Coutinho (Borba), Borges de Medeiros (Praia), Sousa (Rio Pardo), Cunha (Castro Marim), Palha, Fletcher, Noronha (Paraty), Melo e Castro (Galveias), Ramalho Ortigão, Perestrelo, Barros e Sá, e um vasto etc.<sup>179</sup>



“Baile em casa dos condes de Magalhães”, desenho de Rafael Bordalo Pinheiro [Pontos nos iis, ano de 1886, 1 de Maio, p. 409]

<sup>179</sup> *Diario Illustrado*, ano de 1886, 30 de Abril, p. 3, 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup>.

Nem todas as festas tinham esta dimensão. Para o baile do ano seguinte, também em Abril, convidaram “*só parte das suas relações*”, pelo que nem todas as salas do palácio estavam abertas, muito embora a de baile e a contigua estivessem cheias de convidados. A orquestra, dirigida pelo mesmo maestro, tocou até às 4.30h da madrugada e houve serviço “*de chá, neve, refrescos e ceia*”, que “*foram escolhidíssimos e profusos*.” Na sala de jantar destacava-se “*a soberba baixela de ouro e prata*”<sup>180</sup>. No final desse ano houve outra “*animadíssima*” *soirée* em casa dos condes de Magalhães, “*sempre primorosos nos extremos de delicadeza com que recebem os seus convidados*.” Cantaram D. Maria Domingas (Belmonte) e D. Francisco de Sousa Coutinho (Redondo), assim como Álvaro Roquette<sup>181</sup>. Embora a lista de convidados publicada seja reduzida, registamos a presença de alguns políticos: Mariano de Carvalho, à data ministro da Fazenda, e António de Serpa e Dias Ferreira, ambos antigos ministros e futuros presidentes do Conselho.

As relações políticas do conde seriam o motivo de alguns jantares por si oferecidos em casa. Em Dezembro de 1890 obsequiaram os condes de Casal Ribeiro com um jantar de despedida (certamente quando da sua nomeação para embaixador em Madrid), a que assistiram o citado Serpa Pimentel – que abandonara a chefia do governo há menos de dois meses –, o ministro de Espanha em Lisboa, entre outros, num total de apenas quinze pessoas. Pese a dimensão reduzida do jantar, o jornal não deixou de referir que os condes e filhas receberam “*com aquela distinção e amabilidade que lhes é peculiar*” salientando “*a grandeza e magnificência*” do banquete e o esplendor das salas, o rico serviço de Sèvres, a profusão de pratos antigas e os valiosos quadros “*bem conhecidos da nossa sociedade elegante*”<sup>182</sup>. Nesse mesmo mês, a dois dias do Natal, novo jantar, desta vez em honra do conselheiro Martens Ferrão e mulher, depois do qual se juntaram outras pessoas para o serão<sup>183</sup>. Em 1892, ofereceram um jantar ao ministério – presidido por Dias Ferreira – seguido de uma *soirée* com um *cotillon*, “*cujos objectos todos eles lindos*” foram pintados pela filha dos donos da casa, D. Maria, como era comumente nomeada a futura condessa de Santa Cruz de

---

180 *Diario Illustrado*, ano de 1887, 20 de Abril, p. 3, 1.<sup>a</sup>.

181 *Diario Illustrado*, ano de 1887, 22 de Dezembro, p. 2, 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup>.

182 *Diario Illustrado*, ano de 1890, 6 de Dezembro, p. 2, 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup>.

183 *Diario Illustrado*, ano de 1890, 24 de Dezembro, p. 2, 3.<sup>a</sup>.

los Manueles, adiante referida (ponto 2.8.)<sup>184</sup>. Meses depois, por causa de outro jantar na rua de São José, o *Diario Illustrado* desmentia que tivesse havido uma reunião política em casa dos Magalhães, tendo estes reunido “*algumas pessoas das suas relações, entre elas os srs. Dias Ferreira [à data ainda presidente do conselho] e Mariano de Carvalho, que aliás não tiveram conversação alguma.*”

Nas *soirées* na rua de São José era frequente a presença de membros do corpo diplomático acreditado em Portugal, nomeadamente dos chefes de missão – nos 18 anos da filha mais nova dos condes, em 1894, estiveram o núncio, os ministros da Rússia, da Áustria, da Alemanha e da Bélgica, e os secretários de França, de Inglaterra, da Áustria e da Alemanha<sup>185</sup>. Em 1898 ofereceram um jantar ao núncio, monsenhor Ayuti, com o seguinte menu: “*Potage à la Reine. Consommé à la parisienne. Timbales à la Napolitaine. Saumon sauce crevettes. Filets de boeuf financier. Escalopes de bécasses à la Moaco. Foi-gras em Belleyue. Punch à la Romaine. Dindes truffées. Salade russe. Asperges en branche sauce mousseline. Savorin à la bourdalou. Glace au pistache. Petits gâteaux*”<sup>186</sup>. Os condes eram igualmente convidados para recepções nas embaixadas, como um jantar oferecido pelo ministro de Inglaterra, em Fevereiro de 1891, ou uma *soirée* na legação da Alemanha em Março seguinte<sup>187</sup>.

No final do século XIX escrevia o *Diario Illustrado*, a respeito de um baile dos condes de Magalhães em Janeiro de 1898: “*Noutros tempos tinha a nossa aristocracia os sumptuosos bailes dos Condes do Farrobo, dos Marqueses de Viana, de Penafiel, os da casa Faial, e os dos nobres Duques de Palmela. O titular que hoje, felizmente, recebe mais amiúde, com toda a bizzarria e fina elegância, é o sr. Conde de Magalhães.*”<sup>188</sup>

Os condes de Magalhães veraneavam em Caldas da Rainha e em Cascais, tendo mantido uma ligação duradoura a esta estância balnear, a mais importante da época

---

184 *Diario Illustrado*, ano de 1892, 25 de Fevereiro, p. 1, 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup>.

185 *Diario Illustrado*, ano de 1894, 7 de Maio, p. 2, 5.<sup>a</sup>.

186 *Diario Illustrado*, ano de 1898, 13 de Fevereiro, p. 3, 4.<sup>a</sup>.

187 *Diario Illustrado*, ano de 1891, 22 de Fevereiro, p. 2, 5.<sup>a</sup>, 7 de Março, p. 1, 6.<sup>a</sup>.

188 *Diario Illustrado*, ano de 1898, 25 de Janeiro, p. 3, 2.<sup>a</sup>.

por ser a preferida da Família Real e, conseqüentemente, da corte e nobreza<sup>189</sup>. Aqui festejaram, em Outubro de 1888, “*na sua bela vivenda*”, com um “*esplêndido baile*” os anos da filha viscondessa de Taveiro, a que assistiram os marqueses de Sabugosa e de Faial, os condes de Sobral e de Moçâmedes, o conde da Caparica, as condessas de Alte e de Ficalho, e membros das famílias Belmonte, Asseca, Figueira, Atalaia, Pombeiro, Ponte, Castro Marim, Salema, Trigo, Perestrelo, Viana, Ferreira Pinto, São Martinho, Angeja, Paraty, Moser, Correia de Sampaio, etc.<sup>190</sup>

Anexo à casa de Cascais tinham, como veremos, um teatro – que terão comprado, com a casa, a um tal Manuel Rodrigues de Lima<sup>191</sup> –, onde em Julho de 1892 foi adiada uma récita por amadores, que levariam à cena *As pupilas do senhor reitor*<sup>192</sup>.

Registamos a presença dos condes e família em Caldas em diversas ocasiões, referindo por curiosidade apenas uma, em 1891, em que a condessa ofereceu um ramo para uma corrida de amadores, a que assistiriam os reis e os príncipes<sup>193</sup>.

As actividades beneficentes e caritativas estavam sempre presentes na vida da alta sociedade oitocentista. Em 1884, por exemplo, sabemos que o conde de Magalhães “*ofereceu um valioso donativo*” à comissão de beneficência da freguesia de São José, a que pertencia, e que estava a ser “*incansável nas visitas às casas dos pobres, a fim de conhecer das suas necessidades*”<sup>194</sup>. Quando do incêndio do Teatro Baquet, no Porto, em Março de 1888, o jornal *Commercio de Portugal* abriu uma subscrição em favor das vítimas, contribuindo o conde de Magalhães com 100\$000 réis. Foi publicada a carta que endereçou ao director do periódico, onde pode ler-se que o Porto era “*berço da infância, terra de que conservo as mais gratas, lisonjeiras e indeléveis recordações, e onde tenho parentes e amigos que estremeço*.”<sup>195</sup> Em 1892, Magalhães integrou uma comissão, nomeada pelo rei e presidida pela rainha,

---

189 *Diario Illustrado*, ano de 1884, 19 de Setembro, p. 1, 6.<sup>a</sup>.

190 *Diario Illustrado*, ano de 1888, 17 de Outubro, p. 1, 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup>.

191 <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2018/10/teatro-gil-vicente-em-cascais.html>

192 *Diario Illustrado*, ano de 1892, 31 de Julho, p. 1, 2.<sup>a</sup>.

193 *Diario Illustrado*, ano de 1891, 12 de Agosto, p. 3, 4.<sup>a</sup>.

194 *Diario Illustrado*, ano de 1884, 19 de Outubro, p. 1, 1.<sup>a</sup>.

195 *Commercio de Portugal*, ano de 1888, 31 de Março, p. 1, 4.<sup>a</sup>.

Lourenço Correia de Matos

para obter donativos a favor das vítimas dos naufrágios do norte, contribuindo com 450\$000 para a subscrição<sup>196</sup>.

Naturalmente registamos também a presença dos condes de Magalhães noutras ocasiões da vida da sociedade lisboeta, como assistência aos teatros – nomeadamente no São Carlos e D. Amélia (hoje São Luís) –, a eventos desportivos e a corridas de touros.

As viagens são também assinaladas, normalmente a Paris. Em Junho de 1898, por exemplo, o conde partiu para Madrid onde iria encontrar-se com a condessa e a filha Maria Antónia, e dali seguiriam para Paris onde se demorariam algumas semanas<sup>197</sup>.

Registe-se que o conde de Magalhães não foi sócio de nenhum dos clubes de Lisboa fundados à época – o *Turf Club*, em 1883 e o *Real Club Tauromáquico Português*, em 1892 – ao contrário de muitos dos seus sócios nos negócios e do seu genro visconde de Taveiro. Apenas temos notícia de ter sido presidente da assembleia-geral do *Club Portuguez*, convocando nesta qualidade uma reunião da mesma no início de 1884<sup>198</sup>.

Como mera curiosidade, registamos a compra de uma “*rica e bonita parelha de cavalos castanhos de uma das coudelarias mais acreditadas*” de França, noticiada em Lisboa em Agosto de 1897<sup>199</sup>.

Apesar da mundanidade que acima fica patente, o conde de Magalhães não quis prestar informações aos autores da obra *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*, que refere este título no volume II publicado em 1890. Assim, limitam-se a indicar a data de nascimento e a condição de ministro honorário, de comendador da Conceição e de grã-cruz de Carlos III, deixando, no entanto, a seguinte nota: “*O Sr. Conde, por motivos que nos são inteiramente desconhecidos, obstinou-se em não responder às nossas cartas em que lhe solicitávamos os necessários esclarecimentos para completar este artigo. Lamentamos, mais uma vez, semelhante procedimento,*

---

196 *Diario Illustrado*, ano de 1892, 8 de Março, p. 3, 2.<sup>a</sup>, 10 de Março, p. 3, 1.<sup>a</sup>.

197 *Diario Illustrado*, ano de 1898, 5 de Junho, p. 3, 3.<sup>a</sup>.

198 *Commercio de Portugal*, ano de 1884, 19 de Fevereiro, p. 3, 3.<sup>a</sup>.

199 *Diario Illustrado*, ano de 1897, 26 de Agosto, p. 1, 6.<sup>a</sup>.

*que prejudica o nosso empenho, e ofende os mais rudimentares preceitos de civilidade.*”<sup>200</sup> A ausência de resposta de Magalhães não foi caso único, como se prova por notas idênticas a respeito de outros títulos.

## 2.6 Morte dos condes de Magalhães

Foi veraneando em Cascais que o conde morreu, “*após um demorado sofrimento*”, às 10.30h da manhã de 9 de Setembro de 1903, na sua casa da rua da Nazaré, a que adiante aludiremos<sup>201</sup>. Sofria há bastante tempo “*os horrores de um scyrro nos intestinos*” tendo piorado na noite do dia anterior, pelo que recebeu os sacramentos da Santa Madre Igreja ministrados pelo bispo de Trajanópolis.

“*Todos os recursos da ciência foram impotentes para o salvar*” apesar da dedicação dos médicos D. António de Lancastre, Sabino de Sousa e um tal Furtado. Aos últimos momentos assistiram o genro visconde de Taveiro, D. Juan de Castro e o dr. Pinheiro, seu médico assistente, e à hora da morte o dito bispo celebrava missa na capela da casa, a que além da família assistiam “*grande número de senhoras e cavalheiros da nossa aristocracia, que se encontram a veraneiar em Cascais.*” Seguiu-se outra missa celebrada pelo prior de Cascais, tendo o conde sido vestido pela família com o hábito de São Francisco – de que seria irmão terceiro –, como pedira, e colocado na sua cama. O visconde de Taveiro recebeu uma carta de pêsames do rei D. Carlos, para si e para toda a família<sup>202</sup>.

No dia seguinte, o cadáver seria “*encerrado numa riquíssima urna de mogno com argolas e ornatos de prata e colocado numa eça da capela do palacete, que*

---

200 Pinto; Baêna, *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*, op. cit., vol. II, pp. 106-107. Na p. 204, ao tratar dos viscondes de Orta, refere os filhos dos condes de Magalhães. Registamos ainda que, por engano, ou não, os autores referem que Magalhães usava as mesmas armas dos Alpenduradas, mas reproduzem as do 2.º visconde, por casamento (Pereira e Rocha) e não as da viscondessa viúva (Vieira e Magalhães); idem, ibidem, vol. I, pp. 64-68.

201 TT, Reg. Par., Cascais, Cascais, óbitos n.º 33, fls. 13-13v. *Diário Illustrado*, ano de 1903, 10 de Setembro, p. 4, 1.ª.

202 *O Século*, ano de 1903, 10 de Setembro, p. 3, 2.ª e 3.ª.

*está toda forrada de negro*”<sup>203</sup>. Durante a noite, foi velado pela família e por D. Juan de Castro e o conde da Guarda, sendo celebradas, das 7h às 11h, sete missas, respectivamente pelo capelão de Laveiras, os priores de Oeiras e de Rana, o padre Hidalgo de Lacerda, o prior de Cascais e o mencionado bispo. A todas assistiram muitas pessoas e na das 11h esteve toda a família do morto. A urna foi encerrada pelas 9h, o corpo transportado então para a capela e, pouco antes das 14h, o bispo fez a encomendação, organizando-se de seguida o préstito fúnebre. Este era constituído pelo prior de Cascais e um acólito, o fêretro na carreta dos Bombeiros Voluntários de Cascais, “*coberto com um rico pano preto, bordado e franjado a ouro e prata*”, a banda dos bombeiros – que executou a marcha fúnebre de Chopin –, e os convidados: conde da Guarda, visconde de São João da Pesqueira (sobrinho-neto do conde), D. Juan de Castro, reverendo Manuel dos Santos Leitão, representando o bispo, João Berquó, Eduardo Moser, Herman Moser, D. Manuel de Meneses, Rui Fernando Salema e João Fernando Castelo Branco<sup>204</sup>.

Na estação, foi colocado num furgão transformado em câmara ardente, que se atrelou ao comboio que saiu de Cascais às 3.18h, onde vieram os acima mencionados. No Cais do Sodré aguardava muita gente que enchia por completo a estação, entre os quais se encontrava o presidente do Conselho Hintze Ribeiro e Wenceslau de Lima, ministro dos Negócios Estrangeiros, que se retiraram após a formação do cortejo. A composição chegou às 16.25h e o corpo foi colocado num coche dourado puxado por quatro parelhas, organizando-se então o préstito. À frente seguiu um grande número de carruagens com os convidados, os representantes da Câmara dos Pares (Pereira e Cunha, marquês de Pombal e Policarpo Ferreira dos Anjos), o ministro da Guerra (Pimentel Pinto), o representante do bispo, o prior de Cascais e depois o coche com o fêretro, escoltado por 120 praças de cavalaria da Guarda Municipal, “*em consequência de estarem em manobras as tropas da guarnição.*”<sup>205</sup>

O jornal *O Século* publicou uma extensa lista de pessoas que integraram o cortejo, como por exemplo os marqueses de Franco e Almodôvar, da Foz, da Praia e Monforte, os condes de Arnoso, de Ávila, de Sabugosa, de Cuba, da Foz, de Vila

---

203 *O Século*, ano de 1903, 10 de Setembro, p. 3, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup>.

204 *O Século*, ano de 1903, 11 de Setembro, p. 4, 1.<sup>a</sup>.

205 *Diario Illustrado*, ano de 1903, 11 de Setembro, p. 3, 2.<sup>a</sup>.

Verde, das Alcáçovas, de Caria, o visconde de Silveiras, o barão de Fornelos, e membros das famílias Ferreira Pinto Basto, Viana, Castro Guimarães, Perestrelo de Vasconcelos, Rebelo de Andrade, Gil de Borja Macedo e Meneses, Ulrich, d'Orey, etc. Incorporaram-se também os empregados do mercado da Praça da Figueira<sup>206</sup>.

O préstito chegou ao cemitério dos Prazeres pelas 17.30h e organizaram-se dois turnos até ao jazigo: no primeiro, da porta até à capela, pegaram nas borlas o conselheiro Pimentel Pinto, o conde da Guarda, Ruy Ulrich, Guilherme Enes, Guilherme Ulrich, o conde de Caria (Bernardo), João Ulrich e o conde da Foz; da capela para o jazigo, D. Juan de Castro, Carlos Moser, Herman Moser, Pimentel Pinto, Carlos Blank, D. João de Melo (Murça), José Gil Macedo Meneses e Jorge Mendonça. O cadáver foi depositado no jazigo dos sogros, viscondes de Orta, e o enterro foi dirigido pelo visconde de São João da Pesqueira<sup>207</sup>.

Os jornais publicaram um anúncio em que a condessa, as filhas e genros – viscondes de Taveiro e condes de Santa Cruz de los Manueles –, a irmã e cunhado, condes de Samodães, e os cunhados viscondes do Rio Sado, participavam a morte do conde e que o corpo chegaria pelas 16.30h à estação de caminho de ferro do Cais do Sodré, de onde seguiria para o cemitério ocidental, vulgo, dos Prazeres<sup>208</sup>.

A condessa morreu menos de dois anos depois, a 10 de Junho de 1905, em Madrid, em casa da filha mais nova, então já marquesa de Lierta. Na notícia da sua morte pode ler-se que era “*uma senhora muito espirituosa recebendo em sua casa com a maior gentileza. Os bailes que deu no seu palácio da rua de S. José foram dos mais celebrados entre nós nos últimos tempos.*”<sup>209</sup> Terá ficado sepultada na capital espanhola pois não se encontra no citado jazigo dos pais, em Lisboa.

---

206 *O Século*, ano de 1903, 11 de Setembro, p. 4, 1.<sup>a</sup>.

207 *O Século*, ano de 1903, 11 de Setembro, p. 4, 1.<sup>a</sup>.

208 *Diario Illustrado*, ano de 1903, 10 de Setembro, p. 4, 1.<sup>a</sup>. *O Século*, ano de 1903, 10 de Setembro, p. 5, 5.<sup>a</sup>.

209 *Diario Illustrado*, ano de 1905, 11 de Junho, p. 2, 4.<sup>a</sup>.

## 2.7 Herança

Por morte do conde de Magalhães teve início um inventário judicial dos seus bens, de que foi inventariante a viúva<sup>210</sup>, por se acharem interditos os viscondes de Taveiro, filha e genro do falecido, desde Maio do ano anterior. A interdição por prodigalidade de toda a administração de seus bens decorreu por acção do conde de Magalhães, tendo o conselho de família “*certificado os factos de caracterizada prodigalidade*” invocados por aquele, que foi então nomeado curador dos viscondes<sup>211</sup>.

Magalhães não deixou testamento e tinha apenas duas filhas, a viscondessa de Taveiro e a condessa de Santa Cruz de los Manueles. Devido à interdição da primeira, teve lugar o mencionado inventário pelo que houve necessidade de nomear um conselho de família, que ficou assim constituído: José da Silveira Viana, dr. Manuel de Castro Guimarães, general Sebastião de Sousa Dantas Baracho, todos amigos da família, e Pedro Paulo José de Melo e António Vasco José de Melo, solteiros, maiores, filhos dos interditos (registre-se que, neste processo, assinaram por vezes com o apelido Magalhães: Pedro Paulo José de Melo de Magalhães e António Vasco José de Melo de Magalhães). Para tutor dos viscondes de Taveiro, em substituição do conde de Magalhães, o conselho nomeou o conde de Figueiró<sup>212</sup>.

O tutor terá diversas intervenções no processo em defesa dos Taveiros, começando logo por pedir que se autorizasse uma “*razoável mensalidade para seus alimentos*” enquanto a partilha não fosse feita – em Março de 1904 foi definida, pelo conselho de família, a quantia mensal de 500\$000 réis. Quando a quinta do Anjo foi referida na relação de bens, o conde de Figueiró referiu que esta pertencia exclusivamente aos seus tutelados por doação antenupcial, e pediu as rendas da dita propriedade para os viscondes<sup>213</sup>.

---

210 TT, Tribunal da Boa Hora, Cível Antigo, 6.<sup>a</sup> vara, 4.<sup>a</sup> secção, proc. 153208, caixas 373-379, sala 3, corpo 3. Nas citações omitiremos a vara e secção, bem como a localização (sala e corpo) referindo apenas o número do processo, a caixa e os fólios.

211 *Diário do Governo*, ano de 1902, n.º 104, 12 de Maio, p. 1292, 1.<sup>a</sup>.

212 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 10-10v, 17. António de Vasconcelos e Sousa (1858-1922), 2.º conde de Figueiró (na sua família), foi mestre-sala do rei D. Carlos – função que exercia em 1903 –, vedor da rainha D. Amélia, etc.

213 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 47, 67-68.

Em Fevereiro de 1904, a condessa viúva de Magalhães apresentou, “*em obediência à ordem*” do juiz, o rendimento do casal inventariado, embora não o podendo fazer completamente. Declarou ter recebido as rendas do casal após a morte do marido, a saber: da quinta do Anjo, 2.500\$000; de um prédio na rua de São José, em Lisboa, arrendado a uma escola, a contar de Setembro até Dezembro, 200\$000 por mês (800\$000 no total); das lojas do mesmo prédio, à razão de 280\$000 por ano, 140\$000; das propriedades do Paço de Freiriz, no concelho de Vila Verde, arrendadas por 948\$000, 500\$000. Pelas informações que tinha, o rendimento da quinta da Goux, em Alpiarça, orçaria 6.000\$000, não falando no rendimento da cortiça, que fora vendida por 22.000\$000, por 11 anos, tendo recebido 2.000\$000 à data da escritura e havendo a receber 1.000\$000, em Maio de 1905, e 19.000\$000, em Junho de 1908. Tanto dos rendimentos das propriedades em Saragoça como do dinheiro pertencente à herança lá existente, a inventariante esperava receber notícias em breve. Da “*casa de Santar*” (duas quintas que Magalhães ali possuía), que estava arrendada por 1.500\$000, “*não recebeu a suplicante um real, como não recebia já seu marido, porque o rendeiro morreu, e a viúva o que pede é que a exonerem do arrendamento porque não tem meios para pagar nem sequer par cultivar a propriedade*”<sup>214</sup>.

O inventário é muito extenso (mais de 5000 fôlios) e complexo pelo que tentaremos extrair apenas o mais relevante e apresentar os bens de forma simples. Os bens móveis são descritos antes dos imóveis e optámos por seguir a mesma ordem, indicando o número de verba no processo para facilitar a eventual conferência e aprofundamento.

O palácio onde viviam, na rua de São José, foi descrito divisão a divisão<sup>215</sup>. Sem a preocupação de ser exaustivos, mencionamos as principais peças de mobiliário e decorativas, a que se seguem as loiças, as pratas e os livros. Por curiosidade, indicamos alguns valores de avaliação das mesmas.

Salão nobre (verbas 1-15): um piano vertical, de Alberto Goet & C.º, Berlim (90\$000); quatro jarras grandes de loiça da China (360\$000); cinco bancos de diferentes tamanhos, pintados de branco e dourado com assentos e costas de palhinha (135\$000); um lustre de bronze para velas com 30 lumes (90\$000); três espelhos encaixilhados na parede (80\$000); seis serpentinhas em bronze

---

214 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 80-80v.

215 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 244-343v.

para velas, com oito lumes cada uma (110\$000); seis bancos estofados de seda em ramos bordados e guarnições de peluche, e com dezoito almofadas também de peluche (215\$000); duas jarras grandes da Índia com dourados (230\$000); sete vãos de reposteiros, de seda bordada e peluche amarelo (158\$000); um contador de madeira polida “*de preto*”, com dois corpos e figuras em porcelana de Sèvres, no tampo e nas gavetas (230\$000); uma vitrine de madeira de pau santo (70\$000); lustre grande em bronze para velas, com pingentes e guarnições em “*vidro boémico*” (90\$000); quatro serpentinas em bronze dourado para velas (25\$000); um centro para bilheteira em mármore (65\$000); dois candelabros em porcelana de Sèvres, de oito lumes cada, em mau estado (180\$000)<sup>216</sup>.

Sala (verbas 16-39): uma secretária pequena de pau rosa (55\$000), uma cadeira em noqueira da dita secretária (16\$000); dois sofás de peluche e uma otomana forrada de pano verde (25\$000); uma mesa, feitio de bufete, em madeira envernizada de preto (9\$000); uma mesa redonda, tampo de casquinha (3\$000); um piano de cauda, de Drard (135\$00); uma mesa de jogo (2\$500); uma mesa grande redonda, tampo de vinhático (3\$500); duas estantes pequenas (1\$500); diversos sofás e cadeiras; dois armários em vidro com espelho; dois biombos; uma coluna de madeira forrada de peluche carmesim e outra coluna de mármore escuro<sup>217</sup>.

Outra sala (verbas 40-52): mesa redonda com “*alguma obra de talha e tampo com embutidos*”; lustre; sofás e cadeiras; biombo; duas jarras e duas travessas da China; dois jarros em faiança com figuras e cobras<sup>218</sup>.

Sala de bilhar (verbas 53-62): um bilhar completo (180\$000); bancos, cadeira, mesa de jogo; uma caixa de música “*escangalhada*”<sup>219</sup>.

Sala de espera (verbas 63-65): duas otomanas “*estofadas em rico carmesim*”<sup>220</sup>.

Casa de entrada (verba 66): “*Diversos cabides de madeira para dependurar chapéus*”<sup>221</sup>.

---

216 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 244-247.

217 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 247-250.

218 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 250-252v.

219 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 252v-254.

220 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 254v-254v.

221 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fl. 254v.

Escritório (verbas 67-80): uma secretária; uma cadeira de braços; um sofá; dois *fauteuilles*; um cofre à prova de fogo, de Marçal Vieira (80\$000); várias poltronas; três estantes; uma cadeira de balanço; duas jarras pretas de loiça da Índia<sup>222</sup>.

Casa de jantar grande (verbas 81-85): uma mesa elástica com seis tábuas, um aparador, guarda prata e dezoito cadeiras de espaldar com assento de couro e pregaria amarela – tudo em madeira de nogueira, obra de talha com desenho em figura, ornato e coluna torcidas (1.000\$000); quatro vasos de alabastro com colunas; trinta e dois medalhões em barro dourado com diversos bustos (30\$000); um candeeiro a gás de metal bronzeado, para dez lumes de incandescência<sup>223</sup>.

Casa de jantar pequena (verbas 86-93): mesa elástica, guarda prata, aparador, dois trinchantes, onze cadeiras de espaldar com assentos de palhinha – obra de talha e madeira de carvalho (450\$000); candeeiro para gás com três bicos; duas cadeiras de balanço; dois guarda loiças em madeira de vinhático<sup>224</sup>.

Quartos (verbas 94-167): diversas camas, de que destacamos uma inglesa com embutidos de madre pérola (60\$000); vários guarda vestidos; dois cofres; várias *chaise longue*; lavatórios; espelhos; *toilettes*; toucadores<sup>225</sup>.

Estufa (verbas 168-173): sofás; dois assentos sobre colunas de pedra; duas figuras de pedra e dois bustos, tudo assentes sobre colunas (180\$000)<sup>226</sup>.

Quarto de banho, escada e cozinha (verbas 174-182)<sup>227</sup>.

Cocheira (verbas 183-194): um carro antigo com molas de couro e quatro rodas, lanterna, inteiramente estofado e forrado em seda escura (200\$000); um vis-à-vis com quatro rodas, duas lanternas, estofado e forrado em chagrim escuro (400\$000); uma carruagem coupé com frente rectangular, forrada

---

222 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 254v-256v.

223 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 256v-257v.

224 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 257v-259.

225 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 259-269v.

226 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 269v-270v.

227 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 270v-271.

Lourenço Correia de Matos

interiormente de pano preto (300\$000); outro coupé de frente rectangular, forrado de chagrim escuro, rodas com aros de borracha (500\$000); quatro pares de arreios completos, um deles com ferragens brancas e com o brasão da casa (180\$000); dois fardamentos completos em pano preto (36\$000); pingalins; capas de cobrir cavalos; capas de borracha para cocheiro; semoventes (n.º 194) uma parelha de cavalos (300\$000)<sup>228</sup>.

Roupa de casa (verbas 195-211): lençóis, travesseiros, almofadas, colchas, toalhas guardanapos, luvas para criados (doze pares), aventais brancos (vinte)<sup>229</sup>.

Serviço de loiça da Índia (verba 212), composto por 14 pratos sopeiros, 26 pratos de guardanapo, 19 travessas, 3 molheiras, 8 pratos cobertos, 2 pratos redondos, 4 saleiros, 2 terrinas (uma defeituosa) e 12 chávenas, avaliado em 115\$000<sup>230</sup>.



Serviço de loiça (213) “*em porcelana com frisos dourados com o brasão da casa*”, composto de 34 pratos de sopa, 96 pratos de guardanapo, 74 pratos com pintura de fruta, 13 travessas, 2 sopeiros, 8 azeitoneiras, 2 saladeiras, 8 pratos redondos, 1 travessa para caneca de ponche, 13 canecas de ponche, 7 pratos grandes redondos, 4 molheiras, 23 fruteiros, 2 molheiras para doce, 45 pratos, 2 molheiras, 5 fruteiras arredondadas, 114 chávenas para chá, avaliado em 100\$000<sup>231</sup>.

Prato de porcelana atribuído ao visconde de Alpendurada, mas que acreditamos ter sido encomendado pelo barão de Magalhães [fotografia cedida por Luís Camilo Alves]; existe outro serviço brasonado, também na posse dos descendentes dos condes de Magalhães

228 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 272v-274.

229 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 274-276.

230 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 276-276v.

231 TT, Tribunal da Boa Hora, pr Palafox & Pezuela Editores, oc. 153208, cx. 373, fls. 276v-277.

## Os Condes de Magalhães e suas alianças

Serviço de cristal (verba 214): 39 copos de água, 45 de vinho, 12 para “*vinho de Relucco*”, 22 para vinho do Porto, 19 para vinho da Madeira, 72 para champanhe, 60 copos de cor para vários vinhos; 11 lavatórios e 9 garrafas; tudo avaliado em 175\$000<sup>232</sup>.

Copos antigos de cristal para champanhe, 56 (verba 215), avaliados em 23\$000<sup>233</sup>.

Vinhos (verbas 261-266): cinco lotes de 50 garrafas cada, de vinho fino da Casa Garcia del Salts, Xerez (avaliado cada lote em 30\$000); 107 garrafas de Xerez; 100 garrafas de vinho do Porto (10\$000); 27 conjuntos de dois caixotes cada, contendo cada conjunto 48 garrafas de vinho do Porto antigo (avaliado, cada conjunto, em 96\$000); 12 garrafas de Chateau Lafite da Casa Bouford (6\$000); e muitos outros vinhos<sup>234</sup>.

Livros (verbas 385-482), avaliados por Francisco Pereira da Silva, perito nomeado: 500 volumes de obras diversas, dos quais deixamos algumas brevíssimas referências; *Lógica e Filosofia*, ambos de Aristóteles, em francês, editados em Paris, 1844; obras de Platão e de Voltaire, também em francês, todos impressos em França no século XIX; *Décadas da Ásia* (24 volumes, edição de 1777); livros de Alexandre Herculano; obras de Gil Vicente; *Crónica do Palmeirim de Inglaterra*; *O primeiro cerco de Diu*; *Menina e Moça*, de Bernardim Ribeiro; *Ouevres* de Chateaubriand; *Itinéraire de Paris a Jerusalem*, do mesmo autor; obras de Rousseau, de Molière, de Montesquieu; livros de poesia ingleses de Walter Scott – de quem tinha também 5 volumes de novelas –, John Dryden, Wadsworth, Alexander Pope; obras de Garrett; *Iliada* (edição francesa de 1832); *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda, edição de 1833, 8 volumes; Histórias de França e da revolução francesa e uma biografia de Napoleão; literatura inglesa e francesa; *Vocabulário*, de Bluteau (Coimbra, 1712, 10 volumes, 6\$000); dicionários de inglês e de português (vários); dois exemplares do Código Civil e um do Código Administrativo; *Regimento interno da Câmara dos Pares* (dois exemplares); *Europa Portuguesa*, de Manuel de Faria e Sousa (Lisboa, 1675, 4\$000); *Monarchia Lusitana*, de frei Bernardo de Brito (Lisboa, 2.<sup>a</sup> edição, 8 volumes 12\$000); edição do *D. Quixote de la Mancha*, de Cervantes, de 1673 (2 volumes,

---

232 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fl. 277v.

233 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fl. 277v-278.

234 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fl. 278v-284v.

1\$500); *Cartas* do padre António Vieira e *Arte de furtrar*, do mesmo (edições do século XIX); *História de Portugal*, de Alexandre Herculano (4 volumes, 4\$000); *Crónica dos reis de Portugal*, de Duarte Nunes de Leão (edição de 1774, 4 volumes, 2\$000); livros de economia, política e administração ingleses e franceses; *Traité des opérations de banque*, de Courcelle; livros sobre países e de viagem (p. ex. *Geographia da Costa Rica*); e ainda, “*Várias cartas de poder mandadas passar a favor de D. Pedro da Cunha, por D. João 3.º e pelo Cardeal infante na menoridade de D. Sebastião. Com as datas de 1552, 1556 e 1577. Manuscritos com as assinaturas autografadas*” (9\$000)<sup>235</sup>.

Quadros (verbas 483-568), avaliados por José Veloso Salgado, perito nomeado. Salas, 16 quadros e 8 quadros; sala de bilhar, 16 quadros; sala de espera, 9 quadros; sala de entrada, 3 quadros; casa de jantar grande, 28 quadros; quartos, 11 quadros. Na sala grande, entre outros: Paisagem com um lago, barcos e figuras, de J.M. Turner, segundo a moldura (500\$000); duas marinhas de W.C. Kuelle (200\$000 cada uma, ambas com 0,75 x 1,25); na sala pequena: uma vaca no primeiro plano, carneiros e um pastor (300\$000, com 0,93 x 1,24); “*cavaleiro de Cristo (?)*”, assinado M. Lupi (60\$000, 0,75 x 0,57); “*A volta do guerreiro (?)*”, atribuído a Rembrandt (1.000\$000, 0,72 x 1,00); sala de espera: três de Josefa Garcia Greno e quatro de Maria de Magalhães (uns assinados, outros identificados nas molduras); casa de entrada: outros das mesmas pintoras; idem nos quartos; casa de jantar grande: Adão e Eva (?), atribuído a Jordaens (800\$000, 1,93 x 2,64). E ainda: paisagens, cenas rurais, cenas históricas, marinhas, vistas urbanas (três dos canais de Veneza) e religiosos – a Virgem, o Menino e S. José (dois); Santa Maria Madalena; comunhão de São Jerónimo; Jesus caminhando para o calvário; a volta do filho pródigo. Avaliação total dos quadros: 6.905\$000<sup>236</sup>.

Pratas (verbas 569-599), avaliadas por Jaime da Cruz Seguro, avaliador oficial pela Casa da Moeda na comarca de Lisboa: um cálice (253\$000); três bilheteiras (179\$000, 51\$000 e 34\$000); três urnas “*cinzeladas com diferentes figuras representando vários santos*” (peso 11.800 gramas, avaliadas em 665\$000); dois jarros (159\$000); um serviço em gomos para almoço (composto de cafeteira, bule, açucareiro, manteigueira e tijela, 129\$000); outro, “*lavrado e antigo*” (153\$500); cesto para pão (49\$000); quatro bandejas (153\$200); dois pratos (303\$500); outros três pratos (93\$000, 61\$000, 67\$000); uma travessa

---

235 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fl. 300-322; avaliação, fls. 118-129.

236 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fl. 322-338; avaliação, fls. 132-136v.

## Os Condes de Magalhães e suas alianças

ovalada, tendo ao centro um brasão (148\$500); um jarro (28\$500); um par de serpentinhas (207\$000); dois pares de castiçais (67\$200); um centro para mesa (82\$800); um par de castiçais (16\$000); uma fruteira (11\$600); um açucareiro (13\$600); um galheteiro (11\$200); uma salva (4\$200); um bule (28\$700); duas colheres para arroz, uma tenaz para açúcar, um faca para queijo, prato e garfo com cabo de metal (6\$300); uma leiteira (3\$700); um estojo com um trinchante para peixe (10\$000); 31 garfos, 3 colheres para sopa, 12 colheres para chá, uma concha para açúcar, uma colher para peixe e nove facas (65\$700); 19 facas com cabos de prata (15\$200); total: 3.088\$400<sup>237</sup>.

Nos bens móveis foi igualmente inventariado o recheio da casa de Cascais, na rua da Nazaré, e do Teatro Gil Vicente, contíguo à mesma. Se na primeira nada há a destacar (verbas 315-384), do segundo consideramos interessante deixar algumas notas (verbas 267-314). Tinha dez bancadas para 126 pessoas em cerejeira; 45 cadeiras da mesma madeira para as frisas e 72 para os camarotes; 23 bancadas de madeira de casquinha para a galeria; diversos outros móveis, candeeiros, etc. e vários cenários<sup>238</sup>.

A soma de todos estes bens móveis, que constituíam os recheios das casas de Lisboa e Cascais – móveis, pratos, cozeira, loiça, vinhos, livros, etc. –, e do teatro (599 verbas, no total) perfaziam a quantia de 24.312\$900<sup>239</sup>.

Seguindo o inventário, após os bens móveis são descritas as acções e o dinheiro (verbas 600-619, acrescentadas e rectificadas 2685-2687), a saber:

114 acções da *Companhia do Mercado da Praça da Figueira* com o valor nominal de 45\$000 cada;

9 títulos de 10 acções cada uma da *Companhia Nacional da Marinha Grande*, com o valor nominal de 1.000\$000;

37 títulos de 5 obrigações da *Companhia Nacional de Conservas*, com o valor nominal de 250\$000 casa título;

---

237 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fl. 338-343v; avaliação, fls. 94-98.

238 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 284v-300.

239 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fl. 343v.

Lourenço Correia de Matos

- 15 títulos de 5 acções da *Companhia de Minas de Ouro de Manica*, com o valor nominal de 22\$500;
- 3 títulos de 5 obrigações da *Companhia Portuguesa das Minas de Huelva* (sem avaliação);
- 1 acção da *Companhia Portuguesa das Minas de Huelva*, com o valor nominal de 100\$000;
- 2 títulos de 5 acções da *Liga Agrária da Região de Torres Vedras*, com o valor nominal de 250\$000;
- 4 títulos de 1 acção da *Companhia Mineira Sotiel Coronada*, com o valor nominal de 100\$000 (fl. 3118, eliminada);
- 50 acções da *Companhia Mineira Sotiel Coronada*, com o valor nominal de 500\$000;
- 1 certificado de 100 acções dos *Caminhos de Ferro da Zambézia*, com o valor nominal de 450\$000;
- 1 certificado provisório de 100 acções dos *Caminhos de Ferro da Zambézia*, com o valor nominal de 450\$000;
- 2 títulos de 5 acções da *Nova Companhia dos Ascensores Mecânicos de Lisboa*, com o valor nominal de 250\$000;
- 1 título provisório de 200 acções da *Companhia dos Açucares Portugueses de Beterraba*, com o valor nominal de 5\$000 cada acção;
- 1 título provisório de 160 acções da *Companhia dos Açucares Portugueses de Beterraba*, com o valor nominal de 5\$000 cada acção;
- 200 acções ao portador da *Companhia dos Açucares Portugueses de Moçambique*, com o valor 50\$000 cada acção.

Em dinheiro, existia: depósito no *Banco Lisboa & Açores*, 10.750\$090; na *Caixa Económica Montepio Geral*, 480\$930; na *C. J. Hambro & Son* (Londres), pesos nominais, “*Cedulas Provinciaes de buenos Aires P. 8%*”, 125 mil (não refere moeda); na *Miguelitorenna, Muguiso & Companhia* (Madrid), 19.25 pesetas; na *Mirabeau*

*Puerari & Companhia* (Paris), 250 obrigações de Santa Fé, de 5%, representando o valor total de 153.875 francos; 14 obrigações de Santa Fé, de 4,5%, representando 7.140 francos; 98 acções do *Crédit Fourier de Santa Fé*, representando 1.395 francos; no *The London Joint Stock Bank Limited*, 128-9 libras<sup>240</sup>.

A casa onde viviam na rua de São José (verba 622), que temos vindo a mencionar, era uma propriedade urbana e rústica, “*a que bem se lhe pode dar a denominação de palácio*”, situada na rua de São José, n.ºs 20 e 22 (anteriormente referida como n.º 14). Compunha-se de rés do chão, sobreloja, andar nobre e água furtada, capela, jardim, quinta, cocheira e estufa. O portal n.º 20 era a entrada para uma casa onde estavam instalados os contadores de água e de gás, e o n.º 22 era a entrada principal, que dava ingresso a um corredor coberto onde existia, do lado esquerdo, uma entrada para o r/c, que tinha duas divisões, e para a sobreloja, composta de oito casas incluindo casa “*de banho e de retrete*”, e do lado direito encontrava-se uma escada de serviço para o andar nobre. Em seguida a este corredor havia um pátio, “*calçado à Portuguesa em mosaico*”, com uma galeria suspensa por colunas de ferro, sendo o mesmo pátio coberto por uma clarabóia de vidro, em cujo piso se achava, do lado esquerdo, a cocheira e uma escada de pedra, e por cujo portão era a entrada principal para o andar nobre, que tinha uma serventia interior para a sobreloja; e do lado direito, junto ao piso, encontrava-se a cavaleriça, a “*frasqueira*” e a cozinha. O andar nobre tinha dezanove compartimentos, incluindo salas de visitas, espera, baile, bilhar, sala sobresselente, quartos de dormir, casas de banho, retretes, etc. tendo parte das ditas salas soalhos de parquet. Entre a parte rústica e intermédio à parte urbana havia uma galeria com piso de mosaico coberta de ferro e vidro, que se prolongava para o lado do norte, havendo depois desta um pequeno jardim com estufa de ferro coberta de vidro; seguidamente existia uma escada de cantaria que dava ingresso à parte rústica e esta tinha uma serventia para a água furtada, ou vão de madeiramento, que possuía seis casas para criados.

A parte rústica era formada em socalcos com parreiras sobre esteios de ferro e algumas árvores de fruto, e no último socalco encontrava-se um tanque. No extremo da parte rústica para o lado norte e junto à entrada pela calçada do Moinho de Vento, havia um pátio com uma porta de ferro para a dita calçada, prolongando-se para o

---

240 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 344-356, cx. 376, fls. 3254-3255.

Lourenço Correia de Matos

lado do nascente uma casa abarracada destinada a habitação e vacaria, existindo no referido pátio um poço com engenho real. Confrontava a propriedade do norte com o prédio onde estava instalada a Cooperativa Militar, que tinha os n.ºs 34 a 42, e com a rua do Telhal; sul, com a propriedade de Alfredo de Oliveira Sousa Leal; nascente, com traseiras de prédios de outrem; poente, com rua de São José. Estava descrita na 1.ª Conservatória do Registo Predial, sob o n.º 3476 e foi arbitrada a renda anual deste prédio em 1.800\$000, que multiplicado por 20 anuidades perfazia a quantia de 36.000\$000. Deduzindo 6 contos para obras, “*que muito carece a parte urbana e que se tornam indispensáveis*”, ficou o seu valor em 30.000\$000<sup>241</sup>.



Palácio da rua de  
São José. Fotografias  
recentes  
[http://lisboasos.  
blogspot.  
com/2009/04/  
palacio-do-conde-de-  
magalhaes-valha-nos.  
html\]](http://lisboasos.blogspot.com/2009/04/palacio-do-conde-de-magalhaes-valha-nos.html)

241 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 357v-360.

## Os Condes de Magalhães e suas alianças

Os condes possuíam outro prédio urbano na mesma rua de São José, n<sup>os</sup> 2 a 10, tornejando para a calçada do Lavra, para onde tinha os números 1 a 5 (verba 623), composto de lojas, sobrelojas, 1.º e 2.º andar (confrontava a norte e nascente com prédio de Alfredo de Oliveira Sousa Leal). As sobrelojas, 1.º e 2.º estavam arrendadas à Escola Nacional por 2.500\$000, rendendo a propriedade 2.750\$000 por ano, o que multiplicado por 20 anuidades dava a quantia 55.000\$000 réis. Deduzidos a estes 21 contos para obras de que carecia, “*para assim poder garantir o actual rendimento*”, ficou avaliado em 34.000\$000<sup>242</sup>.



Palácio do Lavre, que foi dos condes de Magalhães e estava arrendado à Escola Nacional, situação que se mantinha em 1933, data desta fotografia [<https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2018/08/palacio-lavre-ou-lavra.html>]

A casa de Cascais (verba 624) – conhecida por solar Falcão e que é hoje a *Residencial D. Carlos*<sup>243</sup> – foi descrita como uma propriedade urbana e rústica na rua

242 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 360-363.

243 A casa, onde terá estado hospedado Junot quando da convenção de Sintra em 1808, está classificada como imóvel de interesse municipal, <http://www.patrimoniocultural.gov>.

Lourenço Correia de Matos

da Nazaré (hoje rua Latino Coelho), cuja entrada principal era feita por um portão de madeira; compunha-se de r/c e 1.º andar com um torreão que servia de mirante; uma capela com sacristia, púlpito, coro, e teia com entrada também pela rua conde de Magalhães (hoje rua Gomes Freire); a parte rústica tinha entrada pela rua conde de Magalhães, por um portão de madeira que dava acesso a um pátio calçado à portuguesa onde existia uma casa que servia de habitação aos criados, tendo num dos compartimentos uma cisterna com bomba de manivela; em seguida a este pátio, um jardim todo murado e quintal com almácea (tanque), parreiras assentes em esteios de pedra e ferro e algumas árvores de fruto. O r/c tinha oito divisões, o primeiro andar dez e o torreão duas. Confrontava do norte com rua do conde de Magalhães, sul com propriedade de diferentes e travessa da Vitória, nascente com Teatro Gil Vicente e propriedade de outrem da rua da Vitória, e do poente com a rua da Nazaré. Foi avaliada em 7.000\$000, já depois de deduzidos 600 mil réis para obras<sup>244</sup>.



Casa e capela que pertenceram aos condes de Magalhães, na rua da Nazaré, em Cascais [<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71885/>]



---

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71885/> A capela foi classificada imóvel de interesse público <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74734>

244 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 363-364v.

O mencionado Teatro Gil Vicente (verba 625), situado na rua conde de Magalhães, compunha-se de oito entradas e possuía duas ordens de camarotes, plateia, palco, diversos camarins, um salão de entrada e outro no 1.º andar. Confrontava do norte com a rua conde de Magalhães, sul com diversos, poente com propriedade do casal, e nascente com rua da Vitória. A avaliação, após descontados 300 mil réis para obras, foi de 4.700\$000<sup>245</sup>.

Ainda em Cascais, e junto às anteriores, possuíam uma outra propriedade urbana (verba 626) de r/c, com três entradas, pátios e sótãos, sendo a entrada principal pela rua conde de Magalhães. Era composta de 24 compartimentos e uma cocheira, quartos para criados e palheiro. Pelo norte confrontava com a rua conde de Magalhães, poente com a rua conde de Ferreira, sul com a travessa da Nazaré, e nascente com a rua da Nazaré. Foi avaliada em 3.200\$000, já deduzidos 200 mil para obras<sup>246</sup> (de todas as propriedades descritas, esta é a única que já não existe, tendo dado lugar a um prédio moderno).

Na comarca de Mangualde existiam duas propriedades rústicas (verbas 627 e 628): uma quinta chamada do Casal Bom, no limite de Santar e Vilar Seco, que constava de terras de sementeira, “*vinhas mortas*”, pinhais e oliveiras, com água de regadio, cortada pela estrada de Viseu, e que confrontava do poente com o visconde de Taveiro (avaliada em 24.350\$000); e outra quinta, denominada o Monte dos Lobos, no limite de Moreira, que constava de terra de vinha morta e vinha replantada, pinhal, casa de altos e baixos e adega com lagares de fazer vinho (avaliada em 7.840\$000)<sup>247</sup>.

Na comarca de Santarém, a quinta da Gouxia (verba 651), na freguesia de Alpiarça, era composta de casas de habitação de 1.º andar e r/c, adegas, lagar de azeite, celeiro e outras acomodações agrícolas, avaliada em 48 contos (confrontava a norte com a quinta dos Patudos e a poente com o marquês de Fronteira e quinta da Gouxaria). Além desta quinta, possuíam outra terra junta, avaliada em 2.400\$000 (verba 652) e o domínio directo de inúmeros foros (verbas 653-1267). Os móveis da casa e da adega (verbas 634-650) foram igualmente avaliados, sendo o valor total da quinta e suas pertenças de 89.606\$810<sup>248</sup>.

---

245 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 364v-365v.

246 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 365v-366.

247 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 373, fls. 371v-372.

248 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 374, fls. 748-1064.

Um núcleo muito significativo de bens situava-se no Minho, tendo como cabeça a quinta do Paço de Freiriz, no lugar do Paço, freguesia de Freiriz, concelho de Vila Verde. Esta compunha-se “*de casa nobre, torre e térrea, com salas, quartos, varandas, lojas, lagar de pedra, casa de caseiro separada, coberto, capela, quinteiro com oliveiras e quintal junto, de lavradio e vidonho, oliveiras, laranjeiras e mais árvores de fruto, tanque e respectiva entrada*”, confrontando de todos os lados com o casal inventariado. Apesar de tudo, esta verba (1298) foi avaliada apenas em 775\$860. Os bens imobiliários nesta comarca eram as verbas 1296 a 1345, que se juntavam mais de 800 domínios directos, anualmente pagos ao Paço de Freiriz (verbas 1346-2178) e quatro centenas de censos (verbas 2179-2528)<sup>249</sup>. Além destes, existiam também domínios directos nas comarcas de Barcelos (verbas 629-633) e de Ponte de Lima (verbas 1268-1295)<sup>250</sup>.

Por fim, as propriedades em Saragoça, Espanha<sup>251</sup>, todas compradas em 1901 e 1902 e que foram certamente adquiridas a instâncias do genro do conde de Magalhães, marido de D. Maria Antónia, o conde de Santa Cruz de los Manueles, natural da dita cidade (admitimos até que fossem compradas à família deste, em eventuais dificuldades financeiras).

O imóvel mais valioso (verba 2557) era uma “*casa palácio*” na *calle del Pilar*, em Saragoça, constituída por quatro edifícios construídos em diferentes épocas, o mais importante o do centro com uma área superior a 1400 m<sup>2</sup>, tudo avaliado em 38.558\$942. O mobiliário desta casa foi igualmente descrito (verbas 2529-2554), não apresentando valor significativo, o que veio a ser contestado. Também na mesma cidade, outra propriedade urbana (verba 2559) na *plaza del Pilar*, n<sup>os</sup> 14, 15 e 16, no valor de 21.828\$400, e ainda uma casa denominada Estalagem dos Reis (verba 2558), extramuros, avaliada em 1.836\$800.

Duas propriedades rústicas e urbanas completavam o conjunto de bens no país vizinho. *Huecha Seca*, no termo de Ainzon, que se compunha de casas com três andares e igreja “*paroquial*” contigua, lagares de azeite e vinho, dezoito casas (seis

---

249 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 375, fls. 1965-2981, 1064-1084v.

250 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 374, fls. 740-447v.

251 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 375, fls. 2982-3033.

em ruína), cemitério pequeno, celeiro, moinho, curral e terras com vinha, olival, mato e terrenos incultos. Foram descritas todas as propriedades que a constituíam, sendo avaliada a parte rústica em 13.756\$320 e a urbana em 3.345\$600, no total de 17.101\$920. *Lugarico de Cerdan*, no termo municipal de Saragoça, a outra propriedade, era constituída por um grupo de construções, casa palácio (com 1.º, 2.º andar e águas-furtadas), igreja – de Nossa Senhora do Pilar –, cavalaria (com 370 metros quadrados), etc., e foi avaliada em 28.446\$784.

Os viscondes de Taveiro, então já elevados a condes de Santar, contestaram a relação de bens por existirem, em sua opinião, inúmeras omissões, nomeadamente de pratas e jóias, a saber: uma *rivière* de brilhantes com uma grande flor de brilhantes e ao centro um “*grande brilhante alimonado*” (4.000\$000); um diadema de brilhantes (1.000\$000); uma pulseira de safiras e brilhantes (1.500\$000); uma borboleta de brilhantes (500\$000). Todas estas jóias estavam no cofre do conde de Magalhães e a condessa nunca as usou, pelo que o casal Santar supunha que delas não tivesse conhecimento, tendo-as descoberto após a morte do marido e depositado no *Credit Lyonnais*. Depois disso, a inventariante “*saiu de Lisboa, ou melhor, foi levada para fora do País*” não sabendo eles onde se encontrava. Sabiam, no entanto, que em Julho de 1904 estivera “*encapotadamente*” em Lisboa, fora ao dito Banco e levantara as jóias. Os condes de Santar deram também por falta no inventário de pratas e outras peças, entre elas: um serviço de Sèvres para almoço “*que pertenceu a Luís Filipe*”; quatro faqueiros de prata completos, “*que serviram nos bailes e festas do palácio de S. José*”; uma salva de prata com armas dos Almeidas; um pedestal com armas de Vieira e Magalhães e um escudo com BM e coronel de barão; dois grandes canudos de loiça do Japão com armas de Bourbon “*com banco de pinchar*”; e toda a mobília da casa de Cascais, que foi para casa do bispo de Trajanópolis. Referiram ainda que o palácio de Saragoça era “*histórico, contendo riquíssima e preciosa mobília, quadros de mestres, tapeçarias dum alto valor artístico, uma formosa biblioteca, etc. etc.*” e que “*Nada disso está descrito!*”, sendo que as citadas verbas 1529 a 1554 – recheio desta casa – correspondiam “*evidentemente*” “*aos aposentos da criadagem!*”

A inventariante condessa de Magalhães contestou tudo: as jóias que estavam no cofre eram do genro, herdadas da mãe dele, marquesa de Ayerbe, e este pedira ao sogro para as guardar; outras, dera ela, inventariante, àquela filha<sup>252</sup>.

---

252 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 376, fls. 3035-3035v.

Parte da reclamação dos condes de Santar era legítima sendo aumentada a relação inicial de bens (verbas 2560-2660). Assim, no palácio da rua de São José foram acrescentados móveis e outras peças, como o dito serviço de Sèvres para almoço (300\$000), 48 pratos de porcelana francesa representando “*diversas notabilidades de França*”, canudos do Japão com armas de Bourbon (180\$000), seis cobertas da Índia em cetim (300\$000), e peças de casquinha. Em Cascais, móveis sem grande valor e um quadro, “*Jesus pregado na cruz*” (52 x 63), da escola de Van Dick, avaliado em 1.000\$000. Foram igualmente inventariadas outras pratas e móveis<sup>253</sup>.

Também no que respeitava a papéis de crédito houve lugar a acrescentos (verbas 2661-2664): 30 acções nominativas da *Companhia Portuguesa de Minas de Gondarém*, no valor de 100\$000 cada; 25 acções ao portador da *Companhia de Minas e Fundação de Chumbo de Santa Eufémia*, no valor de 54\$000 cada uma; e 50 acções ao portador da *Companhia Nacional e Nova Fábrica de Vidros da Marinha Grande*, de 100\$000 cada<sup>254</sup>.

Foram também inventariadas jóias e pratas que se encontravam em Madrid, certamente levadas pela inventariante (verbas 2665-2683), de que destacamos um par de brincos de brilhantes (984\$000) e um colar com 35 brilhantes com fecho de diamantes rosa (1.640\$000)<sup>255</sup>.

Entretanto, a condessa de Magalhães lavrou o seu testamento em Saragoça, a 28 de Janeiro de 1905. Nomeando-se *Antónia Maria do Sacramento Horta e Toronjo* – nome que não documentamos em qualquer outra fonte –, deixou a terça ao neto Jacobo (adiante referido), ficando a mãe administradora até aos 21 anos daquele, sendo nomeado um conselho de família em caso de morte desta. Fez diversas recomendações ao neto, dispondo ainda que caso este morresse o legado seria para sua mãe. Menos de seis meses depois, a condessa viúva de Magalhães morreu em Madrid, a 10 de Junho desse ano de 1905<sup>256</sup>.

---

253 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 376, fls. 3083-3114.

254 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 376, fls. 3127-3128v.

255 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 376, fls. 3129-3131.

256 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 376, fls. 3134-3147v (original e tradução).

Em Agosto de 1906 foram finalmente julgadas as partilhas. O total da herança era de 427.286\$201 réis, ficando 179.119\$123 a cada filha e 70.637\$623 ao neto Jacobo (ficou com imóveis em Saragoça no valor de 69.214\$304)<sup>257</sup>.

Por partilhar ficaram os mencionados bens no Minho, de que era cabeça a quinta do Paço de Freiriz, constituídos por mais de 1000 foros<sup>258</sup>. No jornal *Folha de Vila Verde*, de 14 de Abril de 1907, foi publicado o anúncio de que todos os bens, domínios directos e censos pertencentes à quinta de Freiriz, ou morgado de Freiriz, situados nas comarcas de Vila Verde, Ponte de Lima e Barcelos, seriam postos em praça pelo valor global de 20.000\$000, no dia 28 daquele mês. Por apenas mais \$100 réis, comprou Charles Frederik Chambers, casado, negociante e capitalista, morador na vila de Barreiros, no concelho da Maia<sup>259</sup>.

Por dividir, estava o produto desta venda e o palácio de Saragoça, que a então já marquesa de Lierta comprou por 27.000\$100. Destes 47.000\$100 foram deduzidas despesas ficando 43.012\$230, sendo metade dividido pelas duas filhas (a herança do conde) e a outra por 3 (aquelas duas e a terça do neto)<sup>260</sup>. Salientamos que, em todo este processo, os condes de Santar permaneciam interditos, sendo seu curador, nesta fase final do inventário, o filho António Vasco<sup>261</sup>.

## 2.8 Descendência dos condes de Magalhães<sup>262</sup>

O casal António Joaquim e Antónia, barões e depois condes de Magalhães, teve oito filhos, segundo o assento de baptismo da que presumimos ser a última, nascida dezoito anos após a primeira. Conhecemos o nome de cinco filhos, tendo documentado o baptismo de três. Os outros terão morrido à nascença ou na infância.

A primogénita, **D. Margarida Vieira Orta de Magalhães**, nasceu em Lisboa, na freguesia de São José, a 13 de Outubro de 1859, e foi aqui baptizada no dia 29

---

257 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 376, fls. 3301-3327.

258 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 377, 378 e 379.

259 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 378, fl. 1158, cx. 379, fl. 1654.

260 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 379, fls. 5267-5270.

261 TT, Tribunal da Boa Hora, proc. 153208, cx. 379, fl. 5361.

262 Assinalamos a bold os nomes dos descendentes dos condes e respectivos cônjuges.

do mesmo mês, sendo indicado que os pais eram moradores no Porto apesar de se encontrarem na capital. Foi viscondessa de Taveiro e condessa de Santar pelo seu casamento, como diremos adiante (ponto 3.), por ser na sua descendência que se encontra a representação do título de conde de Magalhães.

O segundo filho, **António Vieira de Magalhães**, nasceu em data que não apurámos – a *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal* refere a data de 20 de Fevereiro de 1860, quatro meses após a irmã Margarida, o que é impossível<sup>263</sup>. Morreu pequeno pois os seus pais baptizaram outro filho como este nome, **António**



**Vieira de Magalhães**, que nasceu em Lisboa, freguesia da Pena – viviam então no Campo de Santa Ana, n.º 76 –, às 8h de 11 de Novembro de 1868. Recebeu o baptismo a 5 de Dezembro tendo por padrinhos o avô materno, visconde de Orta, e a irmã Margarida Orta Vieira Magalhães, conforme assina, que contava então nove anos<sup>264</sup>. Este segundo António morreu às 20.30h de 20 de Fevereiro de 1877, no palácio da rua de São José, e foi sepultado no jazigo dos avós viscondes de Orta a 22 do mesmo mês<sup>265</sup>.

Família dos condes de Magalhães, fotografia que datamos de 1874-75: de pé, a filha primogénita Margarida, e o conde; sentados, a condessa e o filho António, que teria então 6-7 anos e morreria em 1877; a filha Maria Antónia nasceria no ano seguinte [Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., p. 49]

263 Pinto; Baêna, *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*, op. cit., vol. II, p. 204, referidos ao tratar dos viscondes de Orta porque, como escrevemos, o conde de Magalhães não prestou informações.

264 TT, Reg. Par., Lisboa, Pena, baptismos n.º 25, fls. 145v-146. Agradecemos a informação deste assento a António Cota.

265 TT, Reg. Par., Lisboa, São José, óbitos n.º 16, fl. 67v. Cemitério dos Prazeres, Secretaria, registo de jazigos, n.º 2150.

Entretanto, terão tido uma filha **Maria Antónia** que morreu pequena, pois baptizaram outra **Maria Antónia**, em 1876, então referida como “*segunda do nome e oitava na ordem da geração em geral*”. Esta nasceu às 4.30h da madrugada de 19 de Abril de 1876, quase dezoito anos após a primogénita, no palácio da rua de São José, que fora dos avós Orta – que já não conheceu –, sendo baptizada a 8 de Agosto. Foram padrinhos a mencionada irmã e o cunhado, nomeados e assinados D. Margarida Vieira Orta de Magalhães e José Pedro Paulo de Melo da Cunha de Sousa de Meneses<sup>266</sup>.

A festa de 18 anos de D. Maria, como era normalmente nomeada, esteve prevista para 21 de Abril de 1894, mas foi adiada para o dia 6 de Maio. A *soirée* foi “*brilhante*”, como eram todas as festas naquela casa, segundo o *Diario Illustrado*, tendo início às 23h e terminando às 6h da madrugada<sup>267</sup>. Ainda solteira sabemos que pintava e que foram da sua autoria objectos para os *cotillons* nos bailes em casa dos pais. Em 1898, a capa do livro *A aranha e a mosca*, “*fantasia, em verso*” por Luís Guimarães (Filho), foi uma pintura sua, um ramo de amores perfeitos “*primorosamente pintado*”, “*um mimo de delicadeza e perfeição*”<sup>268</sup>. No recheio do palácio da rua de São José – do qual foi herdeira, assim como da casa de Cascais – havia quadros da sua autoria (ponto 2.7.)

**D. Maria Antónia Orta Vieira de Magalhães** casou no oratório do dito palácio, a 20 de Fevereiro de 1899, com **Don Juan Nepomuceno Jordán de Urries y Méndez de Vigo**, então **conde de Santa Cruz de los Manueles**. Presidiu à celebração o arcebispo de Damieta, núncio Apostólico em Portugal, e foram testemunhas Don Francisco de Assis Osorio de Moscoso y Borbón, duque de Sessa, grande de Espanha, o pai do noivo, marquês de Ayerbe, e os “*Excelentísimos Conselheiros, Ministros e Secretários de Estado Honorários*” José Dias Ferreira e António de Sousa Silva Costa Lobo. Fizeram-se representar Don Felipe Méndez de Vigo, embaixador de Espanha em Berlim, e Doña Juana Ruiz de Arana y Saavedra, marquesa viúva de

---

266 TT, Reg. Par., Lisboa, São José, baptismos n.º 26, fls. 70-70v. Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., p. 58, refere que nasceu no dia 21.

267 *Diario Illustrado*, ano de 1894, 4 de Maio, p. 3, 1.ª, 7 de Maio, p. 2, 5.ª.

268 *Diario Illustrado*, ano de 1898, 9 de Janeiro, p. 3, 1.ª.

Ayerbe<sup>269</sup>. Foram madrinhas da noiva a duquesa de Sessa, irmã do marquês de Ayerbe e, portanto, tia do noivo, e a viscondessa de Taveiro, e do noivo, além dos referidos, D. Júlio Visconde<sup>270</sup>.

Este casamento foi um importante acontecimento social em Lisboa, dando lugar a inúmeras notícias no *Diario Illustrado*. No dia da cerimónia – previamente anunciada – este periódico informava que a *corbeille* da noiva era “*das mais ricas que se têm visto em Lisboa*”, nela figurando as jóias da falecida mãe do noivo, que por disposição testamentária as destinara à futura mulher do filho<sup>271</sup>. “*Tudo quanto a nossa alta sociedade tem de fino, distinto e elegante, adornava as esplêndidas salas, que não podiam estar mais lindamente enfeitadas*”, vendo-se numa vitrine as citadas jóias, entre as quais “*a grande coroa de condessa, cravejada toda de enormes brilhantes*”. Foi servido um *lunch* aos mais de duzentos convidados presentes, gente da primeira sociedade portuguesa e também da política. A lista de presentes, oferecidos por portugueses e espanhóis era extensa, e o enxoval havia sido feito na casa Lippman, de Paris, contando dezoito vestidos<sup>272</sup>. Os noivos foram para o Estoril e dias depois partiriam para Madrid, fazendo de seguida uma viagem pela Andaluzia e regressando a Lisboa nos princípios do verão, onde se pensava fixariam residência, no palácio da rua de São José<sup>273</sup>. Em 1903 foi em casa dos pais que a condessa de Santa Cruz de los Manueles festejou os anos, com um “*primoroso baile*”<sup>274</sup>.

À data do casamento, o noivo era adido à Legação de Espanha em Lisboa, chefiada por seu pai como ministro plenipotenciário, e vivia nesta cidade, na freguesia de Santa Catarina. Depois de exercer as mencionadas funções diplomáticas, foi capitão de Cavalaria, profissão declarada quando do divórcio, em 1921.

Além de conde de Santa Cruz de los Manueles, com grandeza de Espanha de 1.<sup>a</sup> classe, Don Juan foi também 8.<sup>o</sup> marquês de Lierta, oficial-mor da Casa Real,

---

269 TT, Reg. Par., Lisboa, São José, casamentos n.º 33, fls. 5-6.

270 *Diario Illustrado*, ano de 1899, 21 de Fevereiro, p. 2, 5.<sup>a</sup>.

271 *Diario Illustrado*, ano de 1899, 20 de Fevereiro, p. 2, 3.<sup>a</sup>.

272 *Diario Illustrado*, ano de 1899, 21 de Fevereiro, p. 2, 5.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup>, p. 3, 1.<sup>a</sup>.

273 *Diario Illustrado*, ano de 1899, 22 de Fevereiro, p. 2, 5.<sup>a</sup>.

274 *Diario Illustrado*, ano de 1903, 22 de Abril, p. 1, 2.<sup>a</sup>.

cavaleiro da Ordem de Calatrava e maestrante da *Real Maestranza de Zaragoza* (9 de Outubro de 1886)<sup>275</sup>.

Juan havia nascido na freguesia de Santa Maria, na cidade de São Sebastião, diocese de Vitória, reino de Espanha, a 27 de Julho de 1876. Era filho do Don Juan Nepomuceno Jordán de Urries y Ruiz de Arana, 6.º marquês de Ayerbe com grandeza de Espanha de 2.ª classe, 7.º marquês de Lierta, 10.º marquês de Rubi, 10.º conde de San Clemente, 15.º barão de la Peña, gentil-homem da Câmara da rainha Isabel II e dos reis Alfonso XII e Alfonso XIII de Espanha, deputado às Cortes, ministro plenipotenciário em Portugal, como dissemos, *teniente de Hermano Mayor da Real Maestranza de Caballería de Zaragoza* (1880-1887, 1889-1891)<sup>276</sup>, etc., e de sua mulher, Doña Caralimpa Maria del Pilar Méndez de Vigo y Arizcum, 8.ª condessa de Santa Cruz de los Manueles, com grandeza de Espanha de 1.ª classe<sup>277</sup>.

Do casamento dos condes de Santa Cruz dos Manueles nasceram um filho e uma filha, o primeiro deles ainda em 1899, às 15.15h do dia 24 de Outubro, em Lisboa, no mencionado palácio da rua de São José. Foi baptizado a 4 do mês seguinte com o nome de **Jacobo Maria del Pilar António José Caralimpo Pedro Fernando Jordán de Urries y Magalhães, Méndez de Vigo y Orta**, sendo apadrinhado pelos avós maternos, condes de Magalhães<sup>278</sup>. Veio a casar em Torres Novas, na quinta de Santo António, dos marqueses da Foz, a 2 de Setembro de 1929, com **D. Maria Margarida de Castelo Branco** (1908-1990), filha de D. José Inácio de Loyola de Castelo Branco Correia e Cunha de Vasconcelos e Sousa, 4.º marquês de Belas, 10.º conde de Pombeiro, par do Reino, oficial-mor da Casa Real, oficial de Cavalaria, grã-cruz da Ordem de Isabel a Católica, de Espanha, etc., e de sua mulher, D. Maria Margarida Tomásia Guedes Cabral Correia de Queirós (filha do 1.º marquês e 2.º conde da Foz)<sup>279</sup>. Jacobo foi 7.º marquês de Ayerbe, com grandeza de 2.ª classe (2 de

---

275 *Real Maestranza de Caballería de Zaragoza. Lista de los Caballeros que pertenecen a la misma en el año de 1914*, Tip. «La Editorial», Zaragoza 1914, p. 118.

276 *Real Maestranza de Caballería de Zaragoza*, Zaragoza, s.n., s.l. 2015, p. 21.

277 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., pp. 58-61.

278 TT, Reg. Par., Lisboa, São José, baptismos n.º 43, fls. 70v-71.

279 Artur Monteiro de Magalhães, *Os 1.ªs Condes da Foz: ascendência e descendência*, Porto,

Junho de 1911), 12.º marquês de Rubi (8 de Janeiro de 1981), 4.º marquês de Novallas (12 de Março de 1981). Era licenciado em Direito e foi oficial da Legião Estrangeira espanhola durante a Guerra Civil (1936-39), tendo sido ajudante às ordens do general Franco. Morreu em Madrid a 28 de Outubro de 1990. Deste casal, Jacobo e Maria Margarida, há descendência em Espanha, com os seguintes apelidos e títulos: *Jordán de Urriés y Castelo Branco, Claro Jordán de Urriés, Cubillo y Jordán de Urriés, etc*; com os títulos de *marqueses de Ayerbe, de Lierta, de Novallas e de Rubi, condes de San Clemente, etc.*<sup>280</sup>

A filha dos condes de Santa Cruz dos Manueles, **Doña Maria del Pilar Jordán de Urriés y Vieira de Magalhães**, nasceu em Saragoça, Espanha, a 25 de Outubro de 1901<sup>281</sup> e morreu em Nova Iorque, em 2001 (quando da morte da mãe, em 1972, vivia nesta cidade no Hotel Plaza). Casou em Paris, a 7 de Maio de 1922, com **Don Carlos de Rojas y Benitez**, que morreu naquela cidade norte-americana a 26 de Novembro de 1931, sem descendência.

D. Maria Antónia, então marquesa de Lierta, morreu em Madrid, na calle San Mateo, 20, a 1 de Maio de 1972, de trombose cerebral. Fez testamento 26 de Dezembro de 1962, em Lisboa, na casa onde vivia no Paço da Rainha, 46, fazendo as seguintes disposições: deixou a terça ao filho, Jacobo, “*pela sua dedicação e por ter administrado e aumentado consideravelmente os meus bens*”; legou 150 contos à filha, “*como lembrança, para que compre uma jóia*”, e 20 contos à nora, Margarida Castelo Branco; aos netos, Jaime, Margarida e Maria Antónia, legou 4 contos a cada um; deixou 3 contos para missas por sua alma, do marido e dos pais, e outros 3 para obras de beneficência, “*competindo aos herdeiros o emprego da quantia*”. Pediu ainda que o seu enterro fosse o “*mais modesto possível*” e que não se comunicasse a ninguém a sua morte<sup>282</sup>.

---

Livraria Esquina, 1996, pp. 70-72 e 98-103.

280 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., pp. 58-68. Após a publicação deste livro, em 2004, por execuções de sentenças, houve alterações no uso de alguns dos títulos mencionados; vd. *Elenco de Grandezas y Títulos Nobiliarios Españoles 2018*, Madrid, Ediciones Hidalguía, 2018.

281 Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., p. 61, referem que nasceu em Lisboa, no palácio da rua de São José. Não localizámos o seu assento de baptismo nos livros desta freguesia entre 1900 e 1904.

282 Testamento transcrito em ACMF, Autos de liquidação de imposto sobre as sucessões

## Os Condes de Magalhães e suas alianças



Família dos condes de Magalhães pintada a óleo por Luís Camilo Alves (2019), a partir da fotografia atrás reproduzida [coleção do 3.º conde de Magalhães, D. Pedro Paulo de Mello de Vasconcellos e Souza]

---

e doações por morte de Maria Antónia Orta Vieira de Magalhães (Marquesa de Lierta), DGC/LIS/LIS4/IS/25027, fl. 2.

3. D. MARGARIDA VIEIRA ORTA DE MAGALHÃES, VISCONDESSA DE TAVEIRO E CONDESSA DE SANTAR

A mencionada Margarida, filha primogénita dos condes de Magalhães, nasceu em Lisboa, na freguesia de São José, certamente no palácio dos avós viscondes de Orta, a 13 de Outubro de 1859, e foi baptizada no dia 29 do mesmo mês, tendo por padrinhos os mencionados avós maternos, a madrinha por procuração a sua neta D. Virgínia de Orta Enes, prima co-irmã da baptizada<sup>283</sup>.

Aos 16 anos casou com **José Pedro Paulo de Melo de Melo da Cunha de Sousa de Meneses** – assim nomeado –, à 1h da tarde de 10 de Novembro de 1875, numa cerimónia celebrada no oratório do mencionado palácio, então já propriedade dos condes de Magalhães (o visconde de Orta morreu em 1874). Assistiram como testemunhas o pai da noiva, que igualmente prestou o seu consentimento por esta ser menor, o conselheiro Augusto Godinho, assim nomeado e assinado (futuro visconde do Rio Sado e marido da tia da noiva, D. Maria da Encarnação Orta), e Duarte de Melo de Sousa Teles de Meneses de Vasconcelos, tio paterno do noivo<sup>284</sup>. Foi madrinha a mencionada tia, nomeada D. Maria Orta Godinho, segundo noticiou o *Diario Illustrado*, onde igualmente se podia ler que assistiram à cerimónia a família dos noivos, após a qual foi servido um “*lauto lunch*” partindo aqueles Sintra<sup>285</sup>.

Dois dias antes do casamento foi lavrada uma escritura antenupcial, em casa dos pais da noiva, pelo tabelião Jorge Filipe Cosmelli. De uma parte intervieram Margarida, donzela, de 16 anos, seu pai, conde de Magalhães, então referido como ministro de Estado honorário, grã-Cruz da Ordem de Carlos III e comendador de várias Ordens, e sua mãe, condessa do mesmo título, todos moradores na dita casa; da outra parte, José Pedro Paulo de Melo da Cunha de Sousa de Meneses, solteiro, de 21 anos, e seu pai, visconde de Taveiro, José de Melo Pais do Amaral Pereira de Vasconcelos de Meneses, também como procurador da viscondessa, D. Maria Rosa de Figueiredo da Cunha d’Eça Abreu e Melo Pereira de Lacerda e Lemos.

---

283 TT, Reg. Par., Lisboa, São José, baptismos n.º 20, fls. 182-182v.

284 TT, Reg. Par., Lisboa, São José, casamentos n.º 20, fls. 9-10.

285 *Diario Illustrado*, ano de 1875, 11 de Novembro, p. 2, 4.<sup>a</sup>.

Acordaram celebrar o casamento segundo o regime dotal, entrando a noiva com as jóias e roupas de seu uso (com o valor aproximado de 200 mil réis) e também com o que adquirisse por testamento ou abintestado, salvaguardando que esses bens teriam que ser especificados para se tornarem dotais, o que não acontecendo ficariam pertencendo apenas à noiva com os outros bens não dotais. Os bens imobiliários dotais não poderiam ser alienados por título algum na constância do casamento, nem doados ao cônjuge, mas os bens adquiridos por título oneroso na constância do casamento seriam comunicáveis. Teve então os seguintes bens dotais:

- a. Uma propriedade denominada “*do Anjo*”, que se compunha de terra de sementeira, vinha, árvores de fruto, olival, pomares, horta, casa de habitação, adega, lagares e mais oficinas de lavoura, e foros anexos, situada na freguesia de aldeia Galega da Merceana; avaliada em 20 contos de réis;
- b. A quantia de 10 contos de réis que poderia ser convertida em bens imóveis, inscrições de assentamento, ou em acções de companhias;
- c. 2 contos de réis, valor da mobília, roupas e mais objectos de serviço e guarnição de casa, descritos com seus valores numa relação que ficou no cartório para ser trasladada com esta escritura, e que adiante veremos.

Estes bens viriam à colação por morte dos referidos doadores, sendo dados por conta da legítima, e ficaram pertencendo à donatária com a natureza de bens dotais. O doador reservou “*para si a administração absoluta e exclusiva dos bens doados*”, obrigando-se à entrega dos rendimentos dos mesmos ao cônjuge da filha, calculado na razão de 5% ao ano em prestações mensais, semestrais ou anuais como melhor lhe conviesse. O doador não teria que prestar contas da sua administração e com a entrega anual de 1.500\$000 ficaria quite da sua responsabilidade, “*por ser a dita quantia o rendimento equivalente ao valor da propriedade e dinheiro doados*”. Os bens doados poderiam ser sub-rogados por outros de equivalente valor.

Os pais do noivo cederam, “*para sustentação dos encargos do matrimónio, os rendimentos que produzirem as propriedades que constituem a casa denominada de Santar*”, e que eram situadas na freguesia de Espinho, do concelho de Mangualde, nas de Senhorim, Nelas, Carvalhal Redondo, Canas e Santar, do concelho de Nelas, e

na de Beijós, concelho de Carregal. Foram em tempos vinculadas conservando ainda metade delas essa natureza, estando por isso registadas no governo civil de Coimbra. Na doação compreendiam também os bens que a ele visconde de Taveiro pertenciam pela partilha feita com os irmãos, no tabelião Bernardo José de Loureiro e Amaral, de Vilar Seco, cedendo o visconde ao filho a administração destas propriedades e ficando este obrigado a entregar ao irmão Duarte 240 mil réis anuais, o que cessaria por morte do doador ou do dito Duarte. Foram testemunhas da escritura antenupcial o futuro visconde do Rio Sado, e Duarte de Melo de Sousa Teles de Meneses Vasconcelos, solteiro, proprietário, morador em Santar, “*tio do outorgante futuro cônjuge*”<sup>286</sup>.

Os bens móveis doados, descritos em relação anexa à escritura, foram os seguintes: 75,80 metros de tapete, mais 57 metros de outro, e ainda 47 de outro; diversas cortinas e reposteiros; sofás; cadeiras; camas; toucador, cómoda; *chaise longue*; aparador e dois trinchantes de noqueira; mesa de jantar de noqueira para 16 pessoas; 18 cadeiras; inúmeras peças de papel (para parede, deduz-se); cobertores; roupa de cama. No total somavam 2.011\$210 réis<sup>287</sup>.

A viscondessa de Taveiro era presença constante nas festas em casa dos pais, com eles recebendo e dirigindo os *cotillons*. No relato de um baile de carnaval em 1891 pode ler-se a seu respeito, estando mascarada de “*Marquesa à Luís XV*”: “*Mas não era marquesa, nem viscondessa, era o que tem sido, e será sempre, a mais insinuante e fascinadora senhora da nossa sociedade.*”<sup>288</sup>

Em Maio de 1902 os viscondes de Taveiro foram interditos, por prodigalidade, de toda a administração de seus bens, decisão tomada por um conselho de família após acção do conde de Magalhães<sup>289</sup>, que ficou curador dos mesmos até à sua morte, em Setembro do ano seguinte, como acima escrevemos (ponto 2.7.).

---

286 TT, Tribunal da Boa Hora, 6.<sup>a</sup> vara, 4.<sup>a</sup> secção, proc. 153208, cx. 373, sala 3, corpo 3, fls. 69-75.

287 TT, Tribunal da Boa Hora, 6.<sup>a</sup> vara, 4.<sup>a</sup> secção, proc. 153208, cx. 373, sala 3, corpo 3, fls. 75v-77.

288 *Diario Illustrado*, ano de 1891, 9 de Fevereiro, p. 2, 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup>.

289 *Diario do Governo*, ano de 1902, n.º 104, 12 de Maio, p. 1292, 1.<sup>a</sup>.

Na partilha por morte dos pais, a viscondessa de Taveiro então já condessa de Santar ficou com as citadas propriedades e domínios directos nas comarcas de Mangualde e de Santarém, além de numerosos bens móveis<sup>290</sup>.

A condessa de Santar morreu a 14 de Setembro de 1937, pelas 16h, na casa onde morava, rua das Chagas, n.º 12, freguesia da Encarnação<sup>291</sup>. Era viúva há mais de vinte anos – o conde morrera em 1914 – e foi sepultado no cemitério dos Prazeres, no jazigo n.º 5720, erigido por seus filhos após a morte do pai<sup>292</sup>.

Na notícia necrológica publicada no jornal *O Século* pode ler-se que morreu “*após dois anos de atroz sofrimento a sr.ª condessa de Santar; que foi uma figura de grande relevo na alta sociedade lisboeta onde a sua elevada cultura e o seu finíssimo espírito adquiriram invulgar notoriedade*”. Salienta os seus dotes de generosidade, prestando sempre apoio a actos de caridade, acrescentando ainda que havia quem recordasse “*com saudade as suas recepções antes da terrível doença que a vitimou*”, a que assistiam inúmeros diplomatas estrangeiros e altas individualidades portuguesas<sup>293</sup>.

### **3.1 José Pedro Paulo de Melo da Cunha Sousa de Meneses Pais do Amaral, 2.º visconde de Taveiro e 1.º conde de Santar**

Nascido na freguesia de Taveiro, concelho de Coimbra, a 22 de Dezembro de 1853, filho dos 1.ºs viscondes de Taveiro, José Pedro Paulo foi baptizado na capela de Nossa Senhora da Piedade no mesmo lugar, no dia de Reis de 1854. Foi padrinho o tio-avô cardeal arcebispo de Braga, D. Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Melo, por procuração a Francisco de Lemos Ramalho de Azeredo Coutinho, da vila de

---

290 Além do inventário, acima citado, existe, na posse do actual conde de Magalhães, D. Pedro Paulo de Mello de Vasconcellos e Souza, um volume intitulado *Inventário dos bens dos condes Magalhães. Formal da Condessa de Santar*, 375 fôlios.

291 TT, 7.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, livro de óbitos n.º 32, fl. 256. Seria arrendatária no palacete dos condes de Casal Ribeiro, vendido no ano seguinte a Manuel Braamcamp Sobral e hoje propriedade de descendentes, a família Braamcamp Sobral Lobo de Vasconcelos.

292 Cemitério dos Prazeres, Secretaria, registo de jazigos, n.º 5720.

293 *O Século*, ano de 1937, 15 de Setembro, p. 3, 3.ª.

Lourenço Correia de Matos

Condeixa, também tio do baptizado, e madrinha D. Maria do Cardal Lemos Pereira Ramos de Lacerda, avó materna da criança<sup>294</sup>.

Os seus pais eram José de Melo Pais do Amaral Sousa Pereira de Vasconcelos e Meneses (1826-1905) e D. Maria Rosa de Figueiredo da Cunha d'Eça Abreu e Melo Pereira de Lacerda e Lemos (1832-1882), 1<sup>os</sup> viscondes de Taveiro. José era proprietário da casa dita de Santar, na freguesia do mesmo nome, concelho de Nelas, administrador dos morgadios de Santar e Corga (7.º) e do prazo de São João de Lourosa (4.º); Maria Rosa administrou o morgadio de Taveiro (7.ª)<sup>295</sup>.



Casa de Santar [<https://santarvilajardim.pt/index.php/pt/santar/arquitectura-civil>]

---

294 Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Reg. Par., Coimbra, Taveiro, baptismos n.º 3, fl. 274.

295 Gonçalo Soares de Albergaria e Sousa, “Melos de Santar (Subsídios genealógicos)”, *Raízes & Memórias*, n.º 3, Associação portuguesa de Genealogia, Outubro de 1988, pp. 130-132.

O título de visconde de Taveiro foi concedido a D. Maria Rosa de Figueiredo da Cunha e Melo Lacerda e Lemos – assim nomeada – por decreto de 26 de Fevereiro de 1851, a pedido de seu tio, o arcebispo de Braga, D. Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Melo, que alegando os seus serviços e a sua elevação a cardeal pretendia a mercê do título de “*condessa de Taveiro*” em favor da dita sobrinha, em duas vidas e com a graça do marido poder usar do mesmo. Todas as pretensões foram satisfeitas menos o grau, que foi apenas de visconde. No decreto, refere-se que eram remunerados os “*valiosos serviços que o Cardeal Arcebispo Primaz tem prestado à Igreja e ao Estado, já no exercício do Magistério da Universidade de Coimbra*” por 24 anos, já como arcebispo de Braga. Mulher e marido pagaram cada um 1.210\$000 de direitos de mercê, em prestações conforme solicitaram, terminando o pagamento a 20 de Outubro de 1864<sup>296</sup>.

O marido de Margarida, então nomeado José Pedro Paulo de Melo da Cunha Sousa de Meneses e Vasconcelos, teve a verificação da 2.<sup>a</sup> vida deste título nobiliárquico por decreto de 11 de Julho de 1878 – e carta de 8 de Agosto –, em vida dos pais, por nele concorrerem “*merecimentos e qualidades, que o tornam digno da Minha Benevolência*”, como se lê no decreto de D. Luís<sup>297</sup>.

Pouco sabemos da vida do 2.<sup>o</sup> visconde de Taveiro e futuro conde de Santar. Registamos apenas que, em Maio de 1883 foi eleito director, com Alfredo Mendes da Silva e António Maria dos Santos Viegas, da *Companhia de Carruagens Ripert*, e reeleito em Março do ano seguinte. O presidente da assembleia-geral era o sogro, conde de Magalhães, e como director substituto figurou o cunhado deste, o mencionado visconde do Rio Sado<sup>298</sup>. Em Outubro desse ano foi fundada a *Companhia das Águas Termas da Amieira* sendo designado vogal do conselho fiscal o visconde de Taveiro, José, como era então referido para se distinguir do pai (o dito Rio Sado era vice-presidente da direcção)<sup>299</sup>. Quando o sogro foi eleito presidente do conselho de administração da *Companhia Real dos caminhos de ferro*, em 1892, Taveiro integrou a lista como vogal do conselho fiscal<sup>300</sup>.

---

296 TT, Ministério do Reino, decretos, 26 de Fevereiro de 1851.

297 TT, Ministério do Reino, decretos, 8 de Julho de 1872.

298 *Diario do Governo*, ano de 1883, n.º 107, 14 de Maio, p. 1135, 1.<sup>a</sup>.

299 *Diario do Governo*, ano de 1884, n.º 245, 27 de Outubro, p. 2736, 3.<sup>a</sup>.

300 *Commercio de Portugal*, ano de 1890, 2 de Outubro, p. 2, 5.<sup>a</sup>.

Lourenço Correia de Matos

O 2.º visconde de Taveiro foi sócio fundador do *Turf Club* em 1883, com o n.º 9, permanecendo até à sua morte<sup>301</sup>. Foi igualmente fundador (n.º 198) do *Real Club Tauromáquico Português*, sendo incluído nesta lista na primeira assembleia-geral, a 9 de Fevereiro de 1892. Despediu-se do Club em Novembro de 1903<sup>302</sup>.

Por decreto de 23 de Janeiro de 1904 e carta de 11 de Fevereiro, o visconde de Taveiro, José Pedro Paulo de Melo – assim nomeado –, foi elevado à grandeza com o título de conde de Santar, em sua vida, sem outra justificação que uma referência genérica “às circunstâncias que concorrem na sua pessoa e como público testemunho da real consideração”<sup>303</sup>. De mencionar, como atrás ficou escrito, que nesta data os viscondes de Taveiro estavam interditos por prodigalidade.

Sabemos ainda que pertenceu ao Grupo dos Amigos do Museu Nacional “ao qual, como entusiasta amador das Belas Artes, ofereceu objectos de alto valor artístico”, como mencionou o jornal *O Século* aquando da sua morte<sup>304</sup>.

O conde de Santar, referido sem título e com o nome José Pedro Paulo de Melo da Cunha Sousa de Meneses Pais do Amaral, morreu em sua casa em Lisboa, na avenida Almirante Reis, n.º 84, às 19h de 24 de Abril de 1914, de *tabes dorsalis*<sup>305</sup>. O enterro saiu no dia 26, pelas 15h, para o cemitério dos Prazeres, onde foi sepultado<sup>306</sup>. Segundo o jornal *O Século*, foi muito concorrido e as peixeiras do mercado da Praça da Figueira, além de deporem uma coroa, “resolveram distribuir 60 esmolas de 10 centavos a igual número de cegos pobres, em homenagem à memória do conde de Santar”, no dia seguinte, às 16h, no dito mercado<sup>307</sup>. A 10 de Fevereiro de 1917, o

---

301 Marquês de Lavradio; D. Luís da Costa de Sousa de Macedo (Mesquitella), *Conversas à volta do Turf*, Lisboa, Turf Club, 2018, p. 68.

302 Lourenço Correia de Matos, *História do Real Club Tauromáquico Português*, Lisboa, Real Club Tauromáquico Português, 2012, p. 13 e 254.

303 TT, Ministério do Reino, decretos, 23 de Janeiro de 1904; *Diário do Governo*, ano de 1904, n.º 39, 20 de Fevereiro, p. 678, 2.ª.

304 *O Século*, ano de 1914, 26 de Abril, p. 4, 2.ª.

305 TT, 2.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, livro de óbitos n.º 18, fl. 139.

306 *O Século*, ano de 1914, 25 de Abril, p. 4, 4.ª (notícia) e 5.ª (anúncio).

307 *O Século*, ano de 1914, 27 de Abril, p. 4, 2.ª.

corpo foi trasladado para um jazigo erigido por seus filhos no mesmo cemitério, em 1916 (n.º 5720, rua 5 A, lado direito)<sup>308</sup>.



Jazigo dos condes de Santar no cemitério dos Prazeres, em Lisboa, e pormenor da pedra de armas [fotografias do autor, Junho de 2020]

Do casamento de José Pedro Paulo e Margarida nasceram dois filhos, Pedro Paulo José, em 1876, e António Vasco José, no ano seguinte, vindo a recair no segundo a representação da família por morte, sem geração, do primogénito.

#### 4. PEDRO PAULO JOSÉ DE MELO, 2.º CONDE DE SANTAR

Pedro Paulo José de Melo, o primogénito dos futuros 2<sup>os</sup> viscondes de Taveiro e 1<sup>os</sup> condes de Santar, nasceu em Lisboa, no palácio dos avós condes de Magalhães, às 4.40h da madrugada de 5 de Agosto de 1876, sendo apenas uns escassos meses mais novo que a tia materna mais nova, Maria Antónia, futura condessa de Santa Cruz de los Manueles, baptizada quando o sobrinho tinha três dias. O baptismo de Pedro Paulo – como figura no assento – teve lugar da igreja paroquial da freguesia a 15 do mesmo mês, sendo padrinhos os avós maternos, condes de Magalhães<sup>309</sup>.

308 Cemitério dos Prazeres, Secretaria, registo de jazigos, n.º 5720.

309 TT, Reg. Par., Lisboa, São José, baptismos n.º 26, fls. 72v-73.

Foi referido na bibliografia genealógica e nobiliárquica como Pedro Paulo José de Melo de Figueiredo Pais do Amaral, mas documentamo-lo apenas como Pedro Paulo José de Melo, ou Melo de Magalhães.

Ingressou no serviço de fiscalização técnica dos produtos agrícolas e de sanidade pecuária a 25 de Fevereiro de 1903 e foi nomeado fiscal de 3.<sup>a</sup> classe por decreto de 23 de Novembro de 1905<sup>310</sup>. Em Agosto de 1909 foram-lhe penhorados bens móveis para pagamento de uma dívida à Fazenda Nacional, sendo então referido como “*Pedro Paulo José de Mello (Visconde de Taveiro)*”<sup>311</sup>. Aparentemente terá sido tratado por este título em vida do pai e ainda na vigência da Monarquia, mas nada indica que o tenha usado oficialmente pois não foi possível encontrar qualquer decreto de concessão desta nova vida<sup>312</sup>. Após a morte do pai, em 1914, foi 2.<sup>o</sup> conde de Santar por autorização do rei D. Manuel II no exílio, em data que desconhecemos<sup>313</sup>.

Sobre ele, pode ler-se na *Nobreza de Portugal e do Brasil*: “*Foi figura elegantíssima na sociedade portuguesa, grande colecionador de arte e de grande cultura, primoroso conversador e entusiástico aficionado tauromáquico.*”<sup>314</sup> Foi sócio do Turf Club (n.º 283) desde 1904, tendo presidido à direcção em 1939<sup>315</sup>, e igualmente sócio do Real Club Tauromáquico Português (n.º 482), no qual foi admitido a 8 de Setembro de 1909, despedindo-se em Janeiro de 1929; foi readmitido três anos mais tarde, em Março de 1932, e permaneceu até à sua morte, em 1941<sup>316</sup>. Foi também sócio fundador, o n.º 1, da Sociedade Hípica Portuguesa, em 1910<sup>317</sup>.

310 *Diário do Governo*, ano de 1905, n.º 271, 29 de Novembro, p. 4194.

311 *Diário do Governo*, ano de 1909, n.º 172, 4 de Agosto, p. 2584, 3.<sup>a</sup>.

312 Agradecemos esta informação ao Paulo Estrela, que tem estudado os decretos do Ministério do Reino.

313, Lourenço Correia de Matos, *D. Manuel II e a Nobreza – Títulos autorizados no exílio (1910-1932)*, Lisboa, DisLivro Histórica, 2004, p. 121.

314 *Nobreza de Portugal e do Brasil*, op. cit., vol. III, p. 300.

315 Lavradio; Macedo, *Conversas à volta do Turf*, op. cit., pp. 48, 67, 74. Refere-se que deixou de ser sócio em 1928 o que será certamente uma gralha, que constava já no livro *O Turf Club e a sua história 1883-1973. Crónica da vida lisboeta e das origens do Desporto Hípico em Portugal*, s.n., Lisboa 1973, lista de sócios (p. s. n.º).

316 Matos, *História do Real Club Tauromáquico Português*, op. cit., p. 262.

317 Henrique Salles da Fonseca, *Hipismo em Lisboa: Memórias da Sociedade Hípica*

## Os Condes de Magalhães e suas alianças

A revista *Tiro e Sport*, no seu número 15 de Julho de 1905, dedica-lhe um texto, onde pode ler-se que “*reúne em si raras qualidades, que o distinguem dentre o vulgo dos nossos rapazes de hoje. Se por um lado a sua fisionomia atraente, de traços vigorosos e varonis, indica uma raça forte de antepassados ilustres, possui em toda a sua figura franzina e bem lançada, um certo encanto juvenil e quase feminino que contrasta singularmente com a energia viril do corpo. Nasceu com esse encanto especial que Burget só atribui aos homens denominados por ele: hommes à femmes.*” A sua *toilette* tinha “*reminiscências da antiga elegância marialva, corrigida pela sóbria severidade britânica*” e, dividindo o seu tempo entre corridas de toiros, teatros e festas mundanas e “*os poeirentos, escuros e prosaicos escritórios da baixa*”, corria pela vida “*com o sorriso nos lábios, a botoeira florida, charuto entre os dentes*”. O texto, assinado por Terribil, insinua que tinhas diversas relações amorosas sem nunca assentar, terminando: “*Terá medo, receio de amar, será um cobarde perante o infantil Cupido, ou apenas um céptico? Que interessante enigma!...*”<sup>318</sup>



Fachada tardoz da casa de Santar [<https://santarvilajardim.pt/index.php/pt/galeria>]

Quando da sua morte, em 1941, o jornal *O Século* mencionou que se encontrava doente havia muito tempo e que fora “*uma das figuras de maior relevo da sociedade portuguesa nos últimos quarenta anos.*” Era um “*entusiástico amador das nossas*

---

*Portuguesa, 1910-2005*, Lisboa, ICONOM/By, 2005, p. 291.

318 *Tiro e Sport. Revista Educação Physica e Actualidades*, ano de 1905, 15 de Julho, p. 9.

*tradições*” como o fado, as corridas de touros e os cavalos, e um grande conhecedor e colecionador de objectos de arte, tendo restaurado o seu solar de Santar, “*com o melhor gosto, e tornando-o num dos mais notáveis palácios da Beira Alta.*” Era também um “*conversador notável, que prendia pela sua cultura, inteligência e bondade*” realçando-se ainda que era “*um dos homens mais elegantes do seu tempo.*”

Aos 51 anos, Pedro Paulo José de Melo casou com **D. Amália de Pinho Capelo** – nome que então assinava –, de 56 anos, viúva do almirante Hermenegildo Carlos de Brito Capelo. O casamento civil teve lugar no dia 9 de Fevereiro de 1928, em casa da noiva, na rua de Santana à Lapa, n.º 176, sendo testemunhas Manuel Peixoto Martins Mendes Norton e sua mulher, D. Carlota Xavier Furtado Norton, moradores na quinta das Solnalas (?), em Rio de Mouro, e Eduardo Vitorino de Moraes Júnior e sua mulher, D. Alice Capelo de Moraes, residentes na quinta dos Freixos, em Colares<sup>319</sup> – genro e filha da noiva. Terão casado religiosamente em data posterior<sup>320</sup>, eventualmente em Colares como se pode depreender do assento de óbito de Amália, ocorrido em Lisboa, freguesia de São José, na praça do Príncipe Real, 31, a 2 de Novembro de 1964, pelas 15.30h, no estado de viúva<sup>321</sup>. O casamento foi precedido de escritura antenupcial, lavrada a 24 de Janeiro de 1928, estabelecendo a completa e absoluta separação de bens, tanto passados como futuros, quer fossem adquiridos por título gratuito ou oneroso<sup>322</sup>.

De origem humilde, Amália era natural de Vila Franca de Xira onde nasceu a 12 de Dezembro de 1871, sendo baptizada a 4 de Março seguinte. Os seus pais foram José Lourenço, natural de São Quintino de Sobral de Monte Agraço, já falecido à data do baptismo, e sua mulher (recebidos em Almada), Ana Rosa, natural de Ovar<sup>323</sup>.

---

319 TT, 5.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, livro de casamentos n.º 40, fls. 47-47v.

320 Entre 1911 – Lei da Separação do Estado e da Igreja – e 1940 – Concordata com a Santa Sé –, os casamentos civil e religioso eram actos independentes, tendo o segundo que ser precedido do primeiro, o único que o registo civil averbava aos assentos de baptismo ou nascimento dos noivos.

321 TT, 6.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, livro de óbitos n.º 108, fl. 309. Refere-se erradamente que casaram em 1908.

322 ACMF, Autos de liquidação de imposto sobre as sucessões e doações por morte de Pedro Paulo José de Mello, DGC/LIS/LIS4C/IS/01177, fls. 8-9.

323 TT, Reg. Par., Vila Franca de Xira, baptismos n.º 40, fl. 8.

Contando 19 anos, D. Amália Pinho – assim nomeada –, casou a 6 de Abril de 1891 com o oficial da armada Hermenegildo Carlos de Brito Capelo, então de 50 anos, de quem tinha já uma filha, Alice, baptizada a 16 de Abril de 1887, que foi legitimada pelo casamento<sup>324</sup>. De referir que uma das testemunhas do casamento foi Roberto Ivens, capitão-tenente da Armada, com quem o noivo atravessara África, “*de Angola à contracosta*”, no final da década de 1870.

Hermenegildo Carlos de Brito Capelo (1841-1917) foi um importante explorador de África. Era oficial da Armada, onde atingiu o posto de vice-almirante, e foi ajudante de campo dos reis D. Luís e D. Carlos, membro da Academia Real das Ciências de Lisboa, grã-cruz da Ordem de Santiago, etc.

O conde de Santar fez testamento deixando por herdeiro o irmão, António Vasco, e na falta dele o sobrinho, Pedro Paulo. À mulher legou o usufruto dos prédios n.º 29 e 31 da praça Rio de Janeiro (actualmente Príncipe Real) e o recheio da sua residência, com excepção de quadros e de pratas. Determinou ainda uma pensão mensal vitalícia de 5.000\$0, a ser paga pelas forças da herança. Pediu que se erigisse um pequeno mausoléu no cemitério de Santar para se trasladarem os seus restos mortais no ano seguinte à sua morte, e que se construísse um chafariz em frente do palácio de Santar para ser entregue ao povo da terra, destinando para estes fins 20.000\$00. Foram testamenteiros os referidos irmão e sobrinho do testador, e Raul de Oliveira, do Porto<sup>325</sup>.

Veio a morrer na citada casa n.º 31 da praça do Príncipe Real, então freguesia da Encarnação, a 8 de Outubro de 1941, pelas 11h, de cancro na laringe<sup>326</sup>. Entre outros, assistiram ao enterro o marquês de Lavradio, os condes das Alcáçovas (D. Luís), de Seisal e das Antas, o visconde da Corte, drs. Bustorff Silva e Cassiano Neves, etc.

---

324 TT, Reg. Par., Lisboa, Mercês, baptismos n.º 14, fl. 13. D Alice de Brito Capelo casou com Eduardo Vitorino de Morais (1888-1960), com geração: *Brito Capelo de Morais, Salema Capelo de Morais, Capelo de Morais Barreiros Cardoso, Morais Alves Machado (condes de Alves Machado), Silveira e Lorena Alves Machado, Vilar Alves Machado, Alves Machado da Costa de Sousa de Macedo (Estarreja)*; vd., Nuno Canas Mendes, *História de três famílias saloias*, Mafra, Câmara Municipal de Mafra, 2000, p. 226 (refere 2.10.1892 como data de nascimento de Alice, o que se comprova estar errado).

325 ACMF, Autos de liquidação de imposto sobre as sucessões e doações por morte de Pedro Paulo José de Mello, DGC/LIS/LIS4C/IS/01177, fls. 10-15.

326 TT, 7.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, livro de óbitos n.º 45, fl. 175v.

Lourenço Correia de Matos

Estiveram representados a empresa do jornal *Diario de Lisboa*, a Brigada Naval da Legião Portuguesa, o Tauromáquico e o Turf<sup>327</sup>. Foi sepultado no jazigo de família no cemitério dos Prazeres e trasladado para Santar em Agosto do ano seguinte, em cumprimento da antedita disposição testamentária.

O irmão António Vasco e a mulher repudiaram a herança, sendo então herdeiro o filho destes, Pedro Paulo. Compunham o inventário 213 verbas de bens, móveis e imóveis, metade do mencionado jazigo do cemitério dos Prazeres, e 680 foros diversos<sup>328</sup>.

## 5. ANTÓNIO VASCO JOSÉ DE MELO

O filho segundogénito dos futuros 2<sup>os</sup> viscondes de Taveiro e 1<sup>os</sup> condes de Santar, nasceu em Lisboa, no palácio da rua de São José, às 18h de 13 de Outubro de 1877, mas foi baptizado em Taveiro, na já mencionada capela de Nossa Senhora da Piedade, a 27 de Novembro de 1877, apenas com o nome António e tendo por padrinhos os avós paternos, viscondes daquela localidade<sup>329</sup>.

À semelhança de seu irmão Pedro Paulo, vem sendo referido na bibliografia como António Vasco José de Melo de Figueiredo Pais do Amaral, nome com o qual nunca o documentámos, sendo apenas referido como António Vasco José de Melo, ou Melo de Magalhães.

Em Julho de 1901 António Vasco José de Melo estava a concorrer a um lugar de amanuense da Direcção-geral da Contabilidade Pública. Terá sido admitido e, sendo referido como aspirante do quadro da Direcção-geral das Contribuições Directas, foi nomeado amanuense da Inspeção-geral dos Impostos por despacho de 24 de Dezembro do mesmo ano, sendo transferido logo no dia 30 para a mencionada Direcção-geral das Contribuições Directas, com o mesmo cargo<sup>330</sup>. Em 1909, António

---

327 *O Século*, ano de 1941, 10 de Setembro, p. 6, 6.<sup>a</sup>.

328 ACMF, Autos de liquidação de imposto sobre as sucessões e doações por morte de Pedro Paulo José de Melo, DGCI/LIS/LIS4C/IS/01177, fls. 16, 24 e seguintes.

329 AUC, Reg. Par., Coimbra, Taveiro, baptismos n.º 5, fls. 7-7v.

330 *Diario do Governo*, ano de 1901, n.º 160, 22 de Julho, p. 1948, 2.<sup>a</sup>; idem, ano de 1902,

Vasco José de Melo Magalhães – assim nomeado – era tutor da menor Etelvina Casimira da Silva, de 14 anos, uma das herdeiras de um tal Benjamim Zósimo Nunes da Silva<sup>331</sup>. Registamos ainda, neste período, que foi admitido no Turf Club (n.º 301) em 1908, permanecendo sócio até à sua morte<sup>332</sup>.

Por escritura de 4 de Março de 1944, celebrada entre António Vasco José de Melo, Raul Ângelo Vitorino de Moraes, casado, industrial, e António Machado, casado, gerente industrial, foi constituída uma sociedade comercial por quotas denominada *Mello, Limitada*, com estabelecimento na rua Augusta, 187, 189 e 191, para comércio de joalheria e ourivesaria, com o capital de 450.000\$00 Os dois primeiros outorgantes entravam com 175.000\$00 e o terceiro com 100.000\$00, apenas realizada em 25% sendo os restantes 75% realizados com a sua parte nos lucros que viesse a ter. Os dois primeiros comprometiam-se a ceder parte da sua quota ao terceiro para igualar as participações, assim que este satisfizesse a sua quota e o solicitasse. Em 1948, António Machado vendeu a sua quota a António Vasco José de Melo e a Raul Ângelo Vitorino de Moraes, pelo que em 1951 – data da morte de António Vasco – estes eram os dois únicos sócios da firma, que ainda laborava<sup>333</sup>.

O casamento de António Vasco José de Melo celebrou-se no Alentejo, na vila de Portel, na capela particular do pai da noiva, com **D. Maria Quitéria Gil de Borja Macedo e Meneses**, contando esta 19 anos e ele 26. Foi no dia 25 de Maio de 1904 e assistiram como testemunhas o pai do noivo, já conde de Santar – o título fora concedido em Janeiro desse ano –, José Pedro Paulo de Melo da Cunha Sousa de Meneses, e o irmão do dito nubente, D. Pedro Paulo José de Melo, solteiro (referido com o tratamento de dom). O pai da noiva deu o necessário consentimento por esta ser menor<sup>334</sup>.

---

n.º 160, 21 de Julho, p. 2133, 3.ª.

331 *Diário do Governo*, ano de 1909, n.º 30, 9 de Fevereiro, p. 475, 4.ª.

332 Lavradio; Macedo, *Conversas à volta do Turf*, op. cit., p. 74.

333 ACMF, Autos de liquidação de imposto sobre as sucessões e doações por morte de António Vasco José de Mello, DGCI/LIS/LIS10/IS/09999, fls. 32-36.

334 Arquivo Distrital de Évora (ADE), Reg. Par., Portel, Portel, casamentos n.º 55, fls. 8-9.

O casamento foi precedido de escritura antenupcial, lavrada a 14 de Maio de 1904, acordando-se a separação de bens com comunhão dos bens adquiridos por título oneroso. Se houvesse filhos do casamento, converter-se-ia então em comunhão de bens “*segundo o costume do reino*”<sup>335</sup>.

D. Maria Quitéria nascera no largo da Misericórdia em Vila de Frades, concelho da Vidigueira, às 3h de 17 de Outubro de 1884. Recebeu o baptismo na igreja paroquial da vila de Portel, a 18 de Janeiro do ano seguinte, tendo por padrinhos D. Sebastião Gil Leitão, estudante, e D. Maria de Jesus Gil – assim nomeados –, ambos solteiros, que não assinaram por não saberem escrever<sup>336</sup> (o assento não indica, mas eram irmãos da baptizada, sendo que ele tinha 8 anos e ela estava a dias de completar 2 anos). Maria Quitéria era filha de D. José Gil de Borja Macedo e Meneses (1850-1927), grande proprietário e lavrador, deputado da Nação em duas legislaturas (1896-1899)<sup>337</sup>, e de sua mulher, D. Maria Quitéria Anderson Leitão (1853-1926)<sup>338</sup>.

Por morte do irmão Pedro Paulo, em 1941, António Vasco tornou-se representante dos títulos de conde de Santar, visconde de Taveiro e conde de Magalhães, que não terá usado. Como escrevemos, ele e a mulher repudiaram a herança do mencionado Pedro Paulo, que passou então para o filho de ambos, homónimo do tio (vd. ponto 6.).

António Vasco morreu a 22 de Janeiro de 1951, pelas 12h, na rua Pedro Nunes, 12, em Lisboa, freguesia de São Sebastião da Pedreira, vitimado por uma angina de peito<sup>339</sup>. A viúva, então referida como D. Maria Quitéria Gil de Borja de Melo,

---

335 ACMF, Autos de liquidação de imposto sobre as sucessões e doações por morte de António Vasco José de Mello, DGCI/LIS/LIS10/IS/09999, fls. 10-12.

336 ADE, Reg. Par., Portel, Portel, baptismos n.º 54, fls. 1v-2.

337 RODRIGUES, Margarida, “MENESES, José Gil de Borja de Macedo e (1850-?)”, in MÓNICA, *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, op. cit., vol. II, pp. 915-916.

338 *Anuário da Nobreza de Portugal*, Ano III, tomo II, Instituto Português de Heráldica, Lisboa 1985, pp. 949-950, *Gil de Borja de Macedo e Meneses*; AZEVEDO, Marcelo Olavo Corrêa de “Ascendência e descendência de D. Joana Gil de Borja de Macedo e Meneses e de seu irmão D. José Gil de Borja de Macedo e Meneses”, *Armas e Troféus*, Instituto Português de Heráldica, V série, tomo I, Janeiro-Dezembro 1987-88, pp. 99 e 114.

339 TT, 3.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, livro de óbitos n.º 161, fl. 60.

sobreviveu-lhe escassos meses, morrendo a 10 de Junho desse mesmo ano. Foram ambos sepultados no jazigo dos condes de Santar no cemitério dos Prazeres.

Fizera testamento a 18 de Agosto de 1942, onde declarou que “*Querendo prestar a minha querida Mulher um derradeiro testemunho da minha gratidão pelas inextinguíveis felicidades, que me vem prodigalizando há já quase quarenta anos, pelo presente testamento a instituo herdeira, em pleno domínio, de toda a quota disponível da minha herança.*” A viúva repudiou a herança a 21 de Fevereiro de 1951, pelo que foi herdeira a única neta do casal, D. Maria Teresa de Lancastre de Melo, adiante referida (vd. ponto 7.), como sucessora de seu pai, já falecido (vd. ponto 6.)<sup>340</sup>.

A relação de bens compreendia os seguintes móveis: roupa de casa e de uso do autor da herança (18 verbas); objectos de ouro e prata (11 verbas, entre as quais um anel de ouro com uma ágata com brasão gravado, avaliado em 350\$00); total: 6.370\$00. Como imóveis, a já mencionada quinta denominada do Anjo, no sítio do Paiol, freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Aldeia Galega da Merceana, que se compunha de casas nobres, ermida, adega, lagar, palheiros, cavalariças, abegoaria, pátios, logradouros, jardim e diversas courelas de terra de sementeira e vinha, algumas com mato e oliveiras, e estava avaliada em 300.000\$00. Como bens comuns da herança, constavam dois automóveis: um Chrysler AB-47-18, com muito uso e bastante deteriorado (10.000\$00), um Buick, AD-49-77, modelo antigo e bastante deteriorado (15.000\$00). No que respeitava a papéis de crédito, possuía 265 títulos de 1 acção da Companhia Portuguesa de Pesca, 52 títulos de 10 acções e 9 títulos de 25 acções, tudo da mesma empresa. Tinha ainda as quotas na joalheria Mello, Limitada, na rua Augusta, n.ºs 187 a 191, e na Conservas São Pedro, Limitada, com sede na rua da Prata 234, 2.º. No Banco de Portugal existia, em dinheiro, a quantia de 1.223\$10, e possuíam um prédio urbano na rua D. Filipa de Vilhena, n.ºs 18 e 18A (2.000.000\$00), e outro na rua Pedro Nunes, 12 (500.000\$00), onde viviam. Referese ainda o direito a metade do jazigo do cemitério dos Prazeres<sup>341</sup>.

---

340 ACMF, Autos de liquidação de imposto sobre as sucessões e doações por morte de António Vasco José de Mello, DGCI/LIS/LIS10/IS/09999, fls. 5-7, 57.

341 ACMF, Autos de liquidação de imposto sobre as sucessões e doações por morte de António Vasco José de Mello, DGCI/LIS/LIS10/IS/09999, fls. 18-25.

## 6. PEDRO PAULO JOSÉ DE MELO, 3.º VISCONDE DE TAVEIRO

O único filho de António Vasco José de Melo e D. Maria Quitéria Gil de Borja Macedo e Meneses nasceu às 11.20h do dia 7 de Março de 1905, em casa dos pais, em Lisboa, na travessa do Fala Só, 14, freguesia de São José. Foi baptizado, com os nomes Pedro Paulo José de Melo, a 25 de Abril, tendo por padrinhos o avô paterno, conde de Santar, e a avó materna, D. Maria Quitéria Anderson Leitão Gil<sup>342</sup>.

Usou o título de visconde de Taveiro (3.º) por autorização do rei D. Manuel II no exílio, certamente com a anuência do seu tio homónimo, chefe da família, e do pai. Acreditamos que esta mercê tenha sido por ocasião do casamento de Pedro Paulo com uma filha do 4.º conde das Alcáçovas, que era próximo do último rei português.

O casamento civil com **D. Maria Luísa Henriques Pereira de Faria Saldanha e Lancastre** teve lugar a 2 de Maio de 1928, pelas 14h, na rua Eugénio dos Santos, em Lisboa, em casa dos pais da noiva, sendo testemunhas – que declararam querer ser considerados padrinhos – o pai de Maria Luísa, o dr. Alexandre de Almeida Garrett, cunhado da noiva, Sebastião Gil de Borja Macedo e Meneses, tio materno do noivo, e José Pedro de Saldanha Oliveira e Sousa. Foi ainda padrinho Pedro Paulo José de Melo, por procuração ao irmão António Vasco, pai do noivo. Dias antes, a 21 de Abril, lavraram escritura antenupcial acordando a inteira, completa e absoluta separação de bens<sup>343</sup>. O casamento católico ter-se-á celebrado no dia seguinte ao registo civil, na igreja das Mercês.

D. Maria Luísa nascera às 9.20h do dia 28 de Outubro de 1902, na referida freguesia de São José, e foi baptizada a 3 Novembro, sendo padrinho D. Joaquim Henriques de Lancastre, por procuração a seu irmão D. Luís – tios da neófito –, e

---

342 TT, Reg. Par., Lisboa, São José, baptismos n.º 49, fls. 29v-30.

343 TT, 7.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, livro de casamentos n.º 4, fls. 122-122v. Refira-se que o noivo, talvez já visconde de Taveiro, e o tio, conde de Santar por autorização do rei D. Manuel II no exílio, não foram referidos com qualquer destes títulos no registo. Já o conde das Alcáçovas, que se tinha encartado na vigência da Monarquia, pagando os devidos impostos, estava autorizado a usar o título por portaria publicada no *Diario do Governo* de 10.8.1925 (3.ª série), sendo referido com o título e com ele assinando depois do nome.

madrinha a marquesa de Rio Maior, viúva do 1.º marquês, tio-avô da baptizada<sup>344</sup>. Era filha de D. Caetano Henriques Pereira de Faria Saldanha e Lancastre (1877-1960), 4.º conde das Alcáçovas, par do Reino, aposentador-mor da Casa Real, etc., que viria a ser bailio grã- cruz de Honra e Devoção da Ordem Soberana e Militar de Malta e presidente da Assembleia dos Cavaleiros Portugueses (1939-1960), e de sua mulher, D. Maria Teresa de Saldanha Oliveira e Sousa (1879-1973), dama da rainha D. Amélia, dama de Honra e Devoção da Ordem de Malta e agraciada com a Ordem *Pro Ecclesia et Pontifice*, da Santa Sé<sup>345</sup>.

O visconde de Taveiro foi sócio do Real Club Tauromáquico Português (n.º 866), admitido a 24 de Junho de 1943<sup>346</sup> e, no ano seguinte, do Turf Club (n.º 507), permanecendo em ambos até à sua morte<sup>347</sup>. Em 1941 foi herdeiro do tio Pedro Paulo, com atrás dissemos, após seu pai repudiar a herança do irmão.

Emancipou a sua única filha a 19 de Abril de 1947, mas não chegou a assistir ao casamento desta, em Julho seguinte, pois morreu em Santar pelas 13h do dia 29 de Maio de 1947, sobrevivendo-lhe os pais, como vimos<sup>348</sup>. “*Era bastante estimado em toda a região pelos seus actos de generosidade e pelos melhoramentos com que dotara a sua terra.*”, segundo noticiou *O Século*. À data era provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santar, vogal da Junta de Freguesia e membro do Conselho Municipal de Nelas. “*Os seus actos de benemerência eram constantes, tendo ultimamente criado uma farmácia na vila, que legou à Santa Casa da Misericórdia, e oferecido o terreno necessário para a construção de um albergue destinado a recolher todos os pobres, crianças e mendigos do concelho.*”, conforme o citado periódico. No dia 30, o bispo de Viseu, D. José da Cruz Moreira Pinto, celebrou missa na capela de casa do extinto, às 10h, saindo o enterro às 17h da igreja da Misericórdia para o cemitério com “*grande acompanhamento*”, incluindo o governador civil de Viseu, membros da

---

344 TT, Reg. Par., Lisboa, São José, baptismos n.º 46, fls. 66-66v.

345 Fernando de Castro da Silva CANEDO, *A descendência portuguesa de El-Rei D. João II*, vol. I, Lisboa, Edições Gama, 1945, pp. 389 e 394.

346 Matos, *História do Real Club Tauromáquico Português*, op. cit., p. 268.

347 Lavradio; Macedo, *Conversas à volta do Turf*, op. cit., p. 79.

348 ACMF, Autos de liquidação de imposto sobre as sucessões e doações por morte de António Vasco José de Mello, DGCI/LIS/LIS10/IS/09999, fls. 13-15.

Lourenço Correia de Matos

Câmara Municipal de Nelas, Bombeiros Voluntários, crianças da escola, “*e pessoas da maior representação de todo o concelho.*”<sup>349</sup>

A viúva, Maria Luísa – que pertenceu à Congregação do Sagrado Coração para Senhoras Nobres da Fita Branca, como muitas outras senhoras da sua família<sup>350</sup> –, morrera 45 anos mais tarde, a 4 de Julho de 1992, na freguesia de Santa Isabel, em Lisboa.

7. D. MARIA TERESA DE LANCASTRE DE MELO, 3.<sup>a</sup> CONDESSA DE SANTAR, 2.<sup>a</sup> CONDESSA DE MAGALHÃES E 4.<sup>a</sup> VISCONDESSA DE TAVEIRO

Nasceu às 7h da manhã de 7 de Dezembro de 1928, na rua Pedro Nunes, 12, freguesia de São Sebastião da Pedreira da cidade de Lisboa, e foram testemunhas do registo os dois avôs, paterno e materno<sup>351</sup>.

Representante dos títulos concedidos à sua família por morte do pai (1947) e do avô (1951), só se encartou como 3.<sup>a</sup> condessa de Santar e 4.<sup>a</sup> viscondessa de Taveiro por alvarás do Conselho de Nobreza 17 de Novembro de 1988<sup>352</sup>, e como 2.<sup>a</sup> condessa de Magalhães por certificado do Instituto da Nobreza Portuguesa de 17 de Novembro de 2008. Como representante da primeira linha – por extinção da geração do 1.<sup>o</sup> conde de Ariz – da descendência do barão de Alpendurada, era a representante genealógica deste titular bem como do dito título de conde de Ariz.

Casou em Lisboa, freguesia das Mercês, a 26 de Julho de 1947, com **D. José Luís de Andrade de Vasconcelos e Sousa, 3.<sup>o</sup> marquês de Santa Iria, 4.<sup>o</sup> conde de Alva, 12.<sup>o</sup> conde do Sabugal, 12.<sup>o</sup> conde de Óbidos** – de juro e herdade com

---

349 *O Século*, ano de 1947, 30 de Maio, p. 6, 3.<sup>a</sup>, 31 de Maio, p. 4, 6.<sup>a</sup>.

350 D. Marcus de Noronha da Costa, “Para a história das correntes do sentimento religioso em Portugal”, separata de *Armas e Troféus*, Instituto Português de Heráldica, VI série, tomo III, Janeiro-Dezembro 1991, p. 74.

351 ACMF, Autos de liquidação de imposto sobre as sucessões e doações por morte de António Vasco José de Mello, DGCI/LIS/LIS10/IS/09999, fl. 13.

352 *Boletim Oficial do Conselho de Nobreza – Títulos (1948-1998)*, Associação da Nobreza Histórica de Portugal, Lisboa 2000, pp. 106 e 164.

honras de parente –por alvarás do Conselho de Nobreza de 27 de Março de 1971, e **13.º conde de Palma**, por alvará de 20 de Dezembro de 1952, em vida do pai<sup>353</sup>. Separaram-se judicialmente de pessoas e bens por sentença de 11 de fevereiro de 1983, e divorciaram-se por sentença de 28 de Novembro de 1996.

D. José Luís nasceu em Sintra, a 9 de Setembro de 1924, e era filho dos 2.ºs marqueses de Santa Iria, D. José Luís de Melo de Vasconcelos e Sousa, representante dos títulos de conde de Alva, conde de Óbidos, de juro e herdade, conde de Palma e conde de Sabugal, e D. Emília van Zeller de Andrade<sup>354</sup>.

Foi admitido como cavaleiro de Honra e Devoção da Ordem Soberana e Militar de Malta a 20 de Janeiro de 1955 e elevado a grã-cruz de Honra e Devoção a 29 de Abril de 1983, tendo desempenhado funções de vice-presidente do Conselho entre 2000 e 2003, sendo presidente S.A.R. o infante D. Miguel, duque de Viseu. Foi também cavaleiro da Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém (1997) e grã-cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, concedida por S.A.R. o duque de Bragança. Foi provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santar<sup>355</sup>.

O marquês de Santa Iria morreu a 20 de Maio de 2006 e a condessa de Santar a 25 de Março de 2015, deixando três filhos<sup>356</sup>.

- ◆ D. Fátima de Melo de Vasconcelos e Sousa nasceu em Lisboa, São Sebastião da Pedreira, a 3 de Julho de 1955. Dama de Honra e Devoção da Ordem Soberana e Militar de Malta (2009).

---

353 *Boletim Oficial do Conselho de Nobreza*, Livraria Fernando Machado, Porto 1972, pp. 92, 96, 112 e 116.

354 Canedo, *A descendência portuguesa de El-Rei D. João II*, op. cit., vol. II, pp. 22-23; *Anuário da Nobreza de Portugal*, Ano III, tomo I, op. cit., pp. 152-153, *marqueses de Santa Iria*; Manoel de Lancastre Bobone; Carlos Lourenço Bobone, *Genealogia dos Condes de Bobone*, Livraria Bizantina, Lisboa 1996, p. 173.

355 “Confrades falecidos”, *Filermo*, n.º 10, Porto, Assembleia dos Cavaleiros Portugueses da Ordem Soberana e Militar de Malta, 2008, p. 167.

356 Para a sua descendência seguimos, Ribera; Magalhães, *A descendência do 1º Barão e 1º Visconde de Alpendurada*, op. cit., pp. 55-58.

Casou na capela da casa de Santar, a 3 de Julho de 1976 (dissolvido por divórcio, 14 de Dezembro de 1990), com **D. Luís Alberto Oulman da Costa de Sousa de Macedo, 2.º duque de Albuquerque, 7.º conde e 9.º visconde de Mesquitela, 2.º conde da Ilha da Madeira**, representante do título de **barão da Ilha Grande de Joanes** e representante genealógico dos títulos brasileiros de **marquês e visconde da Cunha**, nascido em Paris a 6 de Outubro de 1952, engenheiro electrotécnico (Instituto Superior Técnico), filho de D. Álvaro Moreira de Carvalho da Costa de Sousa de Macedo, 6.º conde e 8.º visconde de Mesquitela, representante dos títulos de duque de Albuquerque e de barão da Ilha Grande, etc., e de sua mulher, D. Hélène Elisabet Pauline Oulman<sup>357</sup>.

Com geração, *Vasconcelos da Costa de Sousa de Macedo, Sousa de Macedo de Mendia Vassalo, Sousa de Macedo da Câmara Pereira*.

- ◆ **D. José Luís de Melo de Vasconcelos e Sousa, 4.º marquês de Santa Iria** (certificado do Instituto da Nobreza Portuguesa), **13.º conde do Sabugal, 13.º conde de Óbidos**, de juro e herdade com honras de parente (alvarás do Conselho de Nobreza de 16 de Maio de 1988, em vida do pai), **14.º conde de Palma, 5.º conde de Alva, 4.º conde de Santar e 5.º visconde de Taveiro** (certificados do Instituto da Nobreza Portuguesa), nasceu em Lisboa, São Sebastião da Pedreira, a 14 de Fevereiro de 1959. Licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade de Lausanne, Suíça (Hautes Études Commerciales), membro da comissão executiva do Banco Privée Edmond Rothschild Luxembourg e vogal do conselho de administração e director-geral da sucursal portuguesa do mesmo Banco. Cavaleiro de Honra e Devoção da Ordem Soberana e Militar de Malta (1986).

Casou duas vezes: a 1.ª em Tromsø, na Noruega, a 13 de Julho de 1991, com **Catherine Austad**, aí nascida a 7 de Janeiro de 1967, filha de Arne Tinus Austad e de sua mulher Anne Lise Julie Asak Baekken; a 2.ª, em Lisboa, a 8 de Setembro de 2008, com sua parente – pelos Bobones e pelos condes das Alcáçovas –, **D. Teresa Eugénia de Bourbon Bobone Galhardo Simões**,

---

357 *Anuário da Nobreza de Portugal*, Ano III, tomo I, op. cit., pp. 442-443, *condes de Mesquitela*; José Maria Abecassis, *Genealogia Hebraica Portugal e Gibraltar. Sécs. XVII a XX*, Lisboa, s.n., 1990, vol. II, pp. 225-227, *Bensaude*.

nascida a 26 de Dezembro de 1967, em Quelimane, Moçambique, licenciada em Economia, filha de António Alberto Galhardo Simões e de sua mulher D. Teresa Maria Eugénia de Bourbon Bobone<sup>358</sup>. Ambos os casamentos foram dissolvidos por divórcios.

Com geração do 1.º casamento, *Austad de Vasconcelos e Sousa*.

◆ **D. Pedro Paulo de Melo de Vasconcelos e Sousa, 3.º conde de Magalhães**, com quem seguimos.

#### 8. D. PEDRO PAULO DE MELO DE VASCONCELOS E SOUSA, 3.º CONDE DE MAGALHÃES

Nasceu em Lisboa, São Sebastião da Pedreira, a 9 de Agosto de 1965. Engenheiro Agrónomo pela Escola Superior de Engenharia de Morges, Suíça, especializado em enologia pela Universidade de Montpellier, França, é empresário agrícola.

Usa o título de **conde de Magalhães**, de que é 3.º titular, após pacto de família com o seu irmão D. José Luís e os filhos deste, reconhecido por certificado do Instituto da Nobreza Portuguesa de 14 de Março de 2016. Registou igualmente um brasão, por certificado de 10 de Abril de 2019, com a seguinte composição: escudo esquartelado, I e IV Vasconcelos, II e III Sosas, de Arronches (tendo no II as armas do Reino e no III a caderna de crescentes), e sobre-o-todo um escudete partido de Vieira e Magalhães; timbre de Vasconcelos e coronel de conde<sup>359</sup>.

Casou duas vezes: a 1.ª em Pully, Suíça, a 4 de Novembro de 1989, com **Sua Alteza Ilustríssima a condessa Alexandra Maria Dorothea Nadine Cecilia von Schönborn-Wiesentheid**, nascida em Zurique a 2 de Junho de 1967, filha de S.A.II.<sup>ma</sup> o conde Franz Clemens von Schönborn-Wiesentheid e de sua 1.ª mulher, S.A.II.<sup>ma</sup> a princesa Tatjana

---

358 *Anuário da Nobreza de Portugal*, Ano III, tomo I, op. cit., p. 278, *condes de Bobone*; Bobone; Bobone, *Genealogia dos Condes de Bobone*, op. cit., p. 158; João Bernardo Galvão-Telles, *geração pombalina. Descendência de Sebastião José de Carvalho e Melo*, livro primeiro, Lisboa, DisLivro Histórica, 2008, p. 418.

359 Agradecemos todas as informações relativas aos certificados do Instituto da Nobreza Portuguesa ao seu secretário-geral, eng.º António de Mattos e Silva.

Lourenço Correia de Matos

Constantinovna Gortschakow<sup>360</sup> (este casamento, do qual não houve descendência, foi dissolvido por sentença de divórcio de 8 de Fevereiro de 1995); a 2.<sup>a</sup> em Lisboa, civilmente em São Domingos de Benfica, a 9 de Agosto de 1995, e catolicamente a 9 de Agosto de 2000, com **D. Catarina Maria de Azevedo Coutinho Oom**, nascida em Lisboa, Santa Isabel, a 1 de Outubro de 1966, filha de Manuel Frederico Campos de Andrada Oom e de sua mulher, D. Maria das Dores d'Orey de Azevedo Coutinho<sup>361</sup> (casamento igualmente dissolvido por divórcio).

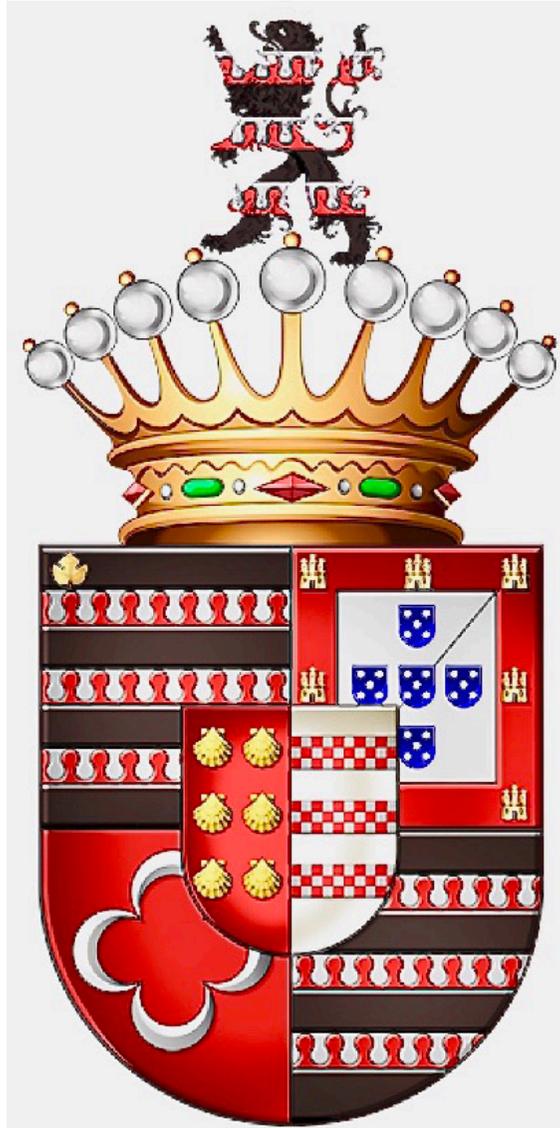
Filhos do 2.º casamento:

- ◆ **D. Bárbara Maria Oom de Vasconcelos e Sousa**, que nasceu em Lisboa, Benfica, a 26 de Janeiro de 1996;
- ◆ **D. Teresa Oom de Vasconcelos e Sousa**, que nasceu em Santar, a 11 de Julho de 1997;
- ◆ **D. Pedro Paulo de Vasconcelos e Sousa de Melo**, que nasceu em Santar, a 6 de Dezembro de 1998.

---

360 *Almanach de Gotha*, Almanach de Gotha Ltd, London 2000, pp. 689-690, II parte, *Schönborn-Wiesentheid*.

361 *Anuário da Nobreza de Portugal*, Ano III, tomo II, op. cit., pp. 220-221, *Azevedo Coutinho Fragoso de Sequeira*; Gonçalo NEMÉSIO, *Azevedos da Ilha do Pico (A descendência de Francisco de Azevedo, capitão de Milícias, e de sua mulher D. Maria da Terra)*, s.n., Lisboa 1987, pp. 186-187; Maria Julia Oom do Vale Henriques de Oliveira MARTINS, *A Saga da Família Oom*, Guarda-Mor Edições, s.l. 2012, pp. 76, 79.



Armas do 3.º conde de Magalhães [desenho digital de Luís Camilo Alves, 2019]